

TATIANI DAIANA DE NOVAES

enunciado dos cartazes das manifestações de junho de 2013

uma forma carnavalesca de contar a história do Brasil



editoraifrn

editoraIFPB

TATIANI DAIANA DE NOVAES

enunciado dos
cartazes das
manifestações
de junho de 2013:

uma forma carnavalesca de contar a história do Brasil

 editoraifrn

 editoraIFPB

NATAL, 2019

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Abraham Weintraub

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ariosto Antunes Culau

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

REITOR

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Mary Roberta Meira Marinho

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Maria Cleidenêdia Moraes Oliveira

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Manoel Pereira de Macedo Neto

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Pablo Andrey Arruda de Araujo

EDITORA IFPB

DIRETOR EXECUTIVO

Carlos Danilo Miranda Regis

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Lais Lacet

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

REITOR

Wyllys Abel Farkatt Tabosa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Márcio Adriano de Azevedo

COORDENADORA DA EDITORA IFRN

Kadydja Karla Nascimento Chagas

REVISÃO TEXTUAL

Rodrigo Luiz Silva Pessoa

Copyright © Tatiani Daiana de Novaes. Todos os direitos reservados.

Proibida a venda As informações contidas no livro são de inteira responsabilidade dos seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP
Biblioteca Nilo Peçanha - IFPB, *campus* João Pessoa

N935e Novaes, Tatiani Daiana de

Enunciado dos cartazes das manifestações de junho de 2013: uma forma carnavalesca de contar a história do Brasil/ Tatiani Daiana de Novaes – João Pessoa/PB: IFPB, 2019.

166f.: Il.

E-book (PDF)

ISBN: 978-85-54885-21-2

I. Manifestações sociais 2. Movimentos sociais 3. Comunicação social I. Comunicação II. História do Brasil III. História da política brasileira.

CDU: 301.175(81)

Ao meu parceiro de vida, Alex Galeno, por ser, estar e sonhar comigo. As minhas duas irmãs – Fabiani Novaes e Juliana Novaes– verdadeiras flores do meu jardim, alicerces da minha alma, devo a elas o que eu sou hoje e a Maria Bernadete Fernandes de Oliveira, pela seriedade e dedicação com que me conduziu neste trabalho.

*“Bom mesmo é ir à luta com determinação,
abraçar a vida com paixão. Perder com classe
e vencer com ousadia, pois o triunfo pertence
a quem se atreve e a vida é muito para
ser insignificante.”*

Augusto Branco

Sumário

7 **Apresentação**

9 **Ideias Iniciais**

22 **EVENTO CARNAVALESCO:
as jornadas de junho de 2013**

- *PRIMEIRA FASE DE JUNHO DE 2013*
- *SEGUNDA FASE DE JUNHO DE 2013*
- *TERCEIRA FASE DE JUNHO DE 2013*

43 **FOLIA TEÓRICA:
concepção de linguagem**

- *RELAÇÕES DIALÓGICAS*
- *VOZES SOCIAIS*
- *IDEOLOGIA*
- *ENUNCIADO*
- *SUJEITO*

86 **ENSAIOS PARA O CARNAVAL: parâmetros analíticos**

88 **AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 CONTADAS POR
MEIO DE ENUNCIADOS CARNAVALESCOS:
uma análise bakhtiniana**

- *AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 CARNAVALIZADAS*
- *ELEMENTOS DA ANÁLISE QUE SÃO COMUNS ENTRE OS
ENUNCIADOS DE PROTESTO*
- *PRIMEIRO CATALISADOR: o aumento da tarifa do transporte
público*
- *SEGUNDO CATALISADOR: o comportamento leviano e
socialmente inesperado de Aécio Neves*
- *TERCEIRO CATALISADOR: o projeto de lei conhecido como “a
cura gay”*
- *QUARTO CATALISADOR: a conduta tendenciosa e vexatória da
Globo*

154 **EFEITO DE FECHO**

164 **REFERÊNCIAS**

Apresentação

É com grande satisfação que apresento o texto “ENUNCIADO DOS CARTAZES DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013: UMA FORMA CARNAVESLCA DE CONTAR A HISTÓRIA DO BRASIL”, resultante de uma pesquisa realizada para a tese de doutorado de Tatiani Daiana de Novaes, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Inscrita no campo dos Estudos da Linguagem, na área da Linguística Aplicada, área do conhecimento cujo objetivo principal é o de produzir conhecimentos sobre a linguagem, entendida como uma prática discursiva situada, de natureza social e que, construída nas relações intersubjetivas, são produzidas e circulantes em uma sociedade cada vez mais semiotizada, agindo sobre o mundo e sobre as pessoas. A partir desse ponto de vista teórico, a pesquisa relatada investiga como estas práticas narrativizam os fatos e acontecimentos, a partir de posições axiologicamente demarcadas.

Trata-se de um trabalho original, no qual a autora mergulha nos estudos da linguagem, pelo viés dos estudos dialógicos, na perspectiva que se convencionou denominar de “Círculo de Bakhtin”, cuja premissa básica está centrada na compreensão da construção discursiva, refrata e valorada da realidade, entre sujeitos socialmente situados. Dessa forma, podemos dizer que perspectiva teórica e metodológica se ajustam no decorrer da pesquisa, respondendo as questões e objetivos propostos e articulados ao longo do texto.

Mais especificamente, a autora analisa os enunciados de protesto, das Jornadas de Junho, no Brasil, materializados em cartazes, buscando compreender como as marcas da carnavalização e do risível permitem apreender o processo de materialização discursiva dos fenômenos políticos, sociais e históricos.

Organizado em 6 capítulos, o texto apresenta no segundo capítulo uma resenha crítica sobre o momento político da nação, de forma a fundamentar os motivos políticos e sociais que conduziram

àquelas jornadas. A seguir discorre sobre seu referencial teórico e metodológico, para no capítulo 5 deter-se exaustivamente na análise dos cartazes, fonte geradora de seus dados, explorando diversos temas, entre eles, aquele que versaram sobre a Copa do mundo, o aumento da tarifa do transporte público, o comportamento de Aécio Neves sobre transformação de BH em pó, a cura gay e ainda as condutas tendenciosas da Globo. No capítulo final, a autora apresenta suas considerações afirmando que suas análises apontam para uma tendência de destronamento de ideologias, de partidos, e de projetos de lei, além do fato de que governantes, atletas, celebridades e autoridades foram também objetos de ridicularização, nos enunciados analisados, sempre de natureza transgressora e risível. É relevante, no processo analítico, o potencial da praça pública que, com sua linguagem e seus dizeres, permite à produção e circulação de tais enunciados.

Em síntese, repetimos, trata-se de um trabalho de fôlego, de leitura agradável e fascinante, cuja publicação torna-se extremamente relevante, ainda mais no momento particular que atravessa nosso país, no qual é visível a destruição dos bens materiais e simbólicos em perspectiva explícita de retrocesso.

Em tempos de mentiras e inverdades, o texto aponta para o fato de que, ao se basear em fatos, a pesquisa científica emerge como uma arma poderosa de resistência e de denúncia. Assim sendo, esperamos que os leitores apreciem a leitura e que, em um diálogo com as vozes sociais presentes nas narrativas, provoquem novos dizeres a respeito das práticas discursivas situadas e de sua possibilidade de intervir, através de sua ação, com a construção de compreensões que traduzam de forma realista os pontos de vista diversificados sobre os fatos e acontecimentos da vida dos seres humanos em suas várias esferas de atividades.

Natal, outubro, 2019
Maria Bernadete Fernandes de Oliveira

1. Ideias Iniciais

No mês de junho do ano de 2013, veio à tona uma sequência de protestos que iniciou com a luta contra o aumento da passagem do transporte público. Depois disso, outros catalisadores ganharam espaço e serviram de combustão para uma grande manifestação em todo o país. Além de grande notoriedade nos meios de comunicação, as manifestações foram marcadas por inquietações entre: manifestantes, governos, polícia e mídia, como, por exemplo, na manifestação em 17 de junho de 2013.

Durante toda cobertura oficial e não oficial dos protestos, os cartazes ganharam notoriedade e relevância. Eles compunham, de modo criativo e sofisticado, uma série de demandas e reivindicações que deu o tom das manifestações. Nesta pesquisa, optamos por lançar o olhar para os sentidos valorados dos enunciados e suas relações dialógicas presentes em alguns cartazes de junho de 2013, porque consideramos a premissa da não neutralidade dos enunciados, uma vez que eles são sempre perpassados por uma dimensão ideológica.

Sobre valoração/valor/índice social de valor/posição valorativa/sentido valorado, ¹salientamos a afirmação de Volochinov:

A fim de evitar mal-entendidos, parece-nos necessário destacar que aquilo que entendemos por “valor” não tem nada a ver com a concepção idealista que era corrente na Psicologia (ver Munsterberg) e na Filosofia (ver Rickert) no final do século XIX e início do século XX. Nós operamos com o conceito de valor ideológico, que não objetiva a nenhuma “universalidade”, mas que carrega uma significação social e, mais precisamente, uma significação de classe (VOLOCHINOV, 1981, p. 254).

1 Valoração/valor/índice social de valor/posição valorativa/sentido valorado são termos que, nesta pesquisa, foram considerados sinônimos.

Diante da afirmação e com a leitura de outras obras do Círculo de Bakhtin, percebemos que a ideia de valoração não tem relação com a teoria idealista do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Sob a perspectiva do Círculo, a ideia de sentido valorado tem seu alicerce na inter-relação com as concepções de ideologia e de linguagem, que se edifica no movimento das práticas discursivas. Afinal, “é a obra interpretada, por meio da interação social, no espírito desse conteúdo da consciência [...] e recebe dela uma nova luz. É nisso que reside a vida da obra ideológica” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 119).

Outro importante alicerce em que se situa e se edifica o sentido valorado é a *expressividade*, uma das importantes características do enunciado concreto apresentada por Bakhtin (2015). Ser expressivo e valorar são ações que se relacionam. Sob essa ótica, a neutralidade total não existe e é no movimento discursivo da expressividade na sua relação com objeto do discurso que o sujeito regula o estilo, a estrutura composicional, as escolhas lexicais e gramaticais.

Desse modo, considera-se horizonte social/axiológico/avaliativo:

[...] um conjunto de valorações (axiologias) que envolvem dado enunciado [...] frutos das ideologias de um dado grupo social de uma dada época, que se materializam na linguagem [...] essa valoração atinge nossos discursos, que se materializam em enunciados. Por essa razão não existe enunciado neutro, uma vez que ele sempre é balizado por esse horizonte axiológico” (SILVEIRA; ROHLING, RODRIGUES, 2012, p. 61-62).

Obviamente, ponderamos que palavras e frases isoladas, ou seja, fora da situação de interação real de comunicação, não possuem entonações expressivas. A expressividade é uma marca do enunciado concreto, ou seja, manifesta-se na língua inserida em situações de uso. Apenas nesses casos ela é possuidora de tons, juízos de valor, ideologias, emoções.

Ao escolhermos a palavra pelo significado que em si mesmo não é expressivo, mas pode ou não corresponder aos nossos objetivos expressivos em face de outras palavras, isto é, em face do conjunto do nosso enunciado. O significado neutro da palavra referida a uma determinada realidade concreta em determinadas condições reais de comunicação discursiva gera a centelha da expressão. Ora, é precisamente isto que ocorre no processo de criação do enunciado [...] esta centelha da expressão não existe no sistema da língua [...] (BAKHTIN, 2015, p. 292).

Os índices sociais de valor também têm relação com o cronotopo², uma vez que tais índices são fixados espacial e temporalmente. Nesse processo, a cada novo enunciado, existe uma nova perspectiva de valores e de sujeitos. Os movimentos discursivos dialogam e variam conforme as relações dos sujeitos em determinados espaços e tempos da história da cultura. Com base em Bakhtin (1990), consideramos que o cronotopo se relaciona com uma concepção de um homem axiologicamente social e ideologicamente edificado temporalmente.

Interessa a Bakhtin saber como a questão do tempo é trabalhada em cada época da história e, principalmente, qual a concepção de tempo adotada, porque nessa concepção está intrínseca a ideia de homem, de sujeito, de herói e a relação entre identidade/alteridade. Em Rabelais, por exemplo, Bakhtin (1987) concluiu que o herói do carnaval é o tempo e não um sujeito, como no romance tradicional, e que o espaço e tempo são coletivos.

Na concepção enunciativo-discursiva, o tempo não é mítico, não se volta para o passado que é sempre o mesmo, engloba o passado e o futuro, é compartilhado por todos e (re)significado. Assim,

2 “O conceito de cronotopo trata de uma produção da história. Designa um lugar coletivo, espécie de matriz espaço-temporal de onde as várias histórias se contam ou se escrevem. Está ligado aos gêneros e a sua trajetória. Os gêneros são formas coletivas típicas, que encerram temporalidades típicas e assim, conseqüentemente, visões típicas de homem” (AMORIM, 2006, p. 105).

os sentidos se inscrevem em um determinado espaço e tempo, colocando-se dispostos e abertos a transformações (BAKHTIN, 1987).

Sob esse viés, o espaço é social e o tempo é histórico. Desse modo, os enunciados são tão antigos quanto a sociedade e não possuem um nascimento primeiro nem uma morte irrevogável. Eles rompem os limites do tempo, quer dizer, remetem ao mesmo tempo ao passado e ao futuro. Com isso, eles fazem parte da cultura e expressam o grande tempo das civilizações (BAKHTIN, 2015).

O cronotopo tem origem na Matemática e na teoria da relatividade de Einstein, marcando a indissociabilidade entre tempo e espaço. Nos estudos literários do Círculo, tratava-se de uma categoria relacionada à forma e ao conteúdo, em que os espaços são medidos e percebidos a partir da sua relação com o tempo.

Neste estudo, consideramos que foi em determinada esfera social, ou seja, em determinados tempo, espaço, visão da cultura e da história – a partir de determinadas relações entre os sujeitos – que os enunciados dos cartazes de protesto de junho de 2013 se materializaram, significaram e foram valorados. Outra dimensão importante que se inter-relaciona com os sentidos valorados são os variados tipos de relação dialógica, que serão discutidos ao longo desta pesquisa, tanto quanto questões que também serão apresentadas, como a ideologia e os conceitos de verbal, extraverbal, expressividade e entonação na seção sobre enunciado, mais especificamente.

Os diálogos com outros enunciados, as ressonâncias de outros dizeres, os ecos, os já ditos e os por vir estabelecem relações semânticas e axiológicas atravessadas de posições valorativas que emitem juízos de valor e acabam por determinar todo o enunciado. Tais relações dialógicas, sejam elas de qual natureza forem, são sempre extraverbais e de natureza discursiva.

A questão do valor, para o Círculo, também está na noção do ato ético, de responsabilidade-responsividade discutida por Bakhtin (2012), no ensaio *Para uma filosofia do ato responsável*. A esse respeito, Oliveira (2017) afirma que:

Ao propor o ato ético como ponto de partida para qualquer produção no mundo da cultura, seja produção de conhecimento científico ou artístico, Bakhtin nos faz compreender que a ação humana é valorada porque está sempre atravessada por avaliações. Ao semiotizarmos um enunciado concreto, fazemos com que este seja portador dos valores presentes nas ações humanas singulares. O centro da noção de valor tem suas raízes na relação entre eu e tu, o que em publicações posteriores, Bakhtin vai tratar de extrapolar para a relação dialógica entre enunciados. Vale lembrar que, para o Círculo, a relação entre enunciados implica relação entre sujeitos, agentes, portadores de vozes sociais, sejam elas: individuais, de grupo, de classe, entre outras (OLIVEIRA, 2017, informação verbal).

Diante disso, os enunciados concretos, ao serem analisados por meio da concepção bakhtiniana, são indissociáveis e o sentido valorado é construído e habita no movimento discursivo entre o verbal, o extraverbal, a dimensão axiológica, a expressividade, a entonação, o cronotopo, o ato ético, em uma dimensão social totalizante.

Considerando o exposto, esta obra tem como **questão central** a reflexão em torno de “como os enunciados dos cartazes de protesto materializaram as relações dialógicas e, a partir delas, como se constroem os sentidos valorados que contribuíram para a escrita carnavalesca e risível da história das manifestações de junho de 2013 no Brasil?”.

Para esta pesquisa, constituímos um *corpus* de enunciados de protesto que circularam nas manifestações e que marcaram a história do Brasil. Ele é composto por duas partes: uma com enunciados em que analisamos a relação entre as manifestações de junho de 2013 e a cosmovisão carnavalesca; e outra composta por cinco enunciados de cinco diferentes temas, ou melhor, cinco diferentes catalisadores (dos vários) que serviram de combustão para a onda de manifestações que ocorreram durante as jornadas de junho.

Os cinco catalisadores e os cinco enunciados, respectivamente nessa ordem, foram: 1) dinheiro público gasto com a Copa do mundo – “Uma Copa não se faz com hospitais, Ronaldo Fofômeno, onde você operou o seu joelho bichado? Numa clínica veterinária?”; 2) aumento da tarifa do transporte público – “Haddad R\$ 3,20 nem tua mãe cobra”; 3) comportamento leviano e socialmente inesperado de Aécio – “Só não transformamos BH em pó senão Aécio cheira!”; 4) projeto de lei conhecido como “a cura gay” – “Tô gay! Quantos dias tenho de atestado?”; 5) conduta tendenciosa e vexatória da Globo – “Eu sei oq vcs disseram na semana passada”.

Nesse sentido, nossas análises foram de natureza descritivo-interpretativa dos enunciados de protesto. Para isso, buscamos as **concepções teóricas** e do método sociológico escritos pelo Círculo de Bakhtin, além de reflexões contemporâneas da análise enunciativa do discurso. Vale destacar que os enunciados dos cartazes escolhidos para a seção de análise desta pesquisa foram selecionados dos sites nacionais: Veja.com, Uol Notícias, Carta Campinas e nas redes sociais Facebook e Tumblr.

Quanto aos **objetivos** da pesquisa, estes são: a) compreender como as relações dialógicas estabelecidas se constituem nos enunciados dos cartazes de protesto de junho de 2013; b) como se materializam as marcas da carnavalização e do risível; c) descrever os processos de enunciação dos cartazes de protesto de junho de 2013; d) compreender como se materializam as formas de representar discursivamente um fenômeno político e histórico como as jornadas de junho de 2013 por meio de um discurso marginal/não oficial, como os enunciados de protesto.

Esta pesquisa surgiu a partir da inquietação em torno da espetacularização e da criatividade semântica presentes nos cartazes carnavalescos de junho de 2013. As jornadas de junho inauguraram uma nova maneira de contestar, ou seja, de (re)significar o modo de protestar no país. Tal maneira é marcada pela irreverência, pelo deboche, pela provocação, pelo caráter não partidário. A partir de junho de 2013, as mobilizações passaram a ser mais festivas, soltas,

carnavalescas, sem as marcas do velho militante oficial, o que não que não houvesse manifestação escrachada antes de 2013. Houve alguns movimentos significativos, como, por exemplo, do escracho do Levante Popular da Juventude. No entanto, as jornadas de junho foram manifestações potencializadas, intensas, com um número muito maior de pessoas, movimentando muito mais o país.

Nesse período, os discursos dos manifestantes foram marcados pela espetacularização de ter seu cartaz postado em uma rede social, pela possibilidade de escrever um enunciado que se transformasse em um viral reflexivo, pelo discurso de réplica, de criatividade e de sofisticação. Tal liberdade discursiva potencializou a elaboração de enunciações não oficiais carnavalescas que contribuíram para uma maneira debochada de escrever a história política do país. Isso porque há uma “licença” em enunciar determinadas valorações que só é permitida nas comunicações ambientadas em uma atmosfera carnavalesca.

É inegável que vivemos nas sociedades do consumo e do espetáculo, como diria Guy Debord (1997). Já na primeira tese do autor, ele afirma que a concepção de espetáculo está relacionada com toda a sociedade. “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação” (DEBORD, 1997, p. 13). Significa dizer que a teatralidade, a aparência, a representação, a contemplação e o “ter” são ações que tomaram conta dos sujeitos. Para Debord (1997), mais do que serem elas mesmas, as pessoas estão preocupadas em parecer e aparecer. A definição de espetáculo é relacional, uma vez que “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 1997, p. 14).

Assim, o espetáculo é um movimento autônomo, relacional, fruto do capitalismo, mediado por imagens. Nesse caso, pode-se incluir o texto verbal, uma vez que “Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário – o consumo” (DEBORD, 1997, p. 9). A espetacularização é anterior às novas tecnologias. Segundo

Rubim (2002), ela sempre teve sua produção muito dialogada com a política e a religião e foi na modernidade, com as novas ferramentas e espaços midiáticos, que ela pôde ser potencializada.

Para Pena (2012), o sujeito contemporâneo acredita que sua vida é um espetáculo em que ele mesmo é o protagonista. Com isso, acredita que pode entrar na intimidade dos outros criando alteridades, idealizando heróis:

A espetacularização da vida toma o lugar das tradicionais formas de entretenimento. Cada acontecimento em torno de um indivíduo é superdimensionado, transformado em capítulo e consumido como um filme. Mas a valorização dos acontecimentos individuais é diretamente proporcional à capacidade desse indivíduo em roubar a cena, ou seja, em tornar-se uma celebridade (PENA, 2012, p. 33).

Além da espetacularização, também a carnavalização e o risível são dois elementos fundamentais para este estudo. Ambos serão mais bem explicados ao longo da pesquisa, na seção de análise intitulada *Evento discurso carnavalesco: as manifestações de junho de 2013*. Porém, desde já ressaltamos o riso na visão bakhtiniana, que expressa uma opinião sobre um mundo, tratando-se, portanto, de um riso posicionado.

Uma qualidade importante do riso na festa popular é que escarnece dos próprios burladores. O povo não se excluiu do mundo em evolução. Também ele se sente incompleto; também ele renasce e se renova com a morte. Essa é uma das diferenças essenciais que separam o riso festivo popular do riso puramente satírico da época moderna. O autor satírico que apenas emprega o humor negativo, coloca-se fora do objeto aludido e opõe-se a ele; isso destrói a integridade do aspecto cômico do mundo, e então o risível (negativo) torna-se um fenômeno particular. Ao contrário, o riso popular ambivalente expressa uma opinião sobre um

mundo em plena evolução na qual estão incluídos os que riem (BAKHTIN, 1987, p. 11).

Ademais, destacamos que quando fazemos uso dos termos “enunciado carnavalesco”, “cartazes carnavalescos”, “discurso carnavalesco”, referindo-nos ao objeto de estudo desta pesquisa, a referência é feita à cosmovisão carnavalesca (concepção de mundo gestada no carnaval) de um modo geral.

O carnaval, na concepção bakhtiniana, é o local da inversão, da explosão de alteridade, do extravasamento. Momento em que “revoga-se antes de tudo o sistema hierárquico e todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta, etc., ou seja, tudo o que é determinado pela desigualdade social hierárquica e por qualquer outra espécie de desigualdade, inclusive a etária, entre os homens” (BAKHTIN, 2011, p. 105).

A paródia, por ser uma das formas da carnavalização, consequentemente é importante nesta pesquisa. Ela também está em oposição ao sério, ao monológico, ao dogmático. A paródia é marcada pela sátira, pelo deboche e pela ironia, características que trazem à tona o riso transgressor, aquele que tem como constitutivo o espaço da praça pública. Para Bakhtin (2011, p. 109), “a paródia carnavalesca é a paródia dialógica e não uma simples negação pobre do parodiado”.

No contexto deste livro, em que a praça pública são as ruas em que aconteceram as manifestações de junho de 2013; e o carnaval, as próprias manifestações, voltamos o olhar para a carnavalização, para o risível, para os sentidos valorados, para as relações dialógicas e como tudo isso foi materializado nos enunciados de protesto. Os dias de manifestação – o tempo do carnaval/libertação temporária, provisória da vida – possibilitou uma transgressão posicionada valorativamente materializada na língua em uso.

Tradicionalmente, no Brasil, os estudos da Linguística Aplicada (LA) têm se voltado mais para o ensino de língua estrangeira e língua materna. Entretanto, o objeto de estudo da LA é a língua em uso,

ou melhor, são as práticas discursivas dentro e fora da escola. No caso desta pesquisa, buscamos estudar a língua fora da escola, mais precisamente nas ruas das cidades brasileiras. Sendo a língua viva o objeto de análise, esta pesquisa está inserida no campo da Linguística Aplicada (LA).

Cabe ressaltar que a LA é “transgressora” (MOITA LOPES, 2006) e está longe de ser a aplicação de teorias linguísticas no ensino de línguas. Trata-se de uma área com arcabouço teórico próprio que possui como objeto de estudo a linguagem como prática social em esferas discursivas diversas, sendo a esfera escolar apenas uma delas. O fato é que a LA foca na linguagem em movimento e em inter-relação com outras áreas do conhecimento.

Nesse sentido, tem-se também constituído como uma área feita de margens, de zonas limítrofes e bifurcações, onde se tornam móveis as linhas de partilha dos campos disciplinares e são deslocados, reinscritos, reconfigurados, os constructos tomados de diferentes tradições e áreas do conhecimento (SIGNORINI, 1998, p. 99).

Segundo Moita Lopes (2006), é preciso reinventar as maneiras de teorizar e praticar a LA a fim de responder, ou pelo menos tentar, às questões contemporâneas políticas, históricas e sociais, em espaços e vidas reais. Isso é possível a partir da interlocução com outros campos do saber e com a coragem de realizar um trabalho de fronteira. Segundo o autor:

Atravessar fronteiras no campo do conhecimento, assim como na vida, é expor-se a riscos. Mas um desafio que se deve encarar com humildade e com a alegria de quem quer entender o outro em sua perspectiva. A posição na fronteira é sempre perigosa, já que quem está além da fronteira é aquele que vai se apropriar de nosso conhecimento, vai falseá-lo ou usá-lo incorretamente. Mas ele pode ser também aquele que vai nos fazer refletir, pensar de outra

forma ou ver o mundo com um outro olhar. Em sociedades que se constituem cada vez mais de forma mestiça, nômade e híbrida, não seriam as epistemologias de fronteira essenciais para compreender tal mundo? Lembro aqui Mignolo (2000), que nos exorta a pensar por meio de uma epistemologia de fronteira em um mundo de desígnios globais e histórias locais (MOITA LOPES, 2011, p. 22).

Diante do exposto, os enunciados presentes nos cartazes de protestos das jornadas de junho de 2013 se inserem na LA por tratar da língua em uso, situada, marcada pela história e pela cultura. O cartaz de protesto é um gênero que responde a um projeto enunciativo da atualidade e está relacionado à liberação catártica política.

Em junho de 2013, milhares de manifestantes foram às ruas para contestar, denunciar, destronar e expor uma pauta social. Isso justifica a escolha dos enunciados presentes nesse gênero, devido a sua importância “como documento histórico, fonte de informação social e política, termômetro de opinião” (FONSECA, 1999, p. 13). Afinal, ele é um importante instrumento sócio-histórico de formação político-cidadã e de manifestação de opinião, que possibilita uma leitura profunda e a compreensão do momento histórico e social, indo além da questão do riso e do cômico. Dessa maneira, defendemos que os enunciados carnavalescos de protesto podem se revelar como um elemento histórico que merece ser estudado no campo da LA.

Os cartazes são centrais no cenário político do Brasil, especialmente em junho de 2013, quando houve grande número de mobilizações e uma enorme quantidade de manifestantes. Assim, faz-se necessária a reflexão em torno dessa enunciação e do modo como ela (re)significou e pautou um importante momento histórico, tornando este estudo relevante por sua reverberação na contemporaneidade.

Há uma pluralidade de pesquisas sobre as manifestações de junho de 2013, no Brasil, em diversas áreas, passando pela Ciência Política, pela Comunicação, pela História, entre outros campos, até

chegar ao campo da Linguística Aplicada. Nesse processo, percebe-se que alguns trabalhos são bastante abrangentes e interdisciplinares, enquanto outros são mais restritos à sua área do conhecimento.

Nesse contexto, interessa, para esta pesquisa, artigos, dissertações e teses que dialoguem com os enunciados de protestos que circularam nas manifestações de junho de 2013, suas relações dialógicas e os sentidos valorados, sob as lentes do Círculo de Bakhtin. Além disso, destacamos os enunciados que se relacionam com a concepção de cosmovisão carnavalesca, uma vez que esta pesquisa leva em consideração as jornadas de junho como um grande carnaval.

Sob a perspectiva bakhtiniana, fazendo o recorte de uma análise voltada para a ideologia, Iara de Almeida Piffer (2015), da Universidade Estadual do Ceará, publicou uma dissertação intitulada *A voz das ruas na mídia: uma análise bakhtiniana da ideologia sobre as manifestações de junho de 2013 em reportagens da revista ISTOÉ*. A pesquisadora analisou o conteúdo verbal e verbo-visual de cinco reportagens publicadas pela revista da edição especial denominada *A voz das ruas*, as quais versam sobre as manifestações de junho de 2013, sendo, desse modo, analisado como os signos ideológicos “manifestantes”, “policiais” e “políticos” expressaram o posicionamento axiológico dos autores das reportagens da *ISTOÉ*.

Outra pesquisa importante para a reflexão deste trabalho foi o artigo intitulado *A arena discursiva das ruas e a condição pós-moderna: da manifestação à metacarnavalização*, escrito por Anderson Salvaterra Magalhães e Maria Elizabeth da Silva Queijo, publicado na Revista Bakhtiniana (2015). O foco central do estudo foi buscar movimentos discursivos dos cartazes das manifestações das jornadas de junho de 2013 que sinalizavam relevante alteração ética e política. O artigo também apresenta as manifestações como uma cadeia comunicativa discursiva carnavalesca, relacionando-a com a praça pública e com a alteração da ordem social.

Mais um trabalho interessante que serviu de referência para esta pesquisa foi a tese de Gilvando Alves de Oliveira (2017), da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, com o tema cinema e linguagem, intitulada *A construção do discurso paródico na pornochanchada: uma cosmovisão carnavalesca*. O pesquisador teve como objeto de pesquisa a construção do discurso paródico e a cosmovisão carnavalesca na pornochanchada, sua base teórica e metodológica foi o Círculo de Bakhtin. O objetivo geral desse estudo foi investigar como o conjunto de vozes presentes na pornochanchada, por meio da carnavalização, revela posicionamentos discursivos nos anos de 1970.

Mesmo sendo sob a perspectiva da análise do discurso francesa, que se distancia deste trabalho, foi encontrada a dissertação escrita por André Henrique Nunes do Carmo (2014), intitulada *Mensagens de protesto nas manifestações de 2013 no Brasil: um estudo sobre as tentativas de apagamento da representatividade dos partidos políticos*, da Universidade do Sul de Santa Catarina. O trabalho teve como objetivo verificar se as tentativas de apagamento da representatividade dos partidos políticos nas mensagens de protesto de junho de 2013, no Brasil, estabelecem relação com as diferentes modalidades de identificação do sujeito propostas por Pêcheux. Para isso, o pesquisador usou sete mensagens/enunciados de protesto retiradas de cartazes de protesto.

2. EVENTO CARNAVALESCO: as jornadas de junho de 2013

Um grande número de manifestações e protestos de rua aconteceu em 2013, porém, os eventos que aconteceram em junho tiveram maior número de adeptos e mais atenção das mídias. Eles foram intitulados pela mídia (formal e informal) e pela academia (autores de trabalhos científicos) como: jornadas de junho, #vemprarua, atos de junho, o gigante acordou, revolta dos 20 centavos, entre outros. Os enunciados de protesto que compõem o recorte desta pesquisa são alguns dos que circularam no Brasil durante o mês de junho de 2013.

Nesse evento, consideram-se não apenas os cartazes e as faixas como processos interacionais dialógicos, mas também a própria luta. As manifestações, o ato de ir para as ruas, as passeatas e os protestos são também mensagens em processo, isto é, são práticas que comunicam a insatisfação e as posições valorativas de determinados sujeitos situados em determinado momento histórico.

A esse respeito, as redes sociais, em geral, como *Facebook* e *Twitter*, tiveram um importante papel nas manifestações de junho, uma vez que convocaram os sujeitos, mobilizaram os participantes e auxiliaram na comunicação dos protestos. Para Ricci (2014), a convocação não se deu por meio de lideranças e/ou organizações centrais, mas de forma horizontalizada, pela confiança que se tinha por aquele que convidava. Dessa forma, ela ocorreu a partir de relações individuais e grupais. Nessa perspectiva, Chico Whitaker, em sua exposição durante a mesa redonda *Debate teórico: o fenômeno das redes*, em 13 de setembro de 2013, na sede da Fiocruz em Brasília, afirma que as manifestações de 2013 podem ser consideradas um trabalho em rede, mas elas não se constituíram uma rede social, pois não tiveram uma articulação duradoura (RICCI, 2014).

Além da importância das redes sociais da internet, percebe-se outra marca das manifestações de 2013: a utopia no presente. Segundo Ricci e Arley (2014, p. 22), trata-se de “uma utopia

provisória, de demonstração de força imediata, niilista porque negava toda a forma de organização e estrutura de poder, principalmente aquelas que marcaram o século XX”. Para Marilena Chauí (2013), essa utopia provisória é paradoxal, uma vez que os manifestantes comunicaram pautas/problemas, mas não refletiram sobre as causas de tais problemas, apresentando como causa apenas o autoritarismo do sistema partidário nacional. A exemplo disso, ela relaciona jovens manifestantes de São Paulo que questionam a mobilidade urbana, mas aceitam ganhar um carro quando completam 18 anos, por exemplo. Desse modo, lutam contra aquilo que é resultado da sua própria ação. Com isso, Chauí alerta para o perigo da falta de reflexão e do reflexo de uma posição que é típica da classe média: aspirar por governos sem mediações institucionais.

Outro aspecto relevante a ser discutido sobre as manifestações de 2013 é se elas tiveram ou não caráter partidário. Para Marilena Chauí (2013, p. 1), em entrevista à *Revista Cult*, durante o mês de junho – especificamente – havia a presença de partidos políticos de esquerda como PSOL e PSTU nas manifestações, mas uma presença imatura politicamente e nada significativa:

O que vejo neste momento é que, como o PSOL e o PSTU não têm representatividade social, pois são minúsculos, o crescimento da manifestação de rua fez com que eles julgassem que poderiam se apropriar dela. Não houve liderança da esquerda, mas uma tentativa, desses partidos, de se apropriar de um movimento de massa que seriam incapazes de realizar. A mesma coisa ocorre com a direita, que não tem força de mobilização, operando sempre por lobby e por meio da repressão. [...] As mobilizações, por enquanto, estão sem rumo; têm palavras de ordem as mais variadas, mas não um rumo, o que as tornam frágeis e apropriáveis pela mídia e pela direita.

Nesse sentido, Ricci (2014, p. 30) vai além de Chauí quando afirma que “o risco à democracia não estaria posto pela crítica ao

sistema partidário que os manifestantes explicitaram, mas à ausência de alternativa a ele”, tornando a questão ainda mais complexa. Diante disso, afirmamos que as manifestações foram marcadas pela difusão, pela emoção, pelas comunicações cambiantes, pela ausência de um projeto futuro e pelo caráter provisório e efêmero, típicos das manifestações de multidões.

Com isso, as jornadas de junho trouxeram à tona a necessidade de repensar os modos de organização coletiva e a ideia de multidão. Nesse contexto, o aumento de manifestantes dispostos a ir para as ruas é resultado de mobilizações que precedem junho, somado a uma grande adesão voluntária que incidiu sobre as individualidades e coletividades.

Consideramos, nesta pesquisa, as manifestações como multidão e não como massa. Esta tem como essência a indiferença, a formatação, a liderança; já aquela, a essência é a diferença e a ingovernabilidade. De acordo com Hardt e Negri (2005, p. 141), “a multidão é o único sujeito social capaz de realizar a democracia, ou seja, o governo de todos por todos”. O que esses autores chamam de multidão, sujeito agente histórico coletivo, para Bakhtin (2012), é sujeito “eu/nós”, um sujeito “eu” histórico- social. Para o autor, o sujeito é coletivo, constrói-se na alteridade, está sempre inserido em um contexto histórico concreto, é ativo e dialógico. Além disso, executa no mundo atos responsáveis e é responsivo³ aos outros sujeitos. A noção de sujeito, na concepção enunciativo-discursiva, será mais bem desenvolvida na seção que discute o alicerce teórico deste livro.

A multidão fala de si e das heterogeneidades de vontades e é nesse contexto que se percebe a inovação e a criatividade na elaboração dos enunciados de protesto desses sujeitos singulares e coletivos. “A multidão é a forma ininterrupta de relação aberta que

3 Atitude responsiva ativa para Bakhtin/Volochínov (2014) tem relação direta com a situação material do enunciado, ou seja, como a comunicação é apropriada pelos interlocutores, quem enuncia, para quem se enuncia e quais fatores sociais, políticos e culturais estão em jogo. Tudo isso interfere diretamente na significação.

as singularidades põem em movimento” (BROWN; SZEMAN, 2006, p. 99). Para esses autores, a multidão não é uma unidade homogênea, mas uma multiplicidade que age em comum e essa multiplicidade de singularidades foi refletida e refratada nas jornadas de junho, colocando-se como um movimento em que as diferenças e a vontade de mudança se encontraram e se articularam. Segundo Hardt e Negri (2005, p. 290), “É importante ter sempre em mente que um outro mundo é possível, um mundo melhor e mais democrático, e promover nosso desejo desse mundo. A multidão é um símbolo desse desejo”.

Uma questão fundamental a ser discutida sobre o fenômeno jornadas de junho é: quais motivos/razões levaram a multidão às ruas? Quais foram os catalisadores para que isso acontecesse? A obra *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (MARICATO *et al.*, 2013), escrita por um coletivo de autores e publicada em 2013, apresenta algumas reflexões em torno dessas questões. Entre o coletivo estão alguns autores que serão citados adiante.

Para Maricato (2013), é no município que a força de trabalho se reproduz. Nesse caso, a distribuição de renda não basta para a justiça urbana, é preciso distribuir cidade, realizar reforma fundiária e imobiliária. A professora de arquitetura e urbanismo afirma também – em um debate intitulado *O Brasil nas ruas*, promovido pela UNIFESP, no dia 4 de julho de 2013 – que a cidade é produto, que alguém a produz e ganha com isso. Assim, Maricato faz uma dura crítica ao capital imobiliário e às empreiteiras que, segundo a professora, definem mais as ações na cidade que seus próprios legisladores.

Entendendo o direito à moradia como absoluto e o direito à propriedade como relativo, ela afirma que o fato de as jornadas de junho terem eclodido no Brasil tem relação direta com as circunstâncias em que se encontram as cidades. De fato, percebe-se a urbanização como elemento central nas manifestações. Para Maricato,

[...] é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades.

Essa mesma cidade que é ignorada por uma esquerda que não consegue ver ali a luta de classes e por uma direita que aposta tudo na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público. Para completar, falta apenas lembrar que há uma lógica entre legislação urbana, serviços públicos urbanos (terceirizados ou não), obras de infraestrutura e financiamento de campanhas eleitorais (MARICATO, 2013, p. 19).

Carlos Vainer (2013) aposta na relação entre as jornadas de junho de 2013 e a violência física e simbólica, ou seja, a imposição de comportamentos, valores e hábitos daqueles atores sociais que têm o poder. Seu raciocínio também perpassa pela falta de atenção das autoridades, seu descaso em relação aos cidadãos e a falta de um processo de escuta, de comunicação direta com a sociedade.

Em termos imediatos e conjunturais, a resposta provavelmente está na arrogância e na brutalidade dos detentores do poder. Seu autismo social e político, sua incapacidade de perceber a velha toupeira que trabalhava no subsolo do tecido social promoveu, em poucos dias, aquilo que militantes, organizações populares e setores do movimento social urbano vinham tentando há algum tempo: unificar descontentamentos, lutas, reivindicações, anseios. Não é a primeira vez que isso acontece na história. Aconteceu agora entre nós (VAINER, 2013, p. 36).

Já Adriano Senkevics (2015) enuncia que não é possível afirmar que as jornadas de junho foram difusas. Para ele, existiu uma linha condutora com agenda clara que nasceu do movimento de esquerda MPL (Movimento Passe Livre). Ele defende que o movimento perdeu o foco quando o MPL foi engolido pela multidão, após 17 de junho, quando as manifestações ganharam repercussão midiática e dimensão nacional. Com isso, os sujeitos sociais das manifestações passaram a ser todos: “da elite que bate panela na varanda aos moradores de rua incomodados com a violência policial. Talvez tenha

sido essa riqueza, ambígua por excelência, que tornou junho de 2013 um marco no Brasil contemporâneo” (SENKEVIC, 2015). Para esse autor, não há dúvidas de que as jornadas de junho de 2013, mesmo diante de tantas controvérsias, ficarão marcadas na história como movimentos eminentemente de esquerda e chama a atenção para a força e a qualidade das manifestações.

Há quem afirme o contrário, como Machado (2017), e acredite que as jornadas de junho foram fruto de uma semente de mobilização da direita, que ganhou muita força, progressivamente a partir as jornadas de junho. Tal força cresceu aos poucos e conseguiu mobilizar uma massa direitosa significativa, hoje chamada de MBL, e muito conhecida por defender o livre mercado como solução para os problemas econômicos e por ser antipetista.

Venício de Lima (2013) parte de uma reflexão sobre como a indignação gerada nos protestos de junho de 2013 foi canalizada no Brasil, quando diversas pessoas – em sua maioria jovens – foram às ruas protestar contra o aumento da tarifa do transporte público, posteriormente englobando aspectos mais gerais, como protestos contra a corrupção e insatisfação com os governos, em todos os âmbitos, incluindo o federal. Nesse período, Dilma Rousseff exercia seu primeiro mandato como presidenta, sendo o terceiro mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores (PT) no poder.

Por sua vez, Silvia Viana defende a qualidade e a maturidade do movimento, em especial a fase do MPL que, segundo a socióloga, soube mobilizar a população com sabedoria e coragem e sair dele no momento certo. Para ela, “ao contrário do que se tem afirmado, o abalo não ocorreu devido à quantidade de adesões que se seguiram à quinta-feira esfumaçada, e sim graças à qualidade do movimento que as convocou” (VIANA, 2013, p. 57).

Braga (2013) considera as jornadas de junho como a maior guinada popular da história do país. Para ele, as mobilizações comunicam a péssima qualidade de vida do trabalhador urbano, somada às inquietações com problemas de transporte público, violência policial e de especulação imobiliária. Dessa forma, na obra

Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, ele afirma que houve um progresso social, principalmente para as camadas mais jovens da população – até 18 anos, todavia, com data de validade. Grande parte dos jovens estava empregada, causando uma falsa expectativa de ascensão social, porque a maioria dos postos de trabalho têm péssimas condições e salários baixos.

A questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para interpretarmos a maior revolta popular da história brasileira. Desde os anos 1950, o proletariado precarizado mobiliza-se pela ampliação dos direitos de cidadania. O PT e a CUT descendem diretamente da habilidade do proletariado precarizado brasileiro de transitar muito rápido da aparente acomodação política à intensa reivindicação por direitos (BRAGA, 2013, p. 81-82).

Para Oliveira (2013), integrante da liderança do Movimento Passe Livre em São Paulo, as manifestações de junho são um fenômeno fabricado, resultado de um longo trabalho de base. Em entrevista à *Revista Caros Amigos*, ela afirma:

Existia uma demanda reprimida não só pela questão do transporte, mas por estar nas ruas mesmo. Por que as pessoas resolveram sair às ruas agora e não antes? Acho que tem algumas explicações, uma é a própria manifestação do Passe Livre, que já faz luta na cidade há muitos anos, desde 2005. Outra vem da própria demanda por transporte coletivo, acho que em 2013 foi dado um “chega” a uma situação que se arrasta por décadas. É resultado de uma opressão cotidiana que as pessoas vivem pela tarifa e pelas condições do transporte (OLIVEIRA, 2013, p. 32).

Maurício Carvalho (2013) – militante do PSOL e do “Juntos” (Juventude em Luta) -declara para a *Revista Caros Amigos*, em entrevista concedida a Aray Nabuco, Frédi Vasconcelos, Rafael Zanvettor e Wagner Nabuco, que as péssimas condições do

transporte urbano, o aumento da tarifa previamente anunciado e as mobilizações em todo o mundo - como a Primavera Árabe, o protesto Occupy Wall Street e o movimento de base Los Indignados da Espanha - foram os principais motivos para a explosão das jornadas de junho.

Primeiro porque a situação do transporte em São Paulo chegou a estágio de insustentabilidade brutal. Todo mundo que pega ônibus ou metrô vê a situação, o que gera indignação popular muito grande. E havia um elemento diferente, pois, o aumento das passagens já estava anunciado para o meio do ano. Então a gente sabia que tinha tempo de organizar, conversar nas escolas, nas universidades, nos locais de moradia, de trabalho, nos bairros. Fora isso, havia a avaliação de que a situação nacional e mundial também estava mais favorável. Em 2012 tinham ocorrido lutas como, por exemplo, a dos bombeiros, a Marcha da Liberdade, as Marchas das Vadias, os atos contra Feliciano...já havia uma retomada da cultura de rua. As eleições também demonstraram que havia uma insatisfação generalizada com os transportes e, ao mesmo tempo, a situação mundial estava mudando. Existiam mobilizações em vários países, como a Primavera Árabe, a ocupação das praças na Europa e o caso da Turquia, que foi bastante explosivo. Então, esse caldo de coisas, além do aprofundamento da crise econômica, permitia que a luta chegasse a muito mais gente (CARVALHO, 2013, p. 33).

Já Moreira (2013) - da Comissão Executiva Estadual da ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre) de São Paulo -, também em entrevista concedida para a Revista *Caros Amigos*, discute o canalizador das manifestações. Para ele,

[...] o principal elemento desde o princípio dessa mobilização foi a combinação entre a situação de completo abandono dos serviços públicos com a preparação do país para um evento do porte da Copa do Mundo. A

contradição entre os estádios suntuosos e a qualidade dos serviços públicos de saúde, transporte e educação. Isso se transformou num catalisador do processo de mobilização, que acompanha também o processo internacional e a dinâmica do que vinha acontecendo em nosso País. Não é à toa que chegamos neste semestre ao maior número de greves dos últimos anos. Acho que a mobilização da juventude é um termômetro, um fenômeno mais estrutural do que se passa no País, de questionamento de tudo que está acontecendo e da dinâmica da política econômica aplicada pelo governo (MOREIRA, 2013, p. 33).

Diante disso, percebe-se que foram vários os motivos, as razões e os catalisadores que levaram a população às ruas em junho de 2013. Para Gohn (2014), as manifestações passaram por três momentos específicos, o que ela chama de 1ª, 2ª e 3ª fase das jornadas de junho. A primeira fase, que iniciou em 6 de junho, foi marcada pela desqualificação e pelo descaso tanto das autoridades quanto da mídia. Nesse caso, as manifestações concentravam-se em torno do aumento da tarifa de transporte público e foi organizada de modo descentralizado pelo Movimento Passe Livre (MPL). Como resultado, houve criminalização dos manifestantes, pois essa foi a saída que os governantes encontraram para fugir da situação. A segunda fase aconteceu a partir de 14 de junho, sendo marcada pela violência policial, pela revolta popular e pelo susto com o movimento de massa. A terceira fase é a que Gohn (2014) chama de “a vitória da demanda básica”, uma vez que o aumento das tarifas foi cancelado em vários locais e o MPL comemorou a notícia com um grande ato e se retirou das mobilizações. Trataremos a seguir acerca de cada uma dessas fases .

2.2 PRIMEIRA FASE DE JUNHO DE 2013

Os protestos de 2013, que aconteceram fortemente nas grandes capitais e que se espalharam pelas cidades, têm sua história iniciada

em vários locais do país e em vários momentos diferentes, como em 1990, com o projeto de lei de gratuidade de transporte público da Luiza Erundina, prefeita de São Paulo, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo Chauí (2013):

Erundina enfrentou a máfia dos ônibus, e uma reação em cadeia provocada pelos grandes empresários da construção civil e dos lojistas. Movimentos contrários dos chamados bairros nobres, como Cidade Jardim, Higienópolis, Moema, pipocaram. Foi uma coisa medonha no nível da sociedade civil, e os empresários de ônibus se mancomunaram com a Câmara Municipal para impedir a aprovação do projeto (CHAUÍ, 2013).

Outra raiz das manifestações de 2013 foi a constituição do Movimento pelo Passe Livre (MPL), em junho de 2005, em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial. O objetivo do movimento foi de lutar pelo passe livre de estudantes de todo o Brasil. Os integrantes organizados e integrados influenciaram a capital catarinense, onde já havia uma organização desde 2000 (RICCI, 2014).

Espelhados na Revolta do Buzu (contra o aumento do transporte público), que aconteceu em Salvador, em agosto de 2003, Florianópolis sediou, em 2004, o movimento intitulado a “Revolta da Catraca”. Em 2005, as manifestações aconteceram em Vitória, Espírito Santo, mesmo ano em que ocorreu o II Encontro Nacional do Movimento Passe Livre em Campinas, estado de São Paulo. Segundo Ricci (2014), é possível perceber as aproximações entre as manifestações de junho de 2013 e os princípios discutidos nesse evento do MPL, tais como: independência, autonomia, horizontalidade, rejeição ao controle e a pauta “tarifa zero”.

Natal, capital precursora e fundamental na luta por um transporte gratuito e de qualidade, é marcada pela “Revolta do Busão”, que se fortaleceu como movimento em 2012. As manifestações em torno do transporte aconteciam na cidade desde a década de 1990. Trata-se de mobilizações lideradas por anarquistas, estudantes

e militantes de juventudes partidárias, que tomavam as decisões coletivamente em assembleias e que criticavam severamente a privatização do direito de ir e vir.

Entre janeiro e início de junho de 2013, várias pequenas manifestações contra o aumento da tarifa de transporte público ocorreram em cidades brasileiras como: Porto Alegre, São Paulo, Pirituba e Natal, inclusive, em meio à forte repressão. Algumas ruas foram bloqueadas, houve batuques de fanfarras e, em Pirituba, os estudantes chegaram a queimar uma catraca. Em março de 2013, representantes do PSOL protocolaram, em Porto Alegre, uma ação cautelar contra o aumento das tarifas (G1, 2017).

No dia 2 de junho de 2013, houve aumento de 20 centavos na passagem de ônibus e metrô em São Paulo e Rio de Janeiro. No dia 3, houve um grande movimento na periferia de São Paulo liderado pelo MPL. No dia 6 de junho, houve um grande ato envolvendo o Movimento Passe Livre – cuja luta é focada na gratuidade do transporte público – e algumas entidades ligadas à juventude da esquerda, na cidade de São Paulo (GOHN, 2014).

Uma das manifestações mais importantes de junho foi a que aconteceu dia 13, com uma adesão enorme. Nesse caso, houve vários atos de violência policial que foram repercutidos nas redes sociais e contribuíram para a mudança dos rumos das manifestações, uma vez que, depois disso, a população passou a apoiar e a defender as mobilizações. Na ocasião, jornalistas foram feridos, incluindo a repórter da *TV Folha*, Giuliana Vallone, que estava em um estacionamento na rua Augusta, e o fotógrafo Sérgio Silva, ambos atingidos por bala de borracha nos olhos. O fotógrafo jornalista *freelancer* passou por cirurgia, mas, ainda assim, perdeu a visão do olho esquerdo. Além desses, o jornalista Piero Locatelli, repórter da *Carta Capital*, foi detido e Fábio Braga, também da *TV Folha*, foi atingido no rosto. No mesmo dia 13, em torno de 200 pessoas foram detidas, a maioria por portar vinagre, recurso utilizado durante todo o mês para amenizar os efeitos do gás lacrimogêneo (FOLHA DE S. PAULO, 2013a).

No mesmo dia, durante a noite, a violência se deu também entre manifestantes. Com cerca de 100 mil pessoas que estavam nas Avenida Paulista, o clima de tensão entre manifestantes e grupos partidários tomou conta. Houve provocações e agressões de um grupo caracterizado com a bandeira Brasil, que gritava a frase “sem partido” para os militantes partidários. Segundo Viana (2013, p. 57), houve agressão física e verbal, além de bandeiras queimadas “de um lado, cenas verde-e-amarelas, de outro, cenas vermelhas”.

As primeiras manifestações de junho de 2013 tiveram poucas e isoladas ações de depredação, traziam às ruas de 2 a 10 mil manifestantes e foram marcadas pela desqualificação e deslegitimação do governo e da grande mídia, como a Rede Globo de Televisão e o Grupo Bandeirantes, que dificultam o debate público das manifestações. As coberturas midiáticas das manifestações – nessa primeira fase de junho – relataram os protestos como se se tratasse de uma guerra civil. Não seria um exagero afirmar que algumas emissoras se referiam aos manifestantes como se eles fossem terroristas fortemente armados, violentos e descontrolados (RAMTHUM, 2013).

Um exemplo de desqualificação das manifestações foi a declaração histórica do comentarista Arnaldo Jabor, no *Jornal da Globo*, exibido na televisão no turno da noite, em 12 de junho de 2013:

Mas, afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus. Não pode ser por causa de 20 centavos! A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível! Ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs, não! Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis Molotov, que ganham muito mal! No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo. Há talvez a influência da luta na Turquia, justa e importante contra o islamismo fanático.

Mas, aqui, se vingam de quê? Justamente a causa deve ser a ausência de causas. Isso! Ninguém sabe mais por que lutar em um País paralisado por uma disputa eleitoral para daqui a um ano e meio. O governo diz que está tudo bem, apesar dos graves perigos no horizonte, como inflação, fuga de capitais, juros e dólar em alta. Por que não lutam contra o Projeto de Emenda Constitucional 37, a PEC 37, por exemplo, que será votada dia 26 no Congresso, para impedir o Ministério Público de investigar? Talvez eles nem saibam o que é a PEC 37, a lei da impunidade eterna. Esses caras vivem no passado de uma ilusão. Eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50, que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos (JABOR, 2013a).

Na declaração, o jornalista relaciona as manifestações com uma facção criminosa de São Paulo, Primeiro Comando da Capital – PCC, e ridiculariza os manifestantes e sua pauta histórica – a questão da tarifa –, afirmando que se tratava de revoltosos de classe média que nada valiam. Mesmo em momento posterior, quando a mídia passa a apoiar os manifestantes, a denunciar a truculência policial e a contar os casos críticos, como o do jornalista da *Carta Capital*, que foi preso por portar vinagre, ainda assim, a mídia não trouxe à tona as reflexões em torno do direito à mobilidade, do oligopólio dos transportes e da supremacia do lucro empresarial, questões cruciais na primeira fase das manifestações de junho, marcadas pelo MPL (LOCATELLI, 2013).

Outro momento clássico da deslegitimação da grande mídia em relação aos protestos de junho foi a enquete feita no jornal televisivo *Brasil Urgente*, em 13 de junho de 2013, em que o apresentador, José Luiz Datena, induz, de maneira exaustiva, o telespectador a ser contra as manifestações. Na ocasião, a primeira pergunta de enquete exibida foi: “Você é a favor deste tipo de protesto?”. O “sim”, desde o início, teve um número muito maior. Diante disso, o apresentador

se colocou contra o aumento da passagem e dos metrô e ressaltou que a enquete se tratava de manifestações com “baderna” e “quebra-quebra”, então, solicitou que a produção alterasse a pergunta para: “Você é a favor de protesto com baderna?”. Mesmo com a insistência do apresentador em desqualificar o movimento, os telespectadores se mostraram favoráveis às manifestações. Como resultado, foram 2.179 votos a favor e 915 votos contra.

Então é baderna eu sou contra, velho. Me incluía fora dessa. Me incluía fora dessa, desse negócio de baderna. Entendeu? Eu acho que o protesto tem de ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública. E jogam esses caras contra a população, porque tem muita gente que está revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto. Um protesto violento. Então vou fazer uma pesquisa em cima disso. Deixe eu ver a pergunta. “Você é a favor deste tipo de protesto”? Que incluía depredação pública? O pessoal mandando nas vias públicas? Eu não estou falando sobre o aumento da passagem que eu também sou contra, mas o tipo de protesto que tem acontecido com quebra-pau. Até agora a maioria, eu não sei se os caras entenderam bem, mas a maioria está achando que esse protesto de quebrar tudo e tal é legal. Quer dizer. A opinião do público prevalece. Eu não quero aqui... Eu dou minha opinião, eu não sou a favor de quebra-quebra, porque acho que é vandalismo. Acho que é vandalismo. Esse tipo de protesto com baderna eu sou contra. Eu votaria no NÃO. Eu votaria no NÃO, porque eu não sou a favor, desse tipo de protesto. “Você é a favor desse tipo de protesto”? Não, 1233 pessoas estão dizendo NÃO. Mas quase, quase 1700 pessoas que não aguentam mais e estão dizendo sim. A voz do povo é a voz de Deus. Tá pau a pau, mas tem muito mais gente dizendo que sim, do que não. Se bem que... Tá pareado. Será que nós formulamos bem a pergunta? “Você é a favor de protesto com baderna”? Eu acho que essa seria a pergunta. 2839 pessoas disseram que

são a favor desse tipo de protesto. O cara que liga (a TV naquele momento) ta vendo tudo ali calmo, tranquilo, pode até achar que a pergunta é essa (“Você é a favor desse tipo de protesto?”). Façam a pergunta (pede a produção dele) da forma que eu pedi para formular. Repito. Sou a favor de manifestação pacífica, sou contra o aumento de ingresso, sou a favor de melhoria no transporte coletivo, não teria aumentado as passagens de ônibus, metrô e trem. Não teria aumentado. Não teria aumentado mesmo. Mas... Façam a pergunta do jeito que eu pedi, por favor. “Você é a favor de protesto com baderna?”, porque aí fica claro. Se não, o cara não entende. Cadê a outra pesquisa que eu pedi para fazer? Para eu ver se as pessoas entenderam ou não e se é isso mesmo. “Você é a favor de protesto com baderna”? A gente está só começando a pesquisa, para vê se o povo não tinha entendido da outra vez. Já deu para sentir. O povo está tão “P” da vida com o aumento de passagem, não interessa se é de ônibus, se é de trem, ou se é de metrô; o povo ta tão “P” da vida, que apóia qualquer tipo de protesto, pelo que eu vi. Fiz duas pesquisas, achei que uma palavra poderia simplesmente não estar sendo bem entendida. A palavra protesto. Poderia englobar um protesto com baderna ou sem baderna, mas as duas pesquisas deram praticamente a mesma proporção, o mesmo resultado. As pessoas estão apoiando o protesto, porque não querem o aumento de passagem. Então pode tirar (DATENA, 2013).

Além da desqualificação da grande mídia, particularmente da Rede Globo de Televisão e do Grupo Bandeirantes, a primeira fase de junho é marcada pelo descaso do governo, por sua insistência em tornar ilegítimas as manifestações e suas apostas de que logo elas se esvaziariam. A pouca atenção se dá pelo fato de as autoridades demorarem em responder aos anseios sociais, como pode ser observado no silêncio da presidenta da república nessa fase e, no dia 11 de junho, quando o governador Geraldo Alckmin condenou, de Paris, onde estava, os protestos e elogiou a polícia. Segundo

Chauí (2013), o único que dialogou com os movimentos sociais foi o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad. Apesar disso, ele só foi revogar o aumento das tarifas posteriormente, na terceira fase de junho.

Percebe-se, não somente nessa fase como ainda nas três fases, o uso da internet, o caráter viral dos cartazes/faixas e a forte presença de comunicações multimodais. Para Castells (2013, p. 176):

As redes sociais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. [...] ela cria condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se.

Os modos como os governos e os meios de comunicação se comportaram contribuíram ainda mais para o que será chamado de segunda fase dos protestos de junho, a ser discutido na próxima seção desta pesquisa. O descaso do governo e dos meios de comunicação contribuiu para o aumento de manifestantes e para a ampla repercussão nacional, que veio entrelaçada do sentimento angustiante de que “tem tanta coisa errada que não cabe em um cartaz”.

“Tem tanta coisa errada que não cabe em um cartaz”, enunciado de um cartaz, reflete o sentimento de indignação e de revolta. Percebe-se que, nesse caso, não há uma demanda específica para comunicar nem um leitor-alvo para negociar, trata-se de uma manifestação contra tudo. O cartaz viralizou e esteve presente em várias manifestações, além de estar disponível em sites e em notícias publicadas durante o mês de junho de 2013.

2.3 SEGUNDA FASE DE JUNHO DE 2013

Para Gohn (2014), o segundo momento das jornadas iniciou-se entre os dias 13 e 14 de junho. Nessa fase, o foco foi a violência

policial, a revolta popular e o susto pelo movimento de massa. Com 192 detenções no dia 13 e dezenas de feridos – incluindo jornalistas –, a opinião pública mudou e as manifestações ganharam centenas de novos adeptos com variadas pautas de luta.

Um grande ato do Movimento Passe Livre foi organizado para o dia 13 de junho, o 4º ato do MPL, no centro de São Paulo, quando houve o marco de vinte mil manifestantes. Desse modo, as manifestações foram repetidas em várias outras capitais brasileiras e, em seguida, pelo interior do país. Por conseguinte, houve várias passeatas, protestos, atos públicos e manifestações, que aconteceram em solidariedade aos manifestantes de São Paulo.

Por seu turno, a grande mídia precisou mudar o seu discurso e passou a afirmar que as manifestações eram legítimas e pacíficas. Ademais, começaram a enunciar que a violência e os excessos eram cometidos por grupos pequenos e pontuais de pessoas. Arnaldo Jabor mudou o discurso a ponto de desculpar-se. Como diz Bauman (2001), são tempos dos discursos líquidos, volúveis, porosos e que se adequam para agradar o público.

À primeira vista esse movimento parecia uma pequena provocação inútil que muitos criticaram, erradamente, inclusive eu. Nós temos democracia desde 1985, mas democracia se aperfeiçoa senão decai [...] de repente reapareceu o povo. De repente o Brasil virou um mar. Uma juventude que estava calada desde 1992, uma juventude que nascia quando Collor caía acordou, abriram os olhos e viram que temos democracia; mas uma República inoperante. Os jovens acordaram porque ninguém aguenta mais ver a República paralisada por interesses partidários ou privados [...]. É muito mais do que 20 centavos: O Movimento Passe Livre tinha toda a cara de anarquismo inútil, e temi que toda a energia fosse gasta em bobagens, quando há graves problemas no Brasil. Mas desde quinta-feira, com a violência policial, ficou claro que há uma inquietação tardia (JABOR, 2013b).

A mídia também deixou de enunciar que a juventude militante da esquerda era responsável pelo quebra-quebra e passou a afirmar que, entre eles, havia poucos oportunistas que queriam ganhar visibilidade com o grande movimento. Aumentou, nessa fase, a fúria dos manifestantes em relação aos que protestavam com bandeiras de partidos políticos, sujeitos estes com história de militância, que durante toda a sua caminhada fizeram greves, piquetes, mobilizações e enfrentamentos policiais. A partir de então, as manifestações foram marcadas não só pelo caráter plural e difuso das pautas mas também pela falta de liderança e pelas narrativas menos racionais e mais intuitivas (GOHN, 2014).

No dia 17 de junho, houve uma grande manifestação que reuniu centenas de milhares de pessoas. Estima-se que 215 mil pessoas em 12 cidades. Só em São Paulo, o Instituto Datafolha contou 65 mil manifestantes nesse dia e 100 mil pessoas só no Rio de Janeiro. Esse dia foi marcado por uma grande convocação do MPL. Os meios de comunicação, ao noticiarem isso, tiraram o foco principal, ou seja, não deram atenção para as questões a respeito da mobilidade urbana e do lucro dos grandes empresários de transporte público. Em lugar disso, foi noticiado que o ato seria contra o aumento da tarifa, mas também contra o mensalão, contra a corrupção, contra os gastos do governo com megaeventos etc. Isso contribuiu para reforçar no imaginário de alguns telespectadores que as manifestações poderiam estar associadas a uma mobilização contra as ações do governo do PT (Partido dos Trabalhadores). Tratou-se de uma manobra midiática (GOHN, 2014).

2.4 TERCEIRA FASE DE JUNHO DE 2013

As datas das três fases de junho não são fixas, apenas dividem o mês em três momentos distintos. Para Gohn (2014), o terceiro momento inicia-se entre os dias 19 e 20 de junho. Essa fase ela chama de “a vitória da demanda básica”. Isso porque, no dia 19 de junho, foi revogado o aumento das passagens em mais de 100 municípios,

incluindo São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, os governantes deixaram claro que isso causaria prejuízo em outras áreas como saúde e educação.

No dia 20, houve a maior manifestação de junho de 2013. Empregadores liberaram funcionários, escolas dispensaram alunos, pais consentiram que seus filhos fossem para as ruas. Até a Rede Globo de Comunicação suspendeu sua programação oficial de telenovela das 20 horas para dar espaço integral à cobertura das manifestações. Atos em 13 capitais reuniram 1 milhão de pessoas. Vale ressaltar que parte desse grande número de adesão do dia 20 não foi somente fruto das redes sociais. Nessa fase, as manifestações foram também resultado das chamadas da mídia hegemônica. Muitas pessoas viram os protestos na televisão e se sentiram convidadas a participar deles. Nesse dia, o Palácio Itamaraty, em Brasília, foi depredado. O MPL marcou um ato para o dia 20 com o intuito de comemorar a revogação do aumento e saiu de cena no dia 21 de junho, quando grupos alheios ao movimento promoveram atos pontuais de depredação simbólica (GOHN, 2014).

O dia 20 também foi marcado pela violência em relação aos manifestantes partidários, aos moldes de como aconteceu na segunda fase de junho de 2013. A hostilidade foi tamanha que, no Rio de Janeiro, manifestantes tiveram suas camisetas e bandeiras rasgadas e, em Natal-RN, o presidente do PSTU, Dário Barbosa, dirigente de professores, teve de ser hospitalizado porque levou uma garrafada na face. Em São Paulo, a Juventude do PT foi fortemente hostilizada na Avenida Paulista (VALENÇA, 2014).

Percebe-se, assim, uma forte repulsa de alguns em relação aos partidos políticos. Nossa pesquisa não é sobre isso, mas é possível refletir sobre essa questão a partir de dois vieses: por um lado, um grupo de sujeitos que está realmente cansado do modelo de representatividade existente, por isso a distância entre ele e o estado só tem aumentado. Por outro lado, um discurso da mídia que vem criando uma narrativa de que “partido político não presta”, inculcando

inconscientemente uma rejeição que resulta em cartazes, como “Fora todos os partidos”.

Nesse processo, o MPL – protagonista da primeira fase de junho de 2013 – diz-se apartidário, mas não antipartidário. O movimento fez críticas aos ataques feitos e deixou claro o descontentamento em relação às mudanças do rumo das manifestações. A esse respeito, como bem coloca Secco (2013, p. 74), “é preciso lembrar que a taxa de apartidarismo por parte da população sempre foi alta no Brasil, uma vez que os partidos burgueses e as instituições representativas nunca vicejaram entre nós”. A sequência de equívocos de vários governos e uma mídia que insiste em propagar apenas a versão da política essencialmente corrupta contribuíram para que alguns tenham tal aversão.

Diante disso, as pautas do MPL ligadas à gratuidade do transporte urbano e ao direito do cidadão de ir e vir foram rapidamente (re)significadas e ampliadas para pautas relacionadas aos serviços públicos urbanos em geral, como saúde, educação e segurança. Passou-se, especialmente na terceira fase, de uma crítica do MPL a um modelo de urbanização para uma crítica a respeito de programas de governo e de ações pontuais da administração pública da esfera estadual e federal.

As manifestações de junho foram vitoriosas na medida em que: o aumento das passagens de transporte público urbano foi cancelado em várias cidades; houve rejeição à PEC 37/2011 e o arquivamento do projeto popularmente conhecido como “a cura gay” (arquivado após manifestações de 2013, porém, voltou para a Câmara dos Deputados em 2017). Além disso, a presidenta Dilma Rousseff propôs um pacto no seu pronunciamento, em cadeia nacional de rádio e televisão, no dia 21 de junho, afirmando que faria audiências com os movimentos sociais e um plebiscito para encaminhar a reforma política. Em resposta às reivindicações, o Congresso Nacional tornou a corrupção um crime hediondo, arquivou a PEC 37 e proibiu o voto secreto nas votações de cassação de mandato de legisladores acusados de irregularidades. Tudo isso aumentou o empoderamento

social e a crença nas manifestações de rua, que se tornaram constantes nos anos seguintes (GOHN, 2014).

O pacto anunciado dia 21 possuía três eixos fundamentais, a saber: a elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, focada no transporte coletivo; a destinação de todos os recursos do petróleo para a educação; e a possibilidade da vinda de médicos estrangeiros para a ampliação imediata do Sistema Único de Saúde. Para Henriques (2013, p. 54), as manifestações de junho são:

Um momento definido de sinergia, de fluxo de amplas convergências- e polifônico-, que sintetiza percepções, experiências e sentimentos comuns de crise, insere novos elementos no panorama político e desloca as divergências. Mas não opera apenas no âmbito limitado de marchas de rua. Percorre as várias dimensões espaço-temporais das nossas formas de comunicação, de partilha coletiva e de sociabilidade, características das sociedades complexas que recaem diretamente sobre como vivemos, percebemos, compreendemos e organizamos nossas relações em público.

Face ao exposto, considera-se junho de 2013 um momento ímpar, que resume uma crise social, altera o panorama político, desafia os estudos em torno dos movimentos sociais, traz à tona a comunicação colaborativa, dialoga com manifestações de outros países, “acontecimento-núcleo de várias questões que se fundiram em um determinado intervalo de tempo” (SILVA; ZIVIANI, 2014, p. 7).

Nesse contexto, procurou-se apresentar três importantes momentos das manifestações de junho: a fase MPL, o momento em que a grande massa foi para as ruas e o ápice do empoderamento social.

3. FOLIA TEÓRICA: concepção de linguagem

A base dos pressupostos do Círculo de Bakhtin é a concepção dialógica da linguagem. Sob essa ótica, a palavra é arena de luta. Há nela oposições e interações. Ela é sempre perpassada pelo outro. Nessa concepção, não há espaço para a leitura unilateral e fechada, uma vez que a língua é viva, móvel, incompleta e de natureza interdiscursiva e social. Vai-se além das unidades mínimas de significado na frase, parte-se do texto e das inter-relações dele com o contexto e com os sujeitos escreventes e leitores.

Estando a língua em constante transformação, ela se destaca por ser um evento de natureza socioideológica. Pensando assim, Bakhtin e o Círculo inauguram uma nova linguística, que considera a língua um bem comum, regida por leis externas ao próprio sistema linguístico. Para o grupo, o que importa é a necessidade comunicativa dos sujeitos e não a norma em si, como sistema imutável. “O sistema linguístico é o produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 95).

O que é importante para os sujeitos escreventes/falantes e leitores/ouvintes é a resignificação do signo, a variabilidade contextual da enunciação, o seu caráter socioideológico.

Não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas concernentes à vida (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 98-99).

Nessa concepção, língua e ideologia são inseparáveis, o que é comunicado tem relação direta com a consciência do sujeito escrevente/falante, que é quem enuncia. Quanto às interações, estas são consideradas práticas sociais. Diante disso, fica impossível compreender as práticas discursivas, mais especificamente os enunciados dos cartazes/faixas de protesto, como algo monológico, justamente porque elas consistem em práticas sociais contextuais, ou seja, em processos complexos e dialógicos.

Para Bakhtin/Volochinov (2014), a palavra é determinada pela situação social e histórica e tem tantas significações quanto contextos possíveis, sem deixar de ser uma, visto que não se dissocia do sentido mais enraizado. Tais sentidos não estão lado a lado necessariamente, podendo estar em contextos conflitantes, inclusive. Por isso, estão em eterno estado de interação e exclusão. Tendo um sentido em cada contexto, a enunciação torna-se única, mas não individual, uma vez que é essencialmente de natureza social.

3.3 RELAÇÕES DIALÓGICAS

Antes de tratar a respeito do dialogismo, faz-se necessário entender o que é discurso e língua para Bakhtin, uma vez que tais concepções estão intimamente entrelaçadas:

Intitulamos este capítulo 'O Discurso em Dostoiévski' porque temos em vista o discurso, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente legítima e necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso (BAKHTIN, 2011, p. 207).

Assim, pode-se afirmar que discurso é a língua em uso, viva, e não uma mera abstração, como consideravam os formalistas. A língua apresenta-se na modalidade oral ou escrita, efetiva-se em forma de enunciado e está relacionada sempre a algum campo da atividade humana.

Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas do uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. (BAKHTIN, 2015, p. 261).

Assim, língua é interação dialógica. Bakhtin usa o termo diálogo, porém, devido à falta de compreensão a respeito do termo, os pesquisadores têm usado o termo dialogismo, quando se trata de uma concepção mais geral do Círculo; e “diálogo” e “dialógico”, remetendo ao modo de funcionamento da linguagem. Muitos leitores compreendiam como sendo sequência de falas face a face, troca de turnos de fala ou falas justapostas de uma narrativa. Esse conceito de diálogo, mais literal, faz parte dos estudos da Teoria da Conversação e das narrativas dos Estudos Literários. No entanto, na teoria enunciativo-discursiva, esse conceito é ampliado.

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 127).

O diálogo, para Bakhtin, contrasta com a noção de diálogo monológico, monovocal, uma única voz, ou seja, enunciados de um único sujeito. Dialogismo é o oposto disso e tem relação com o discurso que se efetiva por meio das relações dialógicas, que não são apenas relações linguísticas/intertextuais, mas integrais, que dialogam com diferentes enunciados de diferentes sujeitos da história.

Dois enunciados, separados um do outro no espaço e no tempo e que nada sabem um do outro, revelam-se em relação dialógica mediante uma confrontação do sentido, desde que haja alguma convergência do sentido (ainda que seja algo insignificante em comum no tema, no ponto de vista, etc.) (BAKHTIN, 2015, p. 354).

Em *Problemas da poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2011) realiza um profundo estudo sobre o dialogismo a partir das obras do autor, romancista capaz de personificar o cerne das relações dialógicas. Nos romances analisados, Bakhtin ressalta que não há o apagamento de vozes em detrimento da voz autoritária do autor.

Assim, pois, nas obras de Dostoiévski não há um discurso definitivo, concluído, determinante de uma vez por todas. [...] A palavra do herói e a palavra sobre o herói são determinadas pela atitude dialógica aberta face a si mesmo e ao outro. [...] No mundo de Dostoiévski não há discurso sólido, morto, acabado, sem resposta, que já pronunciou sua última palavra (BAKHTIN, 2011, p. 291).

Assim, permeado de variadas vozes sociais, os tais romances dostoiévskianos possibilitam embates dialógicos, mostrando atitudes valorativas dos sujeitos de diferentes orientações axiológicas. Tudo isso são relações de diálogo.

Para Bakhtin (2011), essas relações dialógicas são objetos da metalinguística e não da linguística propriamente dita, ou seja, não se voltam exclusivamente à língua em si, no sentido genuinamente linguístico. As relações dialógicas entre os enunciados:

[...] não são linguísticas no sentido rigoroso do termo. Podem ser situadas na metalinguística, subentendo-a como um estudo – ainda não-constituído em disciplinas particulares definidas – daqueles aspectos da vida do discurso que ultrapassam – de modo absolutamente

legítimo – os limites da linguística. As pesquisas metalinguísticas, evidentemente, não podem ignorar a linguística e devem aplicar os seus resultados. A linguística e a metalinguística estudam um mesmo fenômeno concreto, muito complexo e multifacético – o discurso, mas estudam sob diferentes aspectos e diferentes ângulos de visão. Devem completar-se mutuamente e não fundir-se (BAKHTIN, 2011, p. 207).

Ainda na mesma obra, Bakhtin propõe um novo subcampo para os Estudos da Linguagem: a metalinguística ou translinguística, enfim, uma disciplina que fosse além da linguística, que pudesse estudar o dialogismo entre os discursos e que abrangesse questões históricas, sociais e ideológicas, ou melhor, que compreendesse a língua como enunciado.

[...] a linguística estuda a linguagem propriamente dita com sua lógica específica na sua generalidade, como algo que torna possível a comunicação dialógica, pois ela abstrai conseqüentemente as relações propriamente dialógicas. Essas relações se situam no campo do discurso, pois este é por natureza dialógico e, por isso, tais relações devem ser estudadas pela metalinguística, que ultrapassa os limites da linguística e possui objeto autônomo e metas próprias (BAKHTIN, 2011, p. 209).

Em Bakhtin (2011), há uma defesa à análise com base nas relações dialógicas, ao caráter polifônico da obra de Dostoiévski e uma crítica à análise monológica e à pesquisa voltada para a localização de vozes dos heróis como consciência única.

Na mesma obra, Bakhtin (2011) destaca outra espécie de genialidade dostoiévskiana, uma posição contra a coisificação do homem. Nesse sentido, “com a imensa perspicácia, Dostoiévski conseguiu perceber a penetração dessa valorização coisificante do homem em todos os poros da vida de sua época e nos próprios fundamentos do pensamento humano” (BAKHTIN, 2011, p. 71). Sob

essa ótica, as relações dialógicas estão atreladas aos posicionamentos sociais da obra, à constituição do herói, à voz do autor, à maneira como ela foi escrita. É justamente no diálogo com a obra literária, na relação de alteridade, nas análises dos escritos de Dostoiévski que a ideia de diálogo é desenvolvida, assim como as formas arquitetônicas do Bakhtin.

Diante disso, o diálogo e as formas arquitetônicas possuem uma relação direta, uma vez que consistem em uma espécie de conteúdo valorado, que influencia nas escolhas lexicais, gramaticais etc. de como comunicar. Para Bakhtin, formas arquitetônicas são:

[...] as formas dos valores morais e físicos do homem estético, as formas da natureza enquanto seu ambiente, as formas do acontecimento no seu aspecto de vida particular, social, histórica, etc.; todas elas são aquisições, realizações, não servem a nada, mas se auto-satisfazem tranquilamente; são as formas da existência estética na sua singularidade. [...] A forma arquitetônica determina a escolha da forma composicional (BAKHTIN, 1998, p. 25).

Dessa maneira, a arquitetônica se relaciona com a construção do discurso, une material, forma e conteúdo, integra tempo e espaço, dá o tom do sentido e é entendida em diálogo.

As relações dialógicas, as vozes sociais e os sentidos valorados das práticas discursivas nascem de usuários reais da língua e da interação entre eu e tu, ou seja, entre sujeito escrevente/falante e sujeito leitor/ouvinte. Tal gesto está atrelado à relação de alteridade, importantíssima na concepção enunciativo-discursiva bakhtiniana, desenvolvida em algumas obras, especialmente em Bakhtin (2012). O “eu” existe é constituído pela relação com o “tu”. O “tu”, por sua vez, é o horizonte social avaliativo que participa da constituição de subjetividade do eu.

Outra concepção importante abordada em Bakhtin (2012) é a relativização entre mundo ético (relacionado às práticas da vida) e mundo estético (da cultura, lugar da abstração do conteúdo, da

ciência, arte etc.). Na ética bakhtiniana, ninguém pode ocupar o lugar do sujeito, é o não álbi do existir. O que precisa ser feito pelo sujeito só poderá ser feito por ele, a partir de uma posição ética em relação ao mundo, porém, fundida em um sujeito moral e em suas relações de alteridade.

Nesse processo, os mundos ético e estético não podem ser polarizados, porque é justamente no confronto do eu e do outro, numa dimensão axiológica, que acontece o mundo real.

O mais alto princípio arquitetônico do mundo real do ato realizado ou ação é contraposição concreta e arquitetonicamente válida ou operativa entre eu e o outro. A vida conhece dois centros de valor que são fundamentalmente essencialmente diferentes, embora correlacionados um com o outro: eu e o outro; e é em torno desses centros que todos os momentos concretos do Ser se distribuem e se arranjam (BAKHTIN, 2012, p. 91).

Diante disso, pode-se afirmar que tudo o que os sujeitos vivem e enunciam passa pela relação eu e outro, que não deixa de ser um diálogo. Sob esse viés, a relação dialógica é constitutiva da linguagem porque os enunciados estão atrelados, necessariamente, à materialidade das relações sociais. O que interessa ao Círculo não é diálogo em si, mas as relações dialógicas, que são extralinguísticas, concretas e, necessariamente, atreladas ao discurso.

As relações dialógicas “devem personificar-se na linguagem, tornar-se enunciados, converter-se em posições de diferentes sujeitos expressas na linguagem” (BAKHTIN, 2011, p. 209). Elas remetem à questão da atitude responsiva, que nada mais é do que a resposta, a contrapalavra. Tal responsividade é própria da relação dialógica e elas não são isentas, ou melhor, são carregadas de índices valorativos de natureza socioideológica. Além dessas, há outras marcas que são próprias das relações dialógicas, como as lutas e os embates, as mediações e as negociações.

Bakhtin (2012) relativiza a questão autoral quando afirma que as palavras do outro estão nas palavras do eu, o que, inclusive, caracteriza as relações dialógicas. Até quando se trata de um diálogo interior, os outros estão presentes porque o sujeito é sempre coletivo, social. Para Bakhtin (2015), a relação dialógica na concepção enunciativo-discursiva pode ser discutida a partir de cinco prismas.

As relações dialógicas são possíveis não apenas entre enunciações integrais (relativamente), mas o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, caso esta não seja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvirmos nela a voz do outro [...] Por outro lado, as relações dialógicas são possíveis também entre os estilos de linguagem, os dialetos sociais, etc., desde que eles sejam entendidos como certas posições semânticas, como uma espécie de cosmovisão da linguagem, isto é, numa abordagem não mais linguística. Por último, as relações dialógicas são possíveis também como uma própria enunciação como um todo, com partes isoladas desse todo e com uma palavra isolada nele, se de algum modo nós nos separamos dessas relações, falamos com ressalva interna, mantemos distância em face delas, como que limitamos ou desdobramos a nossa autoridade. Lembremos para concluir que, numa abordagem ampla das relações dialógicas, estas são possíveis também entre outros fenômenos conscientizados desde que estes estejam expressos numa matéria signíca. Por exemplo, as relações dialógicas são possíveis entre imagens de outras artes, mas essas relações ultrapassam os limites da metalinguística (BAKHTIN, 2011, p. 210).

No caso das relações dialógicas entre imagens e outros tipos de arte, pode-se afirmar que isso é muito comum na esfera literária,

acontecendo quando se realiza uma análise a partir da concepção teórico-metodológica da literatura comparada, por exemplo. Em todos os tipos de relações dialógicas há disputas socioideológicas, de diferentes épocas (enunciados de diferentes momentos históricos), inclusive é o que normalmente acontece na literatura comparada.

Na discussão do Bakhtin/Volochinov (2014) e do Círculo, a palavra é considerada a linguagem da consciência, tem caráter socioideológico, vivencial, contextual e é carregada de múltiplos sentidos valorados. Tais sentidos estão relacionados com as condições de produção reais da comunicação. Desse modo, o que torna a palavra compreensível é a junção da intenção de quem fala/escreve – com toda a sua entonação expressiva – com a junção do que é presumido por aquele que ouve/lê, mergulhado de acento valorativo.

No enunciado de cartaz de protesto “Deseja formatar o Brasil?” a relação dialógica está clara. Vale ressaltar que nem sempre ela acontece de forma tão explícita. A imagem pode ser encontrada no site Magana Blogspot, Disponível em: <<http://maganaa.blogspot.com.br/2013/06/santa-cruz-do-capibaribe-adere-aos.html>>. Acesso em: 5 jan. 2017. Imagem publicada junto ao texto que relata as manifestações de Santa Cruz do Capibaribe, Pernambuco. Foto: Thonny Hill e Elivaldo Araújo. Publicado em 22/06/2013.

A imagem traz duas manifestantes pernambucanas que seguram um cartaz com o enunciado: “Deseja formatar o Brasil?”. Embaixo do enunciado, há um retângulo com a palavra “acceptar”, ou seja, aceitar. Há também, no cartaz, um círculo vermelho e dentro dele um X. Em cima de toda essa informação, há um escrito “System Error”, isto é, erro no sistema. É possível perceber que a imagem, o enunciado, o espaçamento, a tipologia de letra e o léxico são típicos do universo da informática. Ao fazer uso do computador, os sujeitos se deparam com caixas de diálogos, ou seja, momentos em que a própria máquina pergunta se o usuário quer continuar, prosseguir, salvar alguma informação, reiniciar o computador, formatar um texto ou até a própria máquina.

No campo da informática, a expressão “formatar” tem pelo menos dois sentidos. Pode significar formatar um texto, no sentido de definir a letra, o espaçamento entre as linhas, organizar o recuo dos parágrafos, entre outras ações relacionadas à forma. Outro sentido dado ao verbo é de apagar definitivamente tudo o que há no computador. Ao fazer isso, somem todos os erros, *bugs* e vírus, além de informações e arquivos do usuário. Por isso, recomenda-se fazer um *backup* antes. Ao realizar a ação de “formatar”, a máquina zera as informações e os programas nele instalados, ao mesmo tempo que recupera seu desempenho original.

Percebe-se, então, que há no cartaz o sentido de recuperar, zerar, apagar o Brasil de hoje para resgatar seu desempenho original para iniciar uma nova história. A relação dialógica se dá pela amarra entre as práticas do ambiente da internet com a vontade de construir um país do zero, situado em determinado momento histórico: manifestações de junho de 2013 no Brasil. Ambos os discursos – da informática e das manifestantes – são integrais, produzidos em situações comunicativas diferentes e com intenções também diferenciadas. No entanto, são enunciados que, nesse caso, dialogam, se posicionam um frente ao outro com um objetivo comunicativo específico.

Todas as imagens de cartazes/faixas desta pesquisa também servem de exemplo de dialogismo. Os enunciados dos cartazes dialogam porque são do mesmo gênero (cartazes de protesto), giram em torno das temáticas do mesmo momento histórico e possuem marcas enunciativas comuns. Uma vez que o pressuposto é que a linguagem tem funcionamento dialógico, tal funcionamento se manifesta em qualquer enunciado, de qualquer gênero, entre gêneros diferentes ou iguais.

Com a intenção de elucidar ainda mais as relações dialógicas na concepção bakhtiniana da linguagem e relacioná-las com as manifestações de junho de 2014, acrescenta-se o cartaz “Vc acordou agora, a periferia nunca dormiu”, fonte: site da BBC Brasil. Rio de Janeiro. Publicado em 27/06/2013. Disponível em:

<[http://www.bbc.com/portuguese /noticias/2013/06/130626_palanque_novo_protestos_bg](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130626_palanque_novo_protestos_bg)>. Acesso em: 7 jan. 2017.

Segundo o site da BBC Brasil (JULIE; BAHIA, 2013), o cartaz acima, com o enunciado “Vc acordou agora a periferia nunca dormiu”, esteve presente nas manifestações do Rio de Janeiro, no dia 27 de junho. Nessa direção, percebe-se uma relação dialógica dele com outro cartaz de protesto que se fez muito presente nas manifestações de junho, em várias cidades brasileiras, o enunciado “#ogiganteacordou”, fonte: site as Uol Notícias. Fortaleza. Publicado em 19/06/2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/album/2013/06/18/manifestantes-contam-em-cartazes-quais-sao-suas-reivindicacoes.htm>>. Acesso em: 7 jan. 2017.

Para compreender a visão semântico-axiológica que perpassa o enunciado “Vc acordou agora a periferia nunca dormiu”, o sujeito leitor precisa, necessariamente, alcançar a relação dialógica entre os dois cartazes. Isso porque o enunciador valora positivamente a atitude dele e de seus parceiros axiológicos, sujeitos da periferia, atentos aos problemas sociais e, negativamente, o sujeito leitor, ou seja, a massa, o novo manifestante, aquele sujeito carnavalesco, sem tradição de militância e que está experimentando naquele momento – nas jornadas de junho – o ato de ir às ruas protestar.

Presente nas manifestações de Fortaleza-CE, no dia 19 de junho, o cartaz com o enunciado “#ogiganteacordou” também faz referência a outro discurso “já-dito”, o da propaganda vídeo4/do uísque Johnny Walker que circulou em 2011. Nesse caso, também era o Brasil o gigante que estava adormecido (só que na economia, no crescimento) e que passa a acordar para o mundo. No comercial, tal sentido é atualizado, ganha novos acentos: o acordar, nesse caso, é para as questões políticas e sociais em uma relação de povo versus dirigentes políticos das mais variados esferas.

O comercial se passa na orla do Rio de Janeiro, o gigante é uma formação rochosa de 18 km que compreende os bairros de: Barra da Tijuca, São Conrado, Leblon, Ipanema, Copacabana, Botafogo e

4 O vídeo com o comercial está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DuW1aj2s9uw>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

Urca. De fato, é possível ver a figura de um homem enorme deitado, isso para quem está na entrada da baía. A cabeça da figura estaria na altura da Pedra da Gávea e o pé no Morro do Pão de Açúcar, por onde a formação rochosa começa a se transformar em um gigante no comercial. A silhueta humana é conhecida na cidade como “O Gigante Adormecido”.

Assim como anteriormente, só há compreensão do enunciado “#ogiganteacordou” se o leitor reconhecer a relação dialógica com o comercial do Johnny Walker e perceber que o manifestante está valorando positivamente o “gigante”, o país, a onda de pessoas que estão indo para as ruas protestar.

Ademais, todo discurso tem sua origem na relação dialógica com outro discurso, a palavra do outro é uma espécie de linha organizadora de outros discursos:

O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas para nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas (BAKHTIN, 2011, p. 223).

Outra relação estabelecida é com o hino nacional brasileiro. O comercial em tela dialoga com os versos “gigante pela própria natureza” e “deitado eternamente em berço esplêndido”. Nesse caso, ambos – o termo “gigante” e o objeto que está “deitado em berço esplêndido” – referem-se ao país, Brasil. “Gigante” porque o Brasil é o 5º maior país do mundo em extensão. Já a expressão “deitado eternamente em berço esplêndido” faz referência à localização geográfica do Brasil. O país está deitado em belezas naturais maravilhosas, ou seja, em berço esplêndido. Há ainda uma analogia feita entre um país jovem (recém-independente na época em que foi escrito o hino) e um bebê.

Com isso, é possível afirmar que os discursos nascem do já-dito, do discurso do outro e estabelecem uma relação de atitude

responsiva com o leitor/ouvinte. Dessa maneira, ele é solicitado a ser ativo no processo de interlocução.

Os enunciados anteriores são oriundos de uma situação pragmática extraverbal, estão vinculados à vida em si, trata-se da língua em uso. Nessa perspectiva, são discursos que reportam e manifestam uma apreensão valorativa em relação aos discursos reportados. Ademais, há uma relação ativa entre eles que vai além do reproduzir o discurso já-dito. Neles, realidades são refletidas e refratadas. São atos sociais em que há exposição de valorações axiológicas.

É fundamental salientar que as relações dialógicas são, sobretudo, semânticas. Desse modo, constituem-se como relações axiológicas, com índices valorativos, pois não existe neutralidade discursiva. Para Bakhtin e o Círculo, todos os discursos são dialógicos porque os enunciados originam-se de outros enunciados já-ditos de modo explícito ou implícito e são direcionados para o outro, ou melhor, estão em busca de uma resposta/uma contrapalavra, uma vez que quem comunica, comunica para alguém. Nesse processo, há sempre um sujeito leitor/ouvinte, mesmo que o gênero discursivo seja um diário pessoal. Assim, os diálogos não são nunca exatamente iguais, mas também nunca são completamente inéditos, carregam em si as características sócio-históricas do contexto de produção em que estão inseridos.

3.4 VOZES SOCIAIS

Há distintos tipos de relações dialógicas em diferentes graus. As vozes sociais nada mais são do que a materialidade de uma das maneiras pelas quais a relação dialógica pode se manifestar. As vozes sociais têm muito mais conexão com as relações dialógicas. Porém, elas possuem vínculo também com a polifonia, outra concepção importante na teoria bakhtiniana.

Optamos, nesta pesquisa, por trabalhar com a concepção de vozes sociais e não com a polifonia, porque esta implica um

encadeamento maior de vozes que dialogam mais exaustivamente sobre um mesmo tema. Os enunciados de protesto são muito curtos para chegar a ser autenticamente polifônicos e plenivalentes. Há vozes sociais que perpassam os enunciados dos cartazes escolhidos para a análise, entretanto, tais vozes não chegam a ter uma multiplicidade de consciências independentes e imiscíveis.

Para mais bem explicar tal opção teórica feita por esta pesquisadora, faz-se necessário diferenciar polifonia de vozes sociais. A polifonia partiu da análise do romance polifônico, gênero desenvolvido por Dostoiévski, em que não há uma voz principal ou um sujeito central como um narrador ou protagonista, por exemplo. Nesse gênero discursivo, há igualdade na importância das vozes e tais vozes não são a palavra final ou o término de uma ideia, elas são a potencialidade de ressignificações (BAKHTIN, 2011).

Mesmo que se cruzem, a ideia de relação dialógica é diferente da concepção de polifonia. Esta é caracterizada por um conjunto de vozes dialógicas e aquela é o princípio constitutivo da linguagem. Isso significa que a linguagem é sempre dialógica. Porém, nem sempre polifônica. É possível, inclusive comum, encontrar gêneros discursivos com uma voz protagonista; desse modo, uma voz se sobressai em relação as outras, em um texto que se volta mais para a monofonia.

Para Bakhtin (2011), o romancista – Dostoiévski – inaugura o novo gênero “romance polifônico”, em oposição ao “romance monológico”, porque consegue produzir uma história em que os personagens possuem voz própria, com pouquíssima influência do autor, trazendo à tona uma arena de debate, com pontos de vistas diversos. A polifonia está relacionada à inconclusividade, ao não acabamento. Já no romance monológico, as personagens já disseram tudo e o autor tem posição decisiva.

A concepção bakhtiniana leva sempre em consideração o contexto histórico, social e ideológico. O autor discute a ideia de romance polifônico relacionado ao conceito de reificação de Marx, no que diz respeito ao sistema capitalista e à coisificação do homem. Ao

mesmo tempo que o capitalismo reduz o homem a objeto e provoca estratificação social, também possibilita a geração de conflitos sociais e vozes variadas de resistência. Diante disso, para Bakhtin, o romance polifônico teve suas condições de produção ideais. Ele só poderia surgir em um momento histórico como esse e na Rússia, onde havia contradição e rompimento do equilíbrio ideológico. Assim, criou-se um ambiente para a multiplicidade de vozes sociais (BEZERRA, 2012).

No romance polifônico, o autor age como se fosse um regente de um conjunto de vozes que possuem autonomia, individualidade, revelando no sujeito outro “eu para si”. Nessa nova relação entre autor e personagem, a consciência desta não se coisifica, não se torna objeto da consciência do autor; interagindo com outras consciências, mantendo sua individualidade e sua inconclusividade e alimentando o enredo.

Desse modo, o romance polifônico é marcado pelo distanciamento entre autor e personagem e pela liberdade, ou melhor, pela possibilidade de a personagem se expressar com sua própria voz, seu estilo, sua ênfase, expondo sua visão de mundo e dialogando de modo independente com o autor e com outras personagens. Isso não significa que há passividade por parte do autor, ele não deixa de expressar seu ponto de vista, de dialogar, concordar e discordar, todavia, ao mesmo tempo, permite o diálogo no sentido amplo do termo (BEZERRA, 2012).

Segundo Grillo (2005, p. 1165), para que haja oficialmente a polifonia “não basta que haja diversas vozes, antes é preciso que elas se constituam, por meio do diálogo, em pontos de vista contraditórios”. Corroborando e ampliando um pouco essa ideia, trazemos a afirmação de Fiorin (2006, p. 25): “Se a sociedade é dividida em grupos sociais, com interesses divergentes, então os enunciados são sempre o espaço de luta entre vozes sociais, o que significa que são inevitavelmente o lugar da contradição. [...]. O contrato se faz com uma das vozes de uma polêmica”.

Nos enunciados de protestos apresentados nesta pesquisa, devido à natureza do gênero discursivo cartaz, bem como ao seu

tamanho, não há tempo de os enunciados chegarem a expressar diversas vozes em pontos de vista contraditórios, com o mesmo “peso” enunciativo. Mas, ainda assim, é possível afirmar que cartazes especificamente, e os gêneros discursivos de uma forma geral, são heterodiscursivos, constituídos por vozes sociais, por outros enunciados que o antecedem e outros que estão por vir, (inter)relacionam-se de maneira dialógica. Desse modo, os sujeitos interagem e suas interlocuções se atualizam na medida em que sua consciência vai se relacionando com outros discursos materializados em gêneros.

A heterogeneidade discursiva está diretamente relacionada ao dialogismo e às vozes sociais, pois consiste na ideia de que os discursos são construídos a partir de outros discursos, do “já-dito”, de que nada é essencialmente original. Segundo Authier-Revuz (1990), em uma obra inspirada nos pressupostos bakhtinianos, a heterogeneidade pode ser constitutiva ou mostrada. Constitutiva é quando outros discursos estão implícitos, velados, quando não é possível ver o fio do discurso, faz parte da essência. Já a heterogeneidade mostrada é quando o outro altera a aparente unicidade discursiva. Para Authier-Revuz (1990), a heterogeneidade mostrada é mais explícita e pode ser percebida por meio das aspas, do discurso direto, do indireto, da negação, do metadiscurso do enunciador. Já a heterogeneidade constitutiva está relacionada à esfera social do sujeito. Dessa maneira, as vozes sociais perpassam os enunciados de modo não localizável.

Consideramos, nesta pesquisa, as práticas discursivas como interações complexas de vozes sociais que se relacionam com outras e que ganham forma por meio de signos. Signo este que, para Bakhtin, está sempre inserido em determinado contexto, em determinada esfera discursiva e é sempre social e ideológico.

O cartaz o “Recalque de ditadura bate na minha geração e volta!” está no blog vinculado à *Veja.com*, do Ricardo Setti, jornalista e atualmente blogueiro da *Veja*, sendo publicado em 22/06/2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/Ricardo-setti/>

files/2013/06/PROTESTO-CARTAZES-SEG-17-SP9018.jpg>. Acesso em: 7 jan. 2017.

Há, no enunciado, uma voz explícita, uma relação intertextual com uma música “Beijinho no ombro”, que fez sucesso em 2013. A música, de Valesca Popozuda, é uma espécie de ameaça às inimigas, que na letra da música, são colocadas como “recalcadas”. Segundo o dicionário Houaiss (2001), recalcado é o adjetivo dado às pessoas invejosas, reprimidas, que falam mal dos outros e têm a ilusão de ser alguém que não são. Percebe-se o caráter efêmero do enunciado, uma vez que ele terá pouco a dizer quando o *hit* for esquecido pelo grande público. O enunciado foi apresentado para ilustrar as vozes sociais.

Além da letra da música, há outra voz social que faz críticas às políticas praticadas em 2013, aos governos autoritários, antidemocráticos, com pouca participação popular. Percebe-se isso pelo uso da expressão “ditadura”. Seria como dizer ao governo que sua falta de democracia bate naquela geração e volta para o governo. Mas volta em forma de protesto, de insatisfação, volta em forma de não aceitação, de recusa.

O termo “ditadura” explicita também a visão semântico-axiológica, a posição do sujeito que escreveu o enunciado, sua insatisfação política, típica do movimento de junho de 2013. Segundo Ricci (2014), a expressão “falta de autonomia” foi dita inúmeras vezes pelos manifestantes nas entrevistas feitas.

No final do cartaz, depois da mensagem principal, há uma saudação final, “bjs”, outra referência à mesma música, de Valesca Popozuda, em que é repetida a expressão “Beijinho no ombro pro recalque passar longe, Beijinho no ombro só pras invejosas de plantão; Beijinho no ombro só quem fecha com o bonde; Beijinho no ombro só quem tem disposição”, reforçando, assim, o tom carnavalesco, de humor e de deboche típicos das jornadas de junho de 2013. Assim, todas as vozes citadas marcam o caráter dialógico do enunciado de protesto.

Com exemplos como esses, neste estudo, procurou-se apresentar o conceito de polifonia clássico e diferenciá-lo de vozes sociais, visto

que consideramos que a voz não tem igualdade de importância nem o mesmo peso nos discursos. Diante disso, serão as vozes sociais e não a polifonia as lentes para a realização da análise.

3.5 IDEOLOGIA

Para compreender a concepção ideológica da linguagem proposta pelo Círculo de Bakhtin, faz-se necessário entender os conceitos de ideologia, de signo ideológico e a maneira como as relações externas ao enunciado influenciam nos sentidos valorados construídos. Para Bakhtin/Volochinov (2014, p. 36), “A palavra é o fenômeno ideológico por excelência”. No entanto, a palavra ideologia, nesse caso, não tem o sentido negativo como na concepção marxista, de ocultamento do real e pode, em alguns casos, ser compreendida como valor axiológico.

Conforme explicado anteriormente, o Círculo entende ideologia como sendo algo amplo, que integra a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a política. Os enunciados são, necessariamente, perpassados por ideologias que estão presentes nas esferas discursivas das atividades humanas. Existem diversas esferas das atividades humanas e cada uma delas produz enunciados que cumprem necessidades comunicativas desses grupos sociais. Tais ideologias são materializadas em forma de signo linguístico, que é sempre ideológico. “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 41).

Se tudo que é ideológico é um signo, um reflexo do mundo exterior, então, não é possível haver relações ideológicas sem eles, ou seja, eles são constitutivos da ideologia.

Cada signo ideológico não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. [...] Um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as

suas ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 2014, p. 33).

Com isso, pode-se afirmar que os objetos físicos se transformam em signos quando passam a refletir outra realidade, sem deixar de lado a sua realidade material. Por exemplo, a foice e o martelo não deixam de ser uma foice e um martelo (sua realidade), mas no contexto do emblema da antiga União Soviética (outra realidade) passam a revestir-se de outro signo ideológico. O mesmo pode acontecer com o pão e o vinho no contexto do sacramento cristão, os dois produtos de consumo não são signos em si, mas podem se transformar em signos ideológicos dependendo do uso da língua (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014).

Os signos possuem uma natureza dupla: são parte da realidade e simultaneamente refletem outra; há um universo próprio dos signos. Pode-se dizer também que o signo ideológico é – ao mesmo tempo – fragmento e reflexo de uma mesma realidade.

Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer (BAKHTIN, 2014, p. 33).

É possível que uma única palavra reflita inúmeras sutilezas da existência social. Em épocas de crise, essa dialética é potencializada. Em tempos normais, tal dialética permanece interna e latente no signo. “Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 48). Como sujeitos de classes sociais diferentes fazem uso de uma mesma língua, a luta de classe se dá no confronto de interesses desses inúmeros sentidos, uma vez que eles possuem índices de valor diferentes, podem ser, muitas vezes,

valores contraditórios. O signo é uma arena de luta de classes, tal disputa torna-o vivo, dinâmico, polivalente, apesar de todo o esforço da classe dominante em torná-lo monovalente.

Na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 48).

Uma vez que os sentidos dos signos se dão a partir das interações sociais e do consenso entre os sujeitos, eles adquirem valoração e, assim, refletem (fiel à realidade) e refratam (distorcem) o mundo por meio dessas valorações construídas. Nesse caso, refratar quer dizer que os sujeitos e os signos não só descrevem o mundo como também o constroem no movimento da interação social que se dá em determinado momento da história da cultura.

Nessa direção, Bakhtin/Volochinov (2014) questionaram duas teorias as quais discutem ideologia e consciência e que eram muito fortes no campo teórico à época: a ideologia subjetivo-interiorizada e a ideologia idealista-psicologizada. Apresentando-se no campo científico de forma polarizada, a perspectiva subjetivista entendia a ideologia como algo que está nas mentes dos sujeitos; já a perspectiva idealista compreendia a ideologia por meio do determinismo, como se algo fora dos sujeitos determinasse quem eles são. Diante das premissas dessas concepções, seria impossível conceber a dimensão ideológica como algo vivo e dialógico, conforme Bakhtin defendia.

A consciência não pode derivar diretamente da natureza, como tentaram e ainda tentam mostrar o materialismo mecanicista e ingênuo e a psicologia contemporânea (sob suas diferentes formas: biológica, behaviorista, etc.). A ideologia não pode se derivar da consciência, como

pretendem o idealismo e o positivismo psicologista. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 35).

A esse respeito, Bakhtin/Volochinov (2014) propõe uma terceira via para o estudo da linguagem, com base essencialmente social e ideológica. Diante disso, ele não se filia nem ao pensamento de uma língua com formas iguais, estável – até porque, para ele, isso não passa de uma abstração científica, isso não conta na realidade social e na evolução ininterrupta da linguagem – nem às leis da psicologia individual, embora concorde com elas sobre a importância de não dissociar os sujeitos falantes e ouvintes do processo da prática discursiva.

Segundo Bakhtin (2014), a ideologia está entre os sujeitos sociais e a materialidade da linguagem, para ele, “tudo que é ideológico é um signo. De outro lado, sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 31). Sob essa ótica, signos e ideologias se constituem a partir de determinados contextos materiais, históricos e sociais.

Ademais, é por meio da interação social que os signos se manifestam, a partir da interação entre sujeitos situados, organizados, com consciências individuais (que, para Bakhtin, é socioideológica), que formam uma unidade social. É no material social particular dos signos criados pelos sujeitos que o ideológico se localiza.

Os signos só podem aparecer em um terreno interindividual. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de “natural” no sentido usual da

palavra: Não basta colocar face a face dois homo sapiens quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 35).

A crítica de Bakhtin em relação ao idealismo e ao psicologismo se dá porque, para ele, não é possível situar a ideologia na consciência, visto que a compreensão se revela por meio do material semiótico (compreender é relacionar um signo a outros já conhecidos, respondendo a um signo por meio de outros signos), ou seja, “A própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 33). A consciência individual é socioideológica e mantida pelos signos.

Os signos nascem nas esferas de comunicação ideológica e, segundo Bakhtin/Volochinov (2014), apontam para dois domínios da comunicação: o das ideologias do cotidiano e o das ideologias formalizadas. A ideologia do cotidiano pode ser entendida como a que nasce nas práticas sociais do dia a dia, é acidental, surge nos encontros da vida ordinária, de modo casual, na proximidade do social.

A ideologia do cotidiano é formada por um nível inferior e um nível superior. O nível inferior é constituído pelas atividades mentais, pensamentos confusos e informes, assim como pelas palavras fortuitas. Já o nível superior constitui-se em forma de discurso da vida cotidiana (ou gêneros cotidianos) como: pedido, ordem, conversa de trabalhadores à hora de almoço; conversa entre amigos no bar, etc”. (SILVEIRA; ROHLING; RODRIGUES, 2012, p. 65).

A ideologia do cotidiano está mais próxima das relações de produção, portanto, pode ser mais diretamente afetada por ela. Para Bakhtin/Volochinov (2014, p. 104):

Chamaremos a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana, assim como a expressão que a ela se liga, ideologia do cotidiano, para distingui-la dos sistemas ideológicos constituídos, tais como a arte, a moral, o direito, etc. A ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência. [...] a ideologia do cotidiano corresponde, no essencial, àquilo que se designa, na literatura marxista, sob o nome de “psicologia social”.

Ao explicitar a ideologia do cotidiano, Bakhtin/Volochinov (2014) remete à “psicologia social”. Nesse sentido, é como se os conteúdos ideológicos dispusessem de uma sustentação psicológica/individual:

O que chamamos de psicologia do corpo social e que constitui, segundo a teoria de Plekhanov e da maioria dos marxistas, uma espécie de elo de ligação entre a estrutura sócio-política e a ideologia no sentido estrito do termo (ciência, arte, etc.), realiza-se, materializa-se, sob a forma de interação verbal. Se considerada fora deste processo real de comunicação e de interação verbal (ou, mais genericamente, semiótica), a psicologia do corpo social se transforma num conceito metafísico ou mítico (a “alma coletiva”, “o inconsciente coletivo”, “o espírito do povo” etc.) (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 104-105).

Com isso, é possível afirmar que a ideologia do cotidiano se materializa em prática social, enunciado, gesto, ação. Ao ser exteriorizada, ela é também social e não subjetivo-individual.

Já a ideologia formalizada é a considerada a hegemônica, “é aquela que apresenta certa estabilidade em seus conteúdos, trata-se de conteúdos ideologicamente conformados; é a ideologia que se constitui em sistemas ideológicos estáveis e formalizados como a

arte, a ciência, a política, a escola” (SILVEIRA; ROHLING; RODRIGUES, 2012, p. 64).

Para o Círculo, é possível relacionar essas ideologias com a infraestrutura e supraestrutura do marxismo clássico. Bakhtin/Volochinov (2014) relativiza a estabilidade da concepção hegemônica de ideologia, acreditando que há uma dinâmica dialógica e viva entre as duas ideologias. Além disso, ele afirma que a ideologia cotidiana – que é considerada um sistema ideológico instável – é mais sensível ao que acontece na sociedade, mais móvel e consegue adentrar com mais facilidade nos sujeitos, a ponto de integrar seus comportamentos. Já a concepção hegemônica de ideologia, considerada um sistema estável, normalmente se acomoda nas ideologias do cotidiano.

Toda a enunciação verbalizada do homem é uma pequena construção ideológica. A motivação do meu ato é, em pequena escala, uma criação jurídica moral; uma exclamação da alegria ou tristeza é uma obra lírica primitiva; as considerações espontâneas sobre as causas e efeitos dos fenômenos são embriões do conhecimento científico e filosófico, etc. Os sistemas ideológicos estáveis e enformados das ciências, das artes, do direito etc. cresceram e se cristalizaram a partir do elemento ideológico instável, que através das ondas vastas do discurso interior e exterior banham cada ato nosso e cada recepção nossa (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 88).

São as concepções formalizadas e cotidianas que contextualizam ideologicamente os enunciados dos sujeitos. Mesmo sabendo que há influência do marxismo oficial na abordagem do Círculo, é possível reconhecer também que existe uma atualização do debate, que transcende a discussão já posta. Além disso, Bakhtin/Volochinov (2014) refuta de modo direto a ideia de ideologia como falsa consciência, mascaramento ou disfarce da realidade, admitindo a ideia de ideologia hegemônica, mas vai além dela quando considera

também outros discursos, outras forças que agem e interagem com os discursos.

É possível afirmar que, diferentemente do marxismo oficial, a concepção do Círculo é de que existe uma arena dialógica que convoca as ideologias oficial/dominante e cotidiana, ou seja, a concepção de arena se distancia da ideia de que há um sistema cultural dominante que prevalece em todos os momentos. Nos estudos do Círculo, fica claro também que as duas ideologias, cotidiana e oficial, se revezam na estabilidade que é relativa e que marcam significativamente os signos (CASADO ALVES, 2017, informação verbal).

Os sistemas ideológicos correspondem a determinadas esferas da criação ideológica. Segundo Bakhtin/Volochinov (2014), a superestrutura deve ser estudada a partir das esferas e não como uma massa homogênea. Nesse sentido, “Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade a sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 19).

Na obra *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*, que discute o risível e a cosmovisão carnavalesca a partir da obra de Rabelais, Bakhtin (1987) explica que mesmo a cultura cômica popular sendo muito heterogênea em suas manifestações, ainda assim, há uma unidade, um fio condutor, uma esfera em que as concepções ideológicas se aproximam. Ele mostra isso ao leitor quando analisa a unidade interna dos elementos heterogêneos, e depois, quando se transporta ao próprio terreno em que aquela cultura foi (re) produzida. Na literatura, a estrutura e a superestrutura estão em constante permuta e (inter)relação. O riso axiológico, posicionado, está mais presente na ideologia cotidiana.

Nessa perspectiva, admite-se que as esferas ideológicas não constituem uma massa única, elas possuem autonomia e cada uma deve ser estudada como única na sua relação com outros elementos

da esfera. O enunciado de protesto, por exemplo, permeia entre as esferas política e cotidiana. As esferas não são fixas, visto que os enunciados são vivos transitam entre as esferas, por isso, as análises não podem ser mecanicistas e sim partir da dialética, do social.

Para Gege (2009, p. 60), ideologia pode ser considerada como “um conjunto de valores e ideias que se constitui através da interação verbal – ou outro material semiótico – de diferentes sujeitos pertencentes a diferentes grupos socialmente organizados”. Por seu turno, Volochinov (2013, p. 132) afirma que “por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio das palavras ou outras formas sógnicas”. Assim, pode-se afirmar que todas as explicações e definições de ideologia remetem aos índices axiológicos/valorativos dos enunciados.

A esse respeito, o cartaz “O povo não deve temer o governo” tem como objetivo ilustrar o que se tem discutido nesta seção.

O enunciado de protesto “O povo não deve temer o governo...o governo deve temer o povo”, segundo o site *G1 Globo*, esteve presente nas manifestações do dia 20 de junho de 2013 da Avenida Paulista, em São Paulo, fotógrafo: Caio Kenji/G1, disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/o-povo-nao-deve-temer-seu-governo/>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

Tal enunciado está inserido no *graphic novel* “V de Vingança”. Trata-se de uma narrativa futurística distópica que se passa no final dos anos 1990, no Reino Unido. É uma espécie de vingador-herói e revolucionário que pretende arruinar o país para fazer justiça.

Segundo Bakhtin (2015), a ideologia é inerente à linguagem. É uma maneira de perceber e se relacionar com o outro, sendo impossível manter-se isento. Percebe-se, no enunciado, que a subjetividade não ficou de fora, mais que uma opinião, explícita a posição do sujeito-manifestante, de que é preciso fazer o enfrentamento e amedrontar o governo. Nessa perspectiva, há um valor axiológico no modo como o sujeito interpreta o mundo, uma vez que o manifestante se posiciona e valora quando diz que os sujeitos

precisam empoderar-se, tomar as rédeas, perder o medo. Nesse caso, não se trata apenas da opinião do manifestante que segura o cartaz; ele se sente representando um coletivo que está lutando contra o governo, coletivo este que ele chama de “povo”. Aliás, a antítese “povo” e “governo” deixa o enunciado forte e impactante, típico de enunciado de protesto.

É importante salientar que trazer à tona toda essa questão do medo, de temer alguém ou algum governo remete às referências do manifestante, por conseguinte, ao repertório de vida e/ou de conhecimento do sujeito, está relacionada à repressão e à coibição, típicas da época da ditadura no Brasil. Ademais, o trecho do enunciado em vermelho “o governo deve temer o povo” dá realce em relação ao início do enunciado “O povo não deve temer o governo”, que está em preto, ambos em caixa alta, destaques típicos do enunciado de protesto.

3.6 ENUNCIADO

Enunciado é outro conceito substancial para esta pesquisa. Assim como os outros pressupostos e parâmetros analíticos da concepção de Bakhtin, o enunciado também só faz sentido quando articulado com outros pressupostos, como signo ideológico, discurso e dialogismo. Trata-se de um conceito fundamental nas interações entre os sujeitos. Para Bakhtin (2015, p. 283), “Aprender a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por meio de enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas)”.

Como é próprio das publicações do Círculo de Bakhtin, o conceito não se encontra pronto e acabado em uma única obra, ele vai sendo retomado e explicado ao longo de várias obras. Em algumas traduções, é possível perceber que termos como texto, discurso, palavra, enunciado e enunciação possuem praticamente o mesmo sentido. Em Volochinov/Bakhtin (2016), a ideia de enunciado concreto está relacionada ao discurso verbal e ao evento discursivo.

O propósito do presente estudo é tentar alcançar um entendimento do enunciado poético, como uma forma desta comunicação estética especial, verbalmente implementada. Mas para fazer isso nós precisamos antes analisar em detalhes certos aspectos dos enunciados verbais fora do campo da arte – enunciados da fala da vida e das ações cotidianas, porque em tal fala já estão embutidas as bases, as potencialidades da forma artística. Além disso, a essência social do discurso verbal aparece aqui num relevo mais preciso e a conexão entre um enunciado e o meio social circundante presta-se mais facilmente à análise (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2016, p. 6).

Nessa mesma obra, a enunciação é apresentada como algo situado “na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado; ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa linguisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2016, p. 14). Na obra Bakhtin/Volochinov (2014), a enunciação aparece na discussão sobre o signo ideológico e sobre as questões de incorporação do discurso do outro. Nessa obra, fica explícito que o enunciado precisa ser compreendido a partir da visão dialógica da linguagem e de um sujeito inserido na história.

Em Bakhtin (1990), enunciado e enunciação são vistos e exemplificados por meio do gênero romance. Já em Bakhtin (2015), esses conceitos estão atrelados aos estudos dos gêneros discursivos. Segundo Bakhtin (2016), para existir enunciado, é preciso que se realize a interação entre o falante/escrevente, o sujeito que ouve/lê e o tópico, que, nesse caso, é o tema. Assim, “o enunciado concreto (e não a abstração linguística) nasce, vive e morre no processo da interação social entre os participantes da enunciação. Sua forma e significado são determinados basicamente pela forma e caráter desta interação” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2016, p. 13).

É na obra de Bakhtin (1990) que a ideia de dialogicidade interna do discurso é mais bem apresentada. Durante muito tempo, o diálogo foi estudado apenas de forma estruturalista, excluindo toda uma reflexão em torno da relação entre a dialogicidade interna (tanto da réplica quando da enunciação monológica) e os aspectos da semântica, da sintaxe e da estilística. Foi quando surgiram as reflexões sobre o diálogo e sua mútua orientação dialógica do discurso do outro.

[...] a dialogicidade interna do discurso não se esgota nisso. Nem apenas no objeto ela encontra o discurso alheio. Todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada. O discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, pressente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do “já dito”, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim, é todo diálogo vivo. Todas as formas retóricas e monológicas, por sua construção composicional, estão ajustadas no ouvinte e na sua resposta. Esta fixação no ouvinte é considerada frequentemente até mesmo como fundamental e constitutiva do discurso retórico. De fato, para a retórica é efetivamente característico que a relação com o ouvinte concreto, o lugar ocupado por esse ouvinte, se integre na mesma estrutura externa do discurso retórico. Aqui, a orientação para a resposta é aberta, manifesta e concreta (BAKHTIN, 1990, p. 89).

Nesse processo, há marcas que são constitutivas, quer dizer, que são próprias do enunciado, como o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo. O conteúdo temático não é apenas assunto principal do texto. Trata-se de marcas linguísticas implícitas que se relacionam ao contexto de produção (quem comunica, com quem

se comunica, qual o papel social desses sujeitos, quais índices de valor perpassam essa comunicação, a partir de quais objetivos comunicativos, inserido em determinado momento histórico), tudo é influenciado pela escolha do assunto. São as atividades dos sujeitos que definem tais conteúdos temáticos.

No que diz respeito à estrutura composicional, esta se constitui de marcas linguísticas explícitas, marcas textuais que são típicas e que normalmente se repetem em textos que são do mesmo gênero discursivo. Tal estrutura permite que o sujeito, inclusive, antecipe-se discursivamente.

Já o estilo diz respeito às escolhas feitas pelo sujeito que produz a comunicação no que se refere ao léxico, à estrutura frasal, às preferências gramaticais – inscritas no gênero – e que colaboram para que o sujeito atinja seu objetivo comunicativo. Sendo individual, o estilo nem sempre pode ser expressado. Nesse caso, há gêneros discursivos que dificultam a exposição das marcas individuais, como os gêneros da esfera do trabalho: memorando, ata, circular, por exemplo (BAKHTIN, 2015).

A definição de enunciado dada pelo filósofo abarca questões em torno da fluidez, da mobilidade e passa, necessariamente, pela dinâmica do gênero.

Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada uma das esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, para seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolúvelmente no todo do enunciado e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente, é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente

estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2015, p. 261-262).

Segundo Volochinov/Bakhtin (2016), o enunciado é compreendido a partir de três aspectos, quais sejam: a) o horizonte espacial comum dos sujeitos que interagem; b) o conhecimento e a compreensão comum da situação por parte dos sujeitos que interagem; c) a avaliação comum dessa situação. São marcas do enunciado: a expressividade, a conclusibilidade, a delimitação por alternância de sujeitos do discurso, o extraverbal. Na alternância das falas dos sujeitos, a fala do outro, ou seja, a resposta ativa do outro, é o limite do enunciado, que se dá em uma relação dialógica. Assim, trata-se de um elo na cadeia de vários enunciados.

Deste modo, a alternância dos sujeitos do discurso, que emoldura o enunciado e cria para ele a massa firme, rigorosamente delimitada dos outros enunciados, é a primeira peculiaridade constitutiva do enunciado como unidade da comunicação discursiva, que o distingue da unidade da língua (BAKHTIN, 2015, p. 279).

Já a expressividade, marca inerente do enunciado, está relacionada ao valor axiológico. Sob esse viés, assim como não há discurso neutro, também não há enunciado neutro.

Nos diferentes campos da comunicação discursiva, o elemento expressivo tem significado vário e grau vário de força, mas ele existe em toda a parte: um enunciado absolutamente neutro é impossível. A relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. O estilo individual do enunciado é determinado principalmente pelo seu aspecto expressivo. No campo da estilística pode-se considerar essa tese universalmente aceita. Alguns pesquisadores chegam inclusive a reduzir francamente o

estilo ao aspecto emocionalmente valorativo do discurso (BAKHTIN, 2015, p. 289).

A situação extraverbal é marcada pelo modo como elementos externos se integram e constituem o enunciado, juntando-se ao todo significativo:

Assim, a situação extraverbal está longe de ser meramente a causa externa de um enunciado – ela não age sobre o enunciado de fora, como se fosse uma força mecânica. Melhor dizendo, a situação se integra ao enunciado como uma parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação. Consequentemente, um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte presumida [...] A característica distintiva dos enunciados concretos consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extraverbal da vida, e, uma vez separados do contexto, perdem quase toda a significação – uma pessoa ignorante do contexto pragmático imediato não compreenderá estes enunciados (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2016, p. 8).

A conclusibilidade tem relação com o fechamento de uma ideia do sujeito escrevente/falante e a abertura para que o sujeito leitor/ouvinte possa iniciar sua resposta ativa. Essa marca não é gramatical, mas percebida pelos sujeitos que interagem, que compreendem sem dificuldade que o enunciado está chegando ao fim.

[...] uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso; essa alternância pode ocorrer precisamente porque o falante disse (ou escreve) tudo o quis dizer em dado momento ou sob dadas condições. Quando ouvimos ou vemos, percebemos nitidamente o fim do enunciado, como se ouvissemos o “dixi” conclusivo do falante (BAKHTIN, 2015, p. 280).

Nessa perspectiva, é preciso ressaltar a marca de “não acabamento” do enunciado, uma vez que ele não deve ser visto como algo isolado, acabado. O próprio enunciado contém e pressupõe enunciados que vieram antes e que virão depois. Assim, “nenhum enunciado pode ser primeiro ou último. Ele é apenas o elo na cadeia e fora dessa cadeia não pode ser estudado” (BAKHTIN, 2015, p. 371). Diante disso, percebe-se que a compreensão de enunciado, na perspectiva bakhtiniana, está voltada para o universo do discurso e não para o universo formal e abstrato da língua.

Em Bakhtin (1990, p. 88), percebe-se que o enunciado não possui uma relação adâmica, ou seja, ele não é o primeiro nem o último. Ademais, o autor esclarece que a relação dialógica é natural e intrínseca:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar (BAKHTIN, 1990, p. 88).

Os sujeitos orientam os seus enunciados para o ouvinte/leitor e seu horizonte particular, construindo a relação do território dele ao mesmo tempo que apresentam elementos novos para isso, como: pontos de vista diversos, diferentes sistemas de expressão e acentuação, diversas falas sociais e contextos. Sob essa ótica, o enunciado é ativo, dinâmico, interessado e fundido a uma resposta.

Na vida real do discurso falado, toda compreensão concreta é ativa: ela liga o que deve ser compreendido ao seu próprio círculo, expressivo e objetual e está indissolúvelmente fundido a uma resposta, a uma objeção motivada — a uma aquiescência. Em certo sentido, o primado pertence justamente à resposta, como princípio ativo: ela cria o terreno favorável à compreensão de maneira dinâmica e interessada. A compreensão amadurece apenas na resposta. A compreensão e a resposta estão fundidas dialeticamente e reciprocamente condicionadas, sendo impossível uma sem a outra. (BAKHTIN, 1990, p. 88).

Considerando o exposto, o enunciado “Em meu corpo não há igreja ou estado que coloque a mão” ilustra o que Bakhtin (1990) apresenta sobre o discurso e sua compreensão. Fonte so cartaz: site Blogueiras Feministas. Brasília. Foto Antônio Miotto. Publicado em 24/06/2013. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/06/estatuto-do-nascituro-conversa/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

O enunciado do cartaz de protesto foi apresentado para exemplificar como os enunciados são réplicas, discursos não acabados. Nesse caso, o enunciado é resultado de uma relação dialógica com o Estatuto do Nacituro, Lei 478/2007, entre outros enunciados. Tal Estatuto, na perspectiva da luta de mulheres, apresenta retrocessos, quer dizer, representa uma violência física e moral que viola os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Diante disso, é possível afirmar que o enunciado é porta de entrada para outras relações dialógicas, outros enunciados que apontam para o machismo, a limitação dos direitos das mulheres, a reflexão em torno da intervenção do Estado e da igreja, entre outros assuntos.

A esse respeito, o projeto 478/2007, de 19 de junho, de autoria de Luiz Bassuma – PT/BA e Miguel Martini – PHS/MG, tem como objetivo garantir a proteção total do feto, impedindo o aborto, inclusive, nos casos já previstos pela lei. Com isso, ele altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 8.072, de 1990. O projeto foi

arquivado em 2007, porém, no mesmo ano, outro muito similar foi retomado. Em 5 de junho de 2013, o assunto veio à tona novamente, porque o projeto passou pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara – que não discutiu o mérito, apenas aprovou a pensão durante o primeiro ano de vida no caso de estupro – e no dia 06 de junho seguiu para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No dia 14 de junho de 2013, o Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) apresentou um requerimento solicitando a redistribuição do processo. Em seu pedido conta: “Requer a revisão do despacho dado ao PL 478/2007 – Estatuto do Nascituro, a fim de que o mesmo tramite pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias” (BRASIL, 2007). Sabe-se que, em 2013, Feliciano era o presidente da comissão e que perpassa o cunho religioso nas suas ações políticas.

Com isso, pode-se afirmar que há outros enunciados que antecedem e que perpassam o cartaz em questão: “Em meu corpo não há igreja ou estado que coloque a mão”. Os sujeitos que protestam – em especial, mulheres – deixam claro que não admitem que seus corpos férteis estejam a serviço do estado, que eles sejam assunto público. As manifestantes também não querem ser tratadas como alguém que serve apenas para a reprodução da espécie.

O enunciado também deixa claro que tais sujeitos não admitem que seus corpos sejam legislados, decididos, nem debatidos pela igreja. Pela influência religiosa, o projeto de lei em questão define que o feto é “ser humano” desde a sua concepção e o aborto considerado crime em qualquer circunstância. Inclusive, fica subentendido que seria criminosa a mulher que fizesse uso da pílula do dia seguinte.

Outro enunciado que antecede e perpassa o cartaz em questão e, portanto, dialoga com ele, é o Projeto de Lei (PL) 5069/13, de autoria do deputado Eduardo Cunha (PMDB). O projeto altera o conceito de estupro. Assim, para poder abortar, em casos já permitidos por lei, as mulheres teriam de fazer boletim de ocorrência e exame de corpo delito. Além disso, o projeto também desobriga os hospitais a informar sobre os casos em que mulheres têm direito ao aborto.

Há outros enunciados registrados em cartazes como “Estuprador não é pai”, “Somos mulheres e não incubadoras”, “Meu corpo minhas

regras”, “Estuprador pai de família?” e “Se Deus perdoa o estupro, nós não”, que também possuem essa característica, ou seja, também são enunciados que pressupõem e possuem relações dialógicas com os dois projetos de lei explicitados anteriormente.

Os cartazes citados podem ser encontrados no site Estadão Blogs. São Paulo. Foto Antônio Miotto. Publicado em 15/06/2013. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/estadao-urgente/categoria/estatuto-do-nascituro/>>. Acesso em: 23 jan. 2017; e no site Estadão Blogs. São Paulo. Foto Antônio Miotto. Publicado em 15/06/2013. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/estadao-urgente/categoria/estatuto-do-nascituro/>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

Segundo o site do *Estadão*, os últimos cartazes citados estiveram presentes na manifestação do dia 15 de junho, em São Paulo, em frente à Catedral da Sé e foi organizado via *Facebook*, por meio de uma página publicada pelo movimento *Machismo Nosso de Cada Dia*.

Na concepção bakhtiniana, olhar para um cartaz e o entender como enunciado é considerar sua situação comunicativa, sua interação social, o que implica ir além da língua. No caso do enunciado em questão, “Em meu corpo não há igreja ou estado que coloque a mão”, percebe-se que há outros elementos externos que constituem o enunciado como: o contexto histórico e social das jornadas de junho; o Projeto de Lei (PL) 5069/13, de autoria do Eduardo Cunha; o Estatuto do Nascituro; a luta das mulheres brasileiras. Tais elementos podem ser considerados conhecimento e compreensão comum da situação por parte dos sujeitos escrevente e leitor, ou seja, o primeiro dos três aspectos que compreendem o enunciado (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2016).

Considera-se também o horizonte espacial comum dos sujeitos leitor e escrevente (segundo aspecto), ou seja, as pessoas que interagem estão na praça da Sé, em São Paulo, em um ato feminista, em meio a uma das maiores mobilizações do país: as jornadas de junho de 2013. O terceiro aspecto a ser considerado é a avaliação comum entre os sujeitos da enunciação, ou melhor, a necessidade de debater sobre os direitos da mulher. Diante disso, pode-se afirmar que o enunciado faz parte de um contexto maior, envolvendo

discursos, índices de valor e sujeitos. Ademais, o “não” presente em “Em meu corpo **não** há igreja ou estado que coloque a mão” é uma marca enunciativa. Com isso, subentende-se que o estado e a igreja estão “colocando a mão” no corpo da mulher, ou seja, estão mandando, decidindo, legislando sobre tais corpos.

Para compreender os sentidos valorados construídos a partir do enunciado, é preciso identificar de que esse grupo de mulheres de atitude feminista (ele não é um grupo clássico feminista de organização histórica) reforça a autonomia, a luta de gênero e toma posições em defesa das mulheres. Tal grupo valora negativamente o fato de o Estatuto do Nascituro colocar o feto como um sujeito com mais diretos que a própria mãe. Pretende-se, com essas afirmações, chamar a atenção para a necessidade de analisar o enunciado a partir das reflexões atuais sobre estupro, aborto e direito, ou melhor, a partir da sua historicidade e concretude.

Outro aspecto a se pensar é no leitor. Afinal, o enunciado dirige-se para alguém, há leitores previamente pensados. Na análise com base nos pressupostos bakhtinianos, saber a quem se dirige o enunciado dá pistas para a compreensão da linguagem usada e contribuiu para a descoberta do estilo do sujeito escrevente e do gênero discursivo.

Leitores diretos do enunciado são os sujeitos que compõem as bancadas religiosas e conservadoras, e claro, os próprios autores dos projetos de lei citados anteriormente. Em outra instância, consideram-se ainda os seus pares, ou seja, outras feministas ali presentes além dos sujeitos que por ali passavam. Em outra dimensão, posterior ou paralelamente à manifestação, o enunciado se dirige aos leitores dos sites e das redes sociais digitais nas quais a imagem do cartaz foi publicada.

3.7 SUJEITO

O debate do Círculo de Bakhtin em torno do sujeito não está claro, didatizado em uma obra específica. É possível ler acerca

da concepção de sujeito em algumas obras, mas não de forma estruturada e organizada. Apesar disso, é em *Para a filosofia do ato responsável* que se encontra a maior parte da discussão sobre esse conceito. Escrito na década de 1920, enquanto Bakhtin morava em Vitebsk, a obra é considerada um ensaio inacabado, estudo ainda sem título quando foi descoberto. É nessa obra que Bakhtin dialoga com o pensamento kantiano no sentido de se contrapor em relação à concepção de mundo dado e mundo criado. Para Bakhtin (1920), o sujeito não é unitário nem centrado, ele é um ser em constante devir, em diálogo com a alteridade, formando um todo em processo de eterno acabamento.

É na compreensão da arquetônica bakhtiniana⁵, no entendimento em torno da concepção de mundo ético e na apreensão da filosofia moral, que a concepção de sujeito aparece nas obras do Círculo e se (inter)relaciona com outros conceitos importantes, tais como: excedente de visão, responsabilidade, alteridade, exotopia e não álbi da existência, conceitos esses relevantes, que serão mais bem explicitados na sequência desta seção.

É impossível discutir sujeito bakhtiniano sem compreender a relação de alteridade posta pelo autor. Ela é constitutiva do sujeito que só se faz sujeito justamente na relação entre um eu e um tu, tornando fundamental o outro, o ouvinte, o leitor. É na interação com esse outro que se torna possível a subjetividade, o horizonte social/axiológico/avaliativo. Assim, “O homem não tem um território interior soberano, está todo e sempre na fronteira, olhando para dentro de si ele olha o outro nos olhos ou com os olhos do outro” (BAKHTIN, 2015, p. 341).

A filosofia moral bakhtiniana critica a dicotomia entre o mundo estético e o mundo ético. Assim:

5 Arquetônica bakhtiniana relaciona-se à ideia de arte, vida e responsabilidade. Trata-se da organização do discurso integralmente e compreendido de maneira dialógica: forma e conteúdo, contextualizado em determinado tempo e espaço, vinculado ao excedente de visão.

A característica que é comum ao pensamento teórico discursivo (nas ciências naturais e na filosofia), à representação-descrição histórica e à percepção estética têm em comum, e que é de particular importância no nosso estudo, é este: todas essas atividades estabelecem uma cisão entre o conteúdo ou sentido de um dado ato-atividade, e a realidade histórica do seu ser, a real e única experiência dele. E é em consequência disso que o ato dado perde sua validade e a unidade de seu real devir e auto-determinação (BAKHTIN, 2012, p. 42).

Na concepção bakhtiniana, o mundo ético é “o mundo da vida (este é o único mundo em que cada um de nós cria, conhece, contempla, vive e morre) – o mundo no qual se objetiva o ato da atividade de cada um e o mundo em que tal ato realmente, irrepetivelmente, ocorre, tem lugar” (BAKHTIN, 2012, p. 43). Já mundo estético é aquele da cultura, lugar da abstração do conteúdo, da arte, da história e da ciência.

A crítica que o filósofo desenvolve é justamente em torno da fragmentação, da cisão, da divisão entre esses dois mundos, uma vez que na história da filosofia eles estavam totalmente separados e eram teoricamente conflitantes (BAKHTIN, 2012). Para o autor, a vida e a cultura podem e devem andar lado a lado, fazendo-se necessário ir além da polarização dos mundos, afinal, ambos se relacionam com as ações dos sujeitos e com a experiência vivida.

A ética proposta por Bakhtin é aquela em que o sujeito se revela e se arrisca inteiro, é apresentada quando o filósofo discute a relação que há entre o conteúdo vivido e o conteúdo abstrato. Bakhtin (2012) propõe uma ética para lá de radical, porque apresenta a ideia de não álibi do existir, ou seja, um sujeito não pode ocupar o lugar do outro. Ao mesmo tempo, essa posição ética no mundo se associa com a visão de um sujeito moral mais geral e suas relações de alteridade.

Outro aspecto importante no que tange a essa questão de ser sujeito único é a responsabilidade que certifica o vínculo interno entre os elementos do indivíduo. Para Ponzio (2008, p. 30), “em

Filosofia do ato responsável de Bakhtin, o mundo da cultura e o mundo da vida estão unidos no evento único de nossas ações, de nossa experiência de vida”. É aí que se dá também a união da responsabilidade especial com a responsabilidade moral. Esta diz respeito ao evento único do ato e aquela está relacionada ao domínio da cultura (PONZIO, 2008).

Há mais um embate teórico encabeçado por Bakhtin, na década de 1920, no que diz respeito ao aspecto dicotômico e positivista. Trata-se da dualidade entre o sujeito empírico e o sujeito biológico. Para ele, há outro sujeito que se compromete com a palavra e que é, ao mesmo tempo, aquele que tem atitude responsiva (é ativo). Esse sujeito também é responsável pelo seu ato e, para este, diferentemente do sujeito empírico e biológico, permite-se um olhar sócio-histórico, assim “o sujeito não é um fantoche das relações sociais, mas um agente, um organizador de discursos, responsável pelos seus atos e responsivo a outro” (SOBRAL, 2012, p. 23).

Dessa maneira, é possível afirmar que o sujeito bakhtiniano é complexo, responsável, respondente, inacabado, múltiplo, constituído na relação com o outro, por meio da conexão exotópica e dialógica e da contextualização em atos e eventos de vida. É a partir dessa concepção de sujeito que se apresenta o conceito de excedente de visão, discutido por Bakhtin (2015) no ensaio *O Autor e a personagem na atividade estética*. Excedente de visão é a visão integral, totalizante de algo ou de alguém, no caso do ensaio citado, uma obra de arte.

O excedente de visão nada mais é do que a possibilidade, por meio da exotopia⁶, de ver o outro por completo. A atitude exotópica é aquela quando o sujeito se permite a escuta e o olhar atento ao outro.

O autor não só enxerga e conhece tudo o que cada personagem em particular e todas as personagens juntas

6 Exotopia: do russo para o francês *exotopie*, que significa em um lugar exterior. Exotopia é a ideia concebida por Bakhtin a partir de 1919 e que tomou forma entre 1922 e 1924. Trata-se da visão que o outro tem de mim (acabamento) que eu não posso ter em relação a mim mesmo. São desdobramentos de olhares a partir de um lugar exterior (AMORIM, 2014, p. 95-96).

enxergam e conhecem, como enxerga e conhece mais que elas, e ademais enxerga e conhece algo que por princípio é inacessível a elas, e nesse excedente de visão e conhecimento do autor, [...] é que se encontram todos os elementos do acabamento do todo (BAKHTIN, 2015, p. 11).

Uma vez que os sujeitos não podem se enxergar por completo, isso seria impossível, eles se constituem a partir do olhar exotópico dos outros, a partir do excedente de visão, isto é, do acabamento dado pelos seus pares. O olhar do outro é sempre axiológico, posicionado, transbordado de valores. Porém, nessa relação de alteridade, ele pode se antepor axiologicamente, o que lhe transforma em um ser em constante inacabamento.

Não posso viver do meu próprio acabamento e do acabamento do acontecimento, nem agir; para viver preciso ser inacabado, aberto para mim [...], preciso ainda me antepor axiologicamente a mim mesmo, não coincidir com a minha existência presente (BAKHTIN, 2015, p. 11).

O “eu” e o “tu” possuem uma dimensão relacional na medida em que o olhar do outro é constitutivo do sujeito. É esse olhar que permite ao sujeito atualizar-se e se reformular, visto que “avaliamos a nós mesmos do ponto de vista dos outros, através do outro procuramos compreender e levar em conta os momentos transgredientes a nossa própria existência” (BAKHTIN, 2015, p. 13).

No entanto, apesar da relação intrínseca, o “eu” e o “tu” não são os mesmos, ou melhor, cada sujeito é concreto, singular e ocupa determinado lugar no mundo “esse excedente da minha visão [...] é condicionado pela singularidade e pela insubstitubilidade do meu lugar” (BAKHTIN, 2015, p. 21). Segundo Silveira, Rohling e Rodrigues (2012, p. 109), o sujeito é ao mesmo tempo singular e pluralmente social.

Apesar da íntima relação entre o eu e o tu, a noção de excedente de visão está fundada na não coincidência das

vivências, ou seja, não deixamos de ter nossa singularidade, porém, essa singularidade é sócio-historicamente construída. Isso porque os sujeitos participam de diferentes interações e o modo como vão internalizando o discurso do outro (a maneira como o interdiscurso⁷ vai se constituindo intradiscurso - discurso interior do sujeito) é singular. Em outras palavras, o modo como cada sujeito se relaciona com os discursos do outro, por meio do seu próprio discurso, é que dá a ele individualidade (no entanto, é preciso lembrar que o conceito de individual não está aqui em oposição ao conceito de social, uma vez que essa individualidade é constituída no seio da sociedade).

Refletir sobre as práticas discursivas quer dizer, no âmbito da pesquisa, analisar enunciados de protesto carnavalescos. É também compreender o tempo presente, a sociedade, as relações de poder que cercam essas práticas e os sujeitos históricos. Para ilustrar esse debate em torno do sujeito, apresentamos, a seguir, um cartaz de protesto “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar!”, da Folha UOL, São Paulo. Publicado em 12/06/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1292952-passe-livre-poe-faixa-na-marginal-pinheiros-e-anuncia-novo-protesto-em-sp.shtml>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

A partir da cena enunciativa, percebe-se que o sujeito que comunica não é qualquer manifestante, nem é um novo manifestante. Trata-se de um militante do movimento MPL – Movimento Passe Livre. Ao voltar o olhar para o enunciado “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar”, é importante refletir sobre quem produziu essa comunicação, qual é o papel social desse sujeito e em qual esfera social esse manifestante circula.

O sujeito manifestante é visto na sua materialidade concreta, o que possibilita pensar em um complexo de relações que o rodeia. Esse complexo gira em torno das pautas, ou seja, da posição

7 Interdiscurso é o mesmo que dialogismo, é a formação de discursos a partir de outros. Trata-se do diálogo entre os discursos (e não entre os interlocutores).

valorativa do MPL em relação à tarifa zero, à redução da passagem, à luta por direitos. Tais posicionamentos são valorados e se dão por meio da relação de alteridade, na prática discursiva com o outro.

No que se refere ao posicionamento axiológico, identifica-se que o sujeito valora negativamente o aumento da passagem e a concepção de mobilidade urbana que se tem. Para o manifestante, não é aceitável pagar por um transporte público que, na opinião dele, é caro e ruim. Isso infringiria o direito de ir e vir. Assim, o transporte – considerado um direito transversal em relação aos outros direitos –, segundo o MLP (2013), deveria estar no conjunto de serviços “realmente” públicos e gratuitos, como educação e saúde, cujos usuários não precisam pagar nada para usufruir.

Diante disso, há uma responsabilidade ética sobre a posição do manifestante MPL frente à sociedade, em determinado tempo e espaço, que, nesse caso, é junho de 2013, em São Paulo. Para essa situação, não há alibi para ocupar esse espaço de manifestação, apenas o sujeito MPL e somente ele poderia fazer esse enfrentamento e externar tal atitude responsiva dessa maneira.

Nesse espaço de interação, chamado nesta pesquisa de jornadas de junho, o excedente de visão é dado pelos outros manifestantes que passam, pelos governantes municipais, pelos sujeitos que leem o enunciado por meio da televisão, da internet ou pessoalmente. É o outro, com seu olhar exotópico, na relação de alteridade, que faz com que o manifestante MPL se complete, seja quem ele é. Tudo isso se dá exotopicamente, ou seja, em determinado tempo e espaço da história e da cultura.

A partir da discussão sobre excedente de visão, responsabilidade, alteridade, exotopia e não alibi da existência, procurou-se, nesta subseção, apresentar a visão bakhtiniana de sujeito que se difere e, algumas vezes, contrapõe-se àquela posta na década de 1920, momento em que a maioria das obras de Bakhtin foi produzida.

4. ENSAIOS PARA O CARNAVAL: parâmetros analíticos

Nesta pesquisa, levamos em consideração o método sociológico de análise sugerido pelo Círculo. Em Bakhtin/Volochinov (2014, p. 129), são apresentadas as etapas metodológicas para o estudo da língua a partir de aspectos sócio-históricos, quais sejam:

1. As formas da língua e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza;
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala (gêneros do discurso) isolados, e, ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala (os gêneros do discurso) na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal;
3. A partir daí exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual.

Com a intenção de ampliar a reflexão sobre o método sociológico bakhtiniano, é importante, também, considerar a afirmação de Rojo (2005, p. 199):

[...] a ordem metodológica de análise que vai da situação social ou de enunciação para o gênero/ enunciado/ texto e, só então, para suas formas linguísticas relevantes [...]. Ao chegarmos nesse último nível de análise, vale a interpretação linguística habitual, isto é, as teorias e análises linguísticas disponíveis, desde que seguida a ordem metodológica que privilegia as instâncias sociais [...]. Dito de outra maneira, aqueles que adotam a perspectiva dos gêneros do discurso partirão sempre de uma análise em detalhes dos aspectos sócio-históricos da situação de enunciativa, privilegiando, sobretudo, a vontade enunciativa do locutor – isto é, sua finalidade, mas

também e principalmente sua apreciação valorativa sobre seus interlocutores e temas discursivos –, e, a partir desta análise, buscarão marcas linguísticas (formas do texto/enunciado/língua – composição e estilo) que refletem no enunciado/texto, esses aspectos da situação.

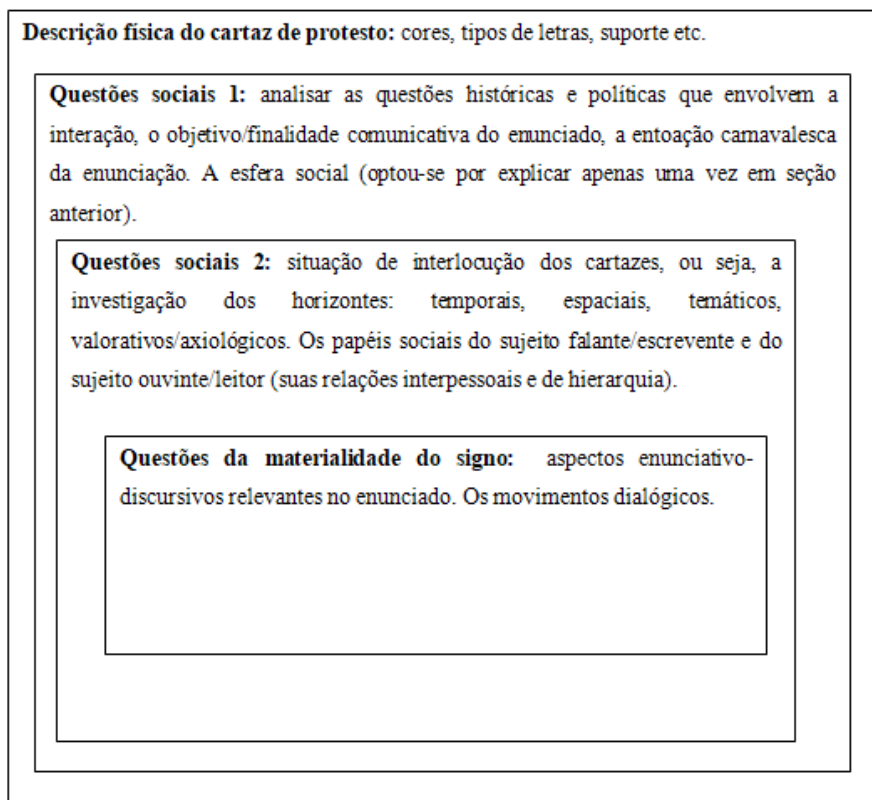
Com isso, depreende-se que o analista é livre para usar as teorias linguísticas disponíveis, desde que a ordem metodológica seja seguida, melhor dizendo, desde que se privilegie o aspecto social sobre o linguístico “as teorias textuais, assim como quaisquer outras, podem ser, no método bakhtiniano, instrumentos de um nível inferior de análise, desde que subordinadas [...] aos níveis superiores” (ROJO, 2005, p. 199).

Diante disso, a análise dialógica trabalha com a análise de enunciados concretos como unidades reais da comunicação. No caso deste livro, são analisados os enunciados das faixas/cartazes carnavalescos de protesto de junho de 2013. Ademais, as análises interpretativas desta pesquisa levaram em consideração, além das concepções do Círculo e da ordem sociológica proposta por Bakhtin, as concepções da pesquisadora, que se colocou como participante das relações dialógicas e não como mera espectadora. Assim, o percurso de análise se deu do âmbito social mais amplo para a materialidade linguística especificamente.

Segundo Bakhtin (2015), o pesquisador toma posição na análise, tornando-se, inevitavelmente, um terceiro elemento no diálogo. Essa posição foi tomada com o objetivo de analisar os enunciados de protesto e a construção dos sentidos valorados e não com a intenção de esgotar as leituras dos enunciados, até porque isso seria impossível e contrário ao que se entende como análise dialógica do discurso.

5. AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 CONTADAS POR MEIO DE ENUNCIADOS CARNAVALESCOS: uma análise bakhtiniana

A imagem a seguir resume visualmente os aspectos que foram levados em conta na análise dos cinco enunciados que compõem o *corpus* desta pesquisa.



Fonte: Autoria própria

5.5 AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 CARNAVALIZADAS

Para Nogueira (2013), o ativismo de junho é marcado pelo velho e pelo novo ativismo: o velho, caracterizado por aqueles sujeitos que já praticam tradicionalmente sua militância, de modo mais organizado, com pautas e sujeitos escreventes e leitores previamente estabelecidos; e o novo, que “não se referencia por líderes ou ideologias. Age festivamente e sem rotinas fixas, valendo-se muitas vezes da sátira e do deboche. É multifocal, abraça várias causas simultaneamente. Sua mobilização é intermitente” (NOGUEIRA, 2013, p. 54). A disputa discursiva, a potencialidade semântica e a mobilização de axiologias dos enunciados desses ativistas importam para esta pesquisa.

A sátira e o deboche de que se valem os novos ativistas dialogam diretamente com a cosmovisão carnavalesca bakhtiniana. As mudanças de ordem social, os índices de valor, estão presentes de modo carnavalesco nas manifestações de junho, ocupando as praças públicas e outros espaços urbanos, as ruas das cidades brasileiras, uma vez que “[...] durante o carnaval é a própria vida que representa, e por um certo tempo o jogo se transforma em vida real. Essa é a natureza específica do carnaval, seu modo particular de existência” (BAKHTIN, 1987, p. 7).

Desse modo, as jornadas são consideradas um processo de carnavalização na medida em que se aproximam do processo de subversão e mudança da ordem e dos padrões sociais. Além disso, as manifestações são marcadas pelo caráter de disputa, tornando-se um espaço de arena discursiva em que ora ganha destaque o discurso oficial, ora o não oficial.

Percebe-se que, durante junho de 2013, o espaço urbano foi o lugar da inversão, em que os sujeitos comuns, periféricos e excluídos puderam se apropriar do centro simbólico. Como no carnaval, as ruas representaram a liberdade, o extravasamento, a dilaceração das barreiras hierárquicas e sociais, um mundo às avessas, uma paródia da vida ordinária. As ruas das cidades brasileiras entraram em um

clima de festividade. “O carnaval é a segunda vida do povo, baseada no princípio do riso. É a sua vida festiva. A festa é a propriedade fundamental de todas as formas de ritos e espetáculos cômicos da Idade Média” (BAKHTIN, 1987, p. 7). Essas tensões e sátiras estão também nos enunciados de protesto, que, na perspectiva dialógica da linguagem, descrevem-se como interações que se relacionam com o processo de carnavalização.

O conceito de carnavalização compreendido neste estudo é aquele desenvolvido por Mikhail Bakhtin nas obras *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (1987) e *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2011). Nesse caso, Bakhtin (1987) faz distinção entre os termos carnaval e carnavalização. Carnaval são festas e rituais, com marcas carnavalescas, momento em que o mundo fica às avessas, porque não há regras nem leis, tudo é permitido. Trata-se de um complexo e importante aspecto da cultura. Já a carnavalização é, no sentido amplo, um processo de inversão das normas pré-estabelecidas, dessacralização da ordem, da hierarquia, do imutável, do sério.

Para compreender completamente o problema da carnavalização, deve-se deixar de lado a interpretação simplista do carnaval segundo o espírito das mascaradas dos tempos modernos e ainda mais a concepção boêmia banal do fenômeno. O carnaval é uma grandiosa cosmovisão universalmente popular dos milênios passados. Essa cosmovisão, que liberta do medo, aproxima ao máximo o mundo do homem e o homem do homem (tudo é trazido para a zona do contato familiar livre), com o seu contentamento das mudanças e sua alegre relatividade, opõe-se somente à seriedade oficial unilateral e sombria, gerada pelo medo, dogmática, hostil aos processos de formação e à mudança, tendente a absolutizar um dado estado de existência e do sistema social. Mas nela não há, evidentemente nem sombra da leviandade vazia nem do banal individualismo boêmio (BAKHTIN, 2011, p. 184).

Diante disso, é possível perceber que o objetivo de Bakhtin (2011) foi trazer à tona não só o carnaval como ainda a cosmovisão carnavalesca, ou seja, o senso carnavalesco de mundo e, a partir dele, falar dos sujeitos coletivos e situados. Para ele, as festas são eventos significativos culturalmente para a compreensão da civilização humana, sendo centrais na vida do sujeito medieval (aliás, não só o carnaval, mas também outras festas populares cômicas, como a festa do asno, a festa do tolo etc.). O filósofo russo é conhecido como o teórico que contribuiu para o desenvolvimento da cultura cômica popular da Idade Média e do Renascimento, por meio das obras de Rabelais, de fontes populares e de concepções artísticas.

O carnaval, para Bakhtin, vai para além do fenômeno literário. Trata-se de um espetáculo ritualístico, com ações e gestos simbólicos. “Para o autor, o carnaval constituía um conjunto de manifestações da cultura popular medieval e do Renascimento em um princípio, organizado e coerente, de compreensão de mundo” (SOERENSEN, 2011, p. 319).

Na Idade Média e no Renascimento, o carnaval, que durava cerca de três meses, estava relacionado às festividades sagradas e ao deslocamento da ordem, à extrapolação, ao mundo ao revés, à liberação momentânea de regras e tabus:

Na verdade, o carnaval ignora toda a distinção entre atores e espectadores. Também ignora o palco, mesmo na sua forma embrionária. Pois o palco teria destruído o carnaval (e inversamente, a destruição do palco teria destruído o espetáculo teatral). Os espectadores não assistem ao carnaval, eles o vivem, uma vez que o carnaval existe pela sua própria natureza para todo o povo. Enquanto dura o carnaval, não se conhece outra vida que não a do carnaval. Impossível escapar a ela, pois o carnaval não tem nenhuma fronteira espacial. Durante a realização da festa, só se pode viver de acordo com as suas leis, isto é, as leis da liberdade. O carnaval possui um caráter universal, é um estado peculiar do mundo: o seu renascimento e a

sua renovação, dos quais participa cada indivíduo. Essa é a própria essência do carnaval, e os que participam dos festejos sentem-no intensamente (BAKHTIN, 1987, p. 6).

Bakhtin (1987) compreende o carnaval como um momento entre a vida e arte, um momento em que se pode viver outra vida, algo que foge do tom sério e oficial, momento de ousadia, de renovação e de mudanças. Na idade média, o carnaval era o cerne da cultura e da representação de um mundo dual em que a praça pública ganhou espaço privilegiado. É possível atualizar a ideia de ousadia, vontade de renovação e de praça pública, de universo da cosmovisão carnavalesca e as relacionar com o evento das jornadas de junho de 2013.

A atmosfera carnavalesca está presente em todos os espaços, o que era limitado era o tempo. Ela estava presente nas tavernas, nas ruas, nos banhos públicos e, principalmente, na praça pública.

Na literatura carnavalizada, a praça pública, como lugar da ação do enredo, torna-se biplanar e ambivalente: é como se através da praça pública real transparecesse a praça pública carnavalesca do livre contato familiar e das cenas de coroações e destronamentos públicos (BAKHTIN, 1987, p. 128).

Durante as manifestações de junho, as praças públicas, as ruas e a espacialidade oficial ficaram interdidas pelos sujeitos que ali estavam. Houve uma libertação temporária, quer dizer, uma forma concreta, embora provisória da vida, vivida enquanto durasse o carnaval, um momento catártico de libertação que permitiu que o sujeito tivesse:

O triunfo de uma espécie de libertação temporária da verdade dominante e do regime vigente, uma abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Era a autêntica festa do tempo, a do

futuro, das alternâncias e renovações. Opunha-se a toda perpetuação, a todo aperfeiçoamento e regulamentação, apontava para um futuro ainda incompleto (BAKHTIN, 1987, p. 8).

O filósofo russo ressignificou culturalmente a questão pagã durante os milênios, associou o carnaval da Idade Média com as tradições dos festivais romanos saturnais e analisou o contraste, ou melhor, a dualidade que há entre as festas religiosas – seu tom sério e oficial – em oposição às festas públicas carnavalescas – tom satírico – junto à oportunidade de uma segunda vida.

A cosmovisão carnavalesca ou a carnavalização pode ser compreendida como a ampliação da expressão “carnaval”, conforme explicita Bakhtin (1987, p. 189).

O carnaval revela-nos o elemento mais antigo da festa popular, e pode-se afirmar sem risco de erro que é o fragmento mais bem conservado desse mundo tão imenso quanto rico. Isso autoriza-nos a utilizar o adjetivo carnavalesco numa acepção ampliada, designando não apenas as formas de carnaval no sentido estrito e preciso do termo, mas ainda toda a vida rica e variada da festa popular no decurso dos séculos e durante a Renascença, através dos seus caracteres específicos representados pelo carnaval nos séculos seguintes, quando a maior parte das outras formas ou havia desaparecido, ou degenerado.

Além disso, parece que a expressão “cosmovisão” amplia ainda mais a ideia de visão de mundo relacionado às relações humanas e aos papéis dos sujeitos cronotópicos. Ela estende a ideia de uma concepção de mundo carnavalesco.

O enunciado “Quero uma bolsa Louis Vuitton” - fonte: site do G1.globo.com. Cartazes das manifestações, São Paulo. Publicado em 20/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/quero-bolsa-louis-vuitton/>,

acesso em: 20 jan. 2018 - explicita a relação entre carnaval e as manifestações de junho de 2013. Ela materializa o tom não oficial e carnavalesco das jornadas de junho em oposição ao tom oficial, que é aquele presente nas ruas durante todo o resto do ano. O enunciado também reforça o tom de sátira e insulto presentes no novo ativismo.

No enunciado “Quero bolsa “Louis Vuitton” #vemprarua” há um diálogo marcado pela crítica ao programa de governo Bolsa Família. A pauta política está sendo colocada de forma risível, carnavalesca. Aliás, é possível que o discurso seja ao mesmo tempo carnavalesco e engajado politicamente. Acredita-se que a manifestante esteja interessada na agenda política, ela não é completamente indiferente, entretanto, trata-se de outra política, não a tradicional, não a dos partidos políticos, apenas uma consciência voluntária política.

Há uma relação dialógica entre a luxuosa bolsa e o programa Bolsa Família, que é uma ação do governo federal de 2013 em que se fazia transferência de recursos para famílias pobres. Os beneficiários do programa precisavam manter os filhos na escola e fazer todo um acompanhamento de saúde, como realizar vacinas em dia, por exemplo. O objetivo do programa era quebrar o ciclo geracional da pobreza.

A manifestante, de forma satírica, desvaloriza o programa de governo “Bolsa Família”, ao colocá-lo em um mesmo nível que a bolsa Louis Vuitton. Melhor dizendo, a manifestante destrona o programa “Bolsa Família”, criado para diminuir a fome no Brasil, ao fazer uma analogia entre ele e uma bolsa “comum”, que serve para transportar ou guardar objetos pessoais. O adjetivo comum levou aspas porque, apesar de comum, a bolsa Louis Vuitton não é popular, é um objeto caro e o programa “Bolsa Família” é voltado para as classes menos favorecidas, materializando, então, o deboche. A crítica ao governo do Partido dos Trabalhadores, criador do programa, é feita em forma de extravasamento. Percebe-se, no enunciado, uma liberdade discursiva, uma subversão ao discurso oficial, que só é possível em tempos de carnaval.

A manifestante não está só. Ela representa um sujeito coletivo que tem como objetivo comunicativo fazer a crítica aos programas

sociais da época, por meio de um discurso elitista, ou seja, provocando o riso para aqueles de mesmo engajamento, que são seus parceiros valorativamente. Para que o discurso seja risível, precisa haver certa coparticipação. Nesse processo, a produção de enunciados é regulada pelos saberes discursivos comuns entre os sujeitos sobre determinadas condições de cumplicidade valorativa.

Os cinco cartazes que compõem o *corpus* específico desta pesquisa também são marcados pelo riso carnavalesco, posicionado, aquele popular que possui aspecto ambivalente, ou seja, que é ao mesmo tempo alegre e sarcástico.

Explicaremos previamente a natureza complexa do riso carnavalesco. É, antes de mais nada, um riso festivo. Não é, portanto, uma reação individual diante de um outro fato “cômico” isolado. O riso carnavalesco é em primeiro lugar um patrimônio do povo (esse caráter popular, como dissemos, é inerente à própria natureza do carnaval); todos riem, o riso é “geral”; em segundo lugar, é universal, atinge a todas as coisas e pessoas (inclusive as que participam no carnaval), o mundo inteiro parece cômico e é percebido e considerado no seu aspecto jocoso, no seu alegre relativismo; por último, esse riso é ambivalente: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente (BAKHTIN, 1987, p. 10).

Outra característica importante do riso carnavalesco é a sua capacidade de expressar opinião sobre o mundo, ou seja, valorar, posicionar-se axiologicamente e de ter um caráter subversivo.

O riso tem um profundo valor de concepção e o mundo é uma das formas capitais pelos quais se exprime a verdade sobre o mundo na sua totalidade sobre a história, sobre o homem; é o ponto de vista particular e universal sobre o mundo que percebe de forma diferente, embora não menos importante (talvez mais) do que o sério; por isso a grande

literatura (que coloca por outro lado problemas universais) deve admiti-lo da mesma forma que ao sério: somente o riso; com efeito, pode ter acesso a certos aspectos extremamente importantes do mundo (BAKHTIN, 1987, p. 57).

Bakhtin (1987) tinha como objeto de pesquisa a cultura popular, na tese em que estudou a obra de Rabelais. O foco era a cultura popular da Idade Média e da Renascença mais especificamente. A ideia do riso carnavalesco e posicionado aparece muito nas análises de Pantagruel, em que o autor esclarece como era a visão do humor e do cômico na transição desses dois momentos. O riso ganhou destaque nas manifestações populares, nos ritos, na literatura, nas imagens, marcado pela sátira e pelo cômico. Tratava-se de um riso alegre, mas ao mesmo tempo, vívido e grotesco.

Em época de carnaval, em que o mundo está às avessas, a contestação e a subversão entram em contraposição com a hierarquia, com o sério, com a obsessão cristã. O riso marca simbolicamente a morte e a ressurreição por meio do cômico. É pela verdade do risível, que é também irresistível, que o povo tem a possibilidade de viver uma segunda vida, de morrer e renascer triunfante.

Os clérigos de baixa e média condição, os escolares, os estudantes, os membros das corporações e finalmente os diversos e numerosos elementos instáveis, situados fora dos estratos sociais, eram os que participavam mais ativamente nas festas populares. No entanto, a cultura cômica da Idade Média pertencia de fato ao conjunto do povo. A verdade do riso englobava e arrastava a todos, de tal maneira que ninguém podia resistir-lhe (BAKHTIN, 1987, p. 71).

Assim, o riso na concepção bakhtiniana se diferencia de outros risos justamente pelo seu caráter regenerador, de contraposição à ordem prática e de renovação, ou seja, vontade de mudar tal

ordem; o que dialoga com as manifestações de junho de 2013, em que o cômico não estava fazendo o papel de “pão e circo”, ou seja, de distrair os demais, mas de contestar questões sociais e políticas, em forma de riso posicionado, “é justamente o fato de reconhecer que o riso tem uma significação positiva, regeneradora, criadora, o que o diferencia nitidamente das teorias de filosofias dos risos posteriores” (BAKHTIN, 1987, p. 61).

Em Bakhtin (1990), o riso é apresentado por meio da autobiografia, com um caráter negativo, em uma forma mais reduzida se comparada com o riso relacionado à cosmovisão carnavalesca, estando também relacionado com a sátira e com a ironia. Ele traz, na obra *Questões de literatura e estética* (BAKHTIN, 1990), a ideia de destronamento de autoridades, ridicularização de soldados, imperadores, noivos. Em *Discurso na Vida e Discurso na Arte* (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2016), *Freudismo* (BAKHTIN, 2007) e *Estética da Criação Verbal* (BAKHTIN, 2015), a ideia do riso não possui tanto espaço quanto em Bakhtin (1987), apesar disso, traz concepções tão importantes quanto.

Em *Discurso na Vida e Discurso na Arte*, o riso é relacionado com a entoação, “Uma entoação criativamente produtiva, segura e rica, é possível somente sobre a base de um ‘apoio coral’ presumido” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2016, p. 11). Isso significa que o riso se dá no pressumido, na sutileza da entoação encontrada nos enunciados jocosos e satíricos, imbricados no apoio coral, “quando uma pessoa rindo percebe repentinamente que ela está rindo sozinha – sua risada ou cessa ou se degenera, torna-se forçada, perde sua segurança e clareza e sua capacidade de provocar humor e alegria” (VOLOCHINOV/BAKHTIN, 2016, p. 11).

Em *Freudismo* (BAKHTIN, 2007), o riso aparece em forma de crítica à psicologia individual e subjetivista, que resume o riso a um complexo sexual e exclui o caráter social e posicionado do riso. Já em *Estética da Criação Verbal*, o riso é apresentado quando Bakhtin (2015) antecipa-se à questão de reacentuação de gêneros do discurso, avisando que ao se reacentualizar um gênero triste,

dando a ele um tom alegre, surge um novo gênero, outra enunciação “alguma coisa nova (por exemplo, do gênero jocoso-alegre para o gênero epitáfio jocoso)” (BAKHTIN, 2015, p. 293). Outra questão que ele apresenta é a sátira e o humor como condições importantes para desmascarar os objetivos de um herói: “a zombaria da importância ético-cognitiva por meio da expressão verbal” (BAKHTIN, 2015, p. 19).

No enunciado “Não contavam com nossa astúcia” - fonte: site do G1.globo.com. Cartazes das manifestações, Belo Horizonte. Foto de Raquel Freitas/G1. Publicado em 20/06/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/files/2328/2013/06/DSC04593.jpg>, acesso em: 7 jan. 2017 - assim como na anterior, também se evidencia a relação entre a atmosfera do ritual festivo e as manifestações de junho de 2013, materializando a natureza não oficial e cômica. Contudo, diferentemente da anterior, não há uma pauta política explicitada. Na imagem, o sujeito manifestante está com a camiseta do Chapolin Colorado, podendo ser configurado como um sujeito fantasiado, carnalizado. Uma das formas de integração social e de ocultamento das relações hierárquicas é justamente o desaparecimento do corpo individual e o surgimento de um corpo popular, como forma de renovação.

Essa organização é antes de mais nada, profundamente concreta e sensível. Até mesmo o ajuntamento, o contato físico dos corpos, que são providos de um certo sentido. O indivíduo se sente parte indissolúvel da coletividade, membro do grande corpo popular. Nesse todo, o corpo individual cessa, até certo ponto, de ser ele mesmo: pode-se, por assim dizer, trocar mutuamente de corpo, renovar-se (por meio das fantasias e máscaras). Ao mesmo tempo, o povo sente a sua unidade e sua comunidade concretas, sensíveis, materiais e corporais (BAKHTIN, 1987, p. 222).

Chapolin é um famoso personagem da série de televisão mexicana exibida pela primeira vez na década de 1970. Trata-se de uma espécie de paródia bem-humorada que se esforça para

fazer uma crítica à sociedade latino-americana e aos heróis norte-americanos. No seriado, o personagem faz uso de uma frase célebre: “Não contavam com minha astúcia!”.

Com base nisso, o manifestante reescreve e atualiza: “Não contavam com a nossa astúcia!”. Desse modo, o pronome foi trocado, em vez de “minha” astúcia, como é originalmente no seriado, o manifestante usou “nossa” astúcia e sublinhou o pronome para dar acento, marcar sua importância. Assim, ele está fazendo referência aos demais que protestam, quer dizer, aos milhares de manifestantes que foram às ruas em junho de 2013.

Quanto ao adjetivo “astúcia”, este significa esperto, inteligente, sagaz. No entanto, a pauta, a reivindicação e o sujeito-alvo do enunciado não estão explícitos para o leitor, são informações vagas. Afinal, o que o manifestante comunica? Ele apenas se manifesta em um tom satírico, debochado, fazendo das ruas de Belo Horizonte um grande carnaval. “Não contavam com nossa astúcia” é um enunciado que comunica o quanto os manifestantes brasileiros surpreenderam os leitores (do cartaz) ao serem espertos e astutos, porque saíram para as ruas em uma onda de manifestações que tomou o país durante um mês.

Para Bakhtin (1987), as festividades carnavalescas têm um vínculo com o tempo, muitas vezes marcado por períodos de crise e pela renovação. Desse modo ocorreram as jornadas de junho, em um período de dificuldade política e uma vontade de mudança.

As festividades têm sempre uma relação marcada com o tempo. Na sua base, encontra-se constantemente uma concepção determinada e concreta do tempo natural (cósmico), biológico e histórico. Além disso, as festividades, em todas as suas fases históricas, ligaram-se a períodos de crise, de transtorno, na vida da natureza, da sociedade e do homem. A morte e a ressurreição, a alternância e a renovação constituíram sempre os aspectos marcantes da festa. E são precisamente esses momentos – nas formas concretas das diferentes festas – que criaram o clima típico de festa (BAKHTIN, 1987, p. 8).

Além do tempo, há outro aspecto importante da carnavalização: a questão lexical. Um dos momentos em que o filósofo russo discute essa questão é quando analisa a obra *A vida de Gargântua e Pantagruel*, escrita por François Rabelais. Nesse sentido, Bakhtin afirma que há, na obra, um grande cinismo e elementos que podem ser chamados de vocabulário da praça pública (BAKHTIN, 1987). Bakhtin foi o autor que ratificou a carnavalização como categoria de análise do texto. Para ele, é possível, por meio da linguagem bem elaborada e diversificada, exprimir de forma sincrética o espetáculo: o carnaval, principalmente por meio do léxico. Afinal, é ele que materializa a diversidade semântica cultural e possibilita a ressignificação no grande tempo.

No enunciado “Meu cu é laico” - fonte: site da Revista Fórum. São Paulo. Publicado em 19/06/2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2013/06/19/humor-quando-o-vinagre-entornou-meu-koo-e-laico-feliciano/>, acesso em 7 jan. 2017 - temos a imagem de um cartaz que circulou nas ruas de São Paulo. O enunciado materializou o vocabulário de praça pública e a relação com o baixo corporal típicos da atmosfera carnavalesca. Baixo corporal ou baixo ventre são expressões usadas por Bakhtin (1987) que fazem referência às ações fisiológicas: urinar, defecar, digerir, ter relações sexuais.

Sob a ótica bakhtiniana, todo enunciado é dirigido para alguém. Assim, com o “Meu cu é laico” não seria diferente. Aliás, nesse caso, é direcionado para “alguéns”. Além da bancada evangélica e dos segmentos religiosos fundamentalistas, o enunciado tem um leitor-alvo específico: o pastor e deputado Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), segundo político evangélico com maior número de votos em 2010. Ele foi presidente da Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil durante o ano de 2013. Sua eleição para o cargo foi controversa, uma vez que ela aconteceu após a discussão e o abandono de alguns importantes deputados que não concordavam com a indicação de Feliciano, alegando que seu perfil não era compatível com os propósitos da

comissão. O referido deputado se envolveu em várias polêmicas relacionadas à discriminação de negros, de mulheres, da população LGBT, além de polêmicas sobre aborto, castração química de estupradores e adoção de crianças por casais do mesmo sexo.

No que diz respeito ao enunciado, este é marcado pela linguagem carnavalesca e tem relações dialógicas com o Projeto de Decreto Legislativo 234/11, muito conhecido nas manifestações de junho como o projeto “da cura gay”, apresentado pelo deputado evangélico João Campos (PSDB-GO) e aprovado pela Comissão de Direitos Humanos, no dia 18 de junho. Vale ressaltar que não é de hoje que se sabe que as ações políticas de João Campos e Feliciano são motivadas por questões religiosas. O projeto tinha como objetivo alterar uma resolução do Conselho Federal de Psicologia, induzindo os profissionais da área a mudar a orientação sexual dos seus pacientes. Em outras palavras, tratá-los e até convencê-los a não “dar mais o cu”, relacionando-se à linguagem de praça pública do enunciado.

O enunciado apresenta, de forma satírica, a expressão “laico”, que significa sem religião definida, em clara referência a todas as manifestações religiosas; fazendo, assim, uma crítica ao fundamentalismo religioso dos deputados. O que é laico, nesse caso, é o “cu”, linguagem profana e carnavalesca de comunicar que o Estado não deve legislar sobre os corpos dos sujeitos. Aliás, o Estado também é laico e, portanto, os parlamentares deveriam manter uma postura mais igualitária possível e não envolverem questões religiosas nas decisões relacionadas a projetos de lei.

O uso da expressão “cu” e não de qualquer outro sinônimo é proposital. A expressão se conecta com o marginal, com a quebra de barreiras hierárquicas, opondo-se ao sério. Isso é vocabulário de praça pública, que se relaciona ao insulto e às obscenidades, ao excremento, ao sujo. Percebe-se, no enunciado, o registro cômico da irreverência reprimida pela voz oficial, a gargalhada de praça pública, comportamento sexual típico da cosmovisão carnavalesca.

Além da linguagem de praça pública, a cosmovisão carnavalesca possuiu outra categoria importante e que também dialoga com as jornadas de junho: a ideia de destronamento. É impossível pensar

nele se não inserido na relação coroação e destronamento. Separados, perde-se todo o sentido. Tudo acontece em meio à festa. No ritual de coroação, está contida a ideia de futuro destronamento “a ação carnavalesca principal é a coroação bufa e o posterior destronamento do rei do carnaval” (BAKHTIN, 1987, p. 124). Trata-se de um ritual importante que acontece nas festas, momento de renovação.

Na base da ação ritual de coroação e destronamento do rei reside o próprio núcleo da cosmovisão carnavalesca: a ênfase das mudanças e transformações, da morte e da renovação. O carnaval é a festa do tempo que tudo destrói e tudo renova. Assim se pode expressar a ideia fundamental do carnaval. Contudo, salientamos mais uma vez: aqui não se trata de uma ideia abstrata, mas de uma cosmovisão viva, expressa nas formas concreto-sensoriais vivenciáveis e representáveis de ação ritual (BAKHTIN, 2011, p. 142).

Como é um tempo em que se está às avessas, coroa-se um rei, porém, escolhe-se um escravo, um bobo etc., alguém que será ridicularizado, pois se vive um momento de profunda profanação. É a atualização desse ritual que se pretende fazer nesta pesquisa. Afinal, as manifestações de junho de 2013 também foram marcadas pela coroação e pelo destronamento de ideologias, de partidos, pela vontade de renovação e tentativa de mudanças.

O destronamento se tornou usual na interface entre o social e o político, em que governantes, celebridades e autoridades foram objetos de ridicularização. Com as alterações das relações de poder e da hierarquia social, próprias do carnaval, o sujeito escrevente se coloca em posição de julgador, de crítico, de superior em relação àquele que está sendo criticado no cartaz. Buscando aprofundar mais essa temática, nas seções seguintes, serão discutidos os cinco enunciados selecionados para a pesquisa, nas análises propriamente ditas.

Apontar defeitos, irregularidades, equívocos e deformidades do outro é uma maneira de debochar, satirizar, destronar, contestar

símbolos do poder. Para Propp (1992), as deformidades são, de um modo geral, cômicas.

O pescoço longo e as pernas compridas da girafa são de total utilidade para a girafa: ajudam-na a alcançar as folhas das palmeiras e das árvores altas. Porém, o pescoço longo no homem é defeito: revela alguma debilidade dos organismos, representa alguma transgressão da norma. Já sabemos que cômicos justamente são os defeitos, mas somente aqueles cuja existência e aspecto não nos ofendam e não nos revoltam, e ao mesmo tempo não suscitem piedade e compaixão. [...]. O mesmo é válido, por exemplo, para as manifestações físicas da velhice ou da doença. Portanto, nem toda deformidade é cômica (PROPP, 1992, p. 60).

A deformidade, o defeito e o grotesco fazem parte da cosmovisão carnavalesca. O humor transforma a agressividade e o feio em elementos socialmente aceitáveis. Nesse processo, justamente os sujeitos que reivindicam respeito (celebridades, importantes instituições, políticos etc.) são os principais alvos da sátira e do deboche. Pesquisar esse tipo de discurso é também estudar os impactos sociais das relações de poder.

Há casos em que o destronamento se dá em torno de alguma ação, fala, atitude, valoração, que ocorre, por exemplo, quando o sujeito “poderoso”, ou a instituição, faz algo que não é adequado, aceitável pelo sujeito comum, por isso se faz a crítica, pois, normalmente por meio da sátira, “o riso torna suportável o insuportável” (DRIESSEN, 2000, p. 262). Tal crítica desvia do julgamento ao proporcionar o êxito do sujeito que emite a comunicação, tornando-se, assim, a transgressão admissível e o riso libertador.

No contexto da obra “Rabelais”, era comum uma atmosfera voltada para o riso-carnavalesco, para o grotesco, para o vulgar, para as brincadeiras sexuais, para o excesso corporal e para a pancadaria. Assim, além do destronamento posto, outra concepção que relaciona

a cosmovisão carnavalesca com as manifestações de junho é a ideia de pancadaria. A agressão, nesse contexto, pode ser atualizada com as tensões das ruas durante as jornadas de junho. Nesse caso, uma tensão que chamou a atenção da mídia foi a atuação dos Black Blocs, um símbolo da pancadaria que marcou as jornadas de junho. O grupo esteve presente principalmente no final do mês, segundo Gripp (2013), momento marcado por manifestos radicais e pela falta de apoio da população. Não que os grupos mais radicais não tivessem presentes antes, mas foi no final de junho que eles ganharam maior visibilidade.

Criado na década de 1980 e de origem alemã, o grupo denominado Black Blocs ficou conhecido na década de 1990 graças ao movimento antiglobalização, caracterizado pela dimensão ideológica anticapitalista. Os membros desse grupo se vestem de preto e usam máscaras (um pano preto) para assegurar o anonimato, enfrentam a violência policial e praticam uma tática que consiste em formar um bloco em movimento e depredar símbolos importantes do capitalismo global, como prédios estatais e grandes empresas (bancos privados, McDonald's, lojas de carros, por exemplo, entre outros símbolos).

Com adeptos em várias partes do mundo, eles se reúnem sem grande organização prévia. Os atos são marcados via internet e qualquer um pode participar. Entre os objetivos, um deles é provar que tais empresas (bancos, lojas etc.) não são tão poderosas e onipresentes quanto parecem e que, por trás das atraentes fachadas publicitárias, há um universo de exploração e violência materializado nas edificações. A esse respeito, Dupuis-Déri os define:

Os Black Blocs são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupo de pessoas formados durante uma manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas. [...] o principal objetivo de um Black Bloc é indicar

a presença de uma crítica radical ao sistema econômico e político (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 10).

A prática é adotada também por outros grupos como os *Anarcopunk*, movimento que nasceu no Reino Unido, na década de 1970. Trata-se de uma tática de luta. Para alguns subgrupos, os Black Blocs não são um movimento, mas uma tática defensiva. A ação direta do grupo é concentrada em formar um bloco para quebrar uma edificação emblemática capitalista, lançar de pedras e coquetéis-molotovs em tais emblemas, queimar lixeiras e materiais para formar barricadas. Essas ações são consideradas pelo grupo formas de ativismo, uma tática de guerrilha urbana. Os adeptos alegam que a depredação não é violência propriamente, mas sim uma intervenção simbólica, ou seja, algo que atinge o capitalismo e a propriedade privada, não os sujeitos (FIUZA, 2013).

A pancadaria, na concepção bakhtiniana, está relacionada à falta de respeito à hierarquia, à ideia de quebra de diferença de classes e à possibilidade, mesmo que momentânea, de uma vida de devaneios. Na obra de “Rabelais”, as pancadas reforçavam o ridículo, ao mesmo tempo que apresentavam a ideia de esperança, de novas perspectivas, de destruir um mundo antigo e abrir espaço para um mundo novo (BERNARDI, 2009). São esses aspectos de fantasia momentânea, de quebra de hierarquia e de certa esperança do que está por vir que as jornadas de junho de 2013 se relacionam com a ideia de pancadaria proposta.

Nesse processo, mais um elemento importante que envolve o universo da cosmovisão carnavalesca e que pode ser atualizado nas jornadas de junho é a ideia de paródia. É impossível refletir sobre a paródia de modo isolado da carnavalização, também é muito complexo conceituá-la pontualmente, pois, assim como as outras concepções bakhtinianas, ela aparece difusa em mais de uma obra.

Uma importante referência que se tem da paródia é a sua relação com alguns gêneros da idade média como: *soties*, fábulas, sátira

menipeia, anedotas, como discursos de resistência, que combatem os discursos oficiais (BAKHTIN, 1990).

Como já tivemos oportunidade de observar, a paródia é um elemento inseparável da “sátira menipeia” e de todos os gêneros carnalizados. A paródia é organicamente estranha aos gêneros puros (epopeia, tragédia), sendo, ao contrário, organicamente própria dos gêneros carnalizados (BAKHTIN, 2011, p. 145).

Outra noção fundamental para compreender paródia é o entendimento das relações dialógicas da linguagem, mais bem explicadas na seção teórica desta pesquisa, na subseção 3.1 mais especificamente, e a ideia de pluridiscursividade, também chamada de plurilinguismo ou de heteroglossia.

O plurilinguismo, “o discurso de outrem na linguagem de outrem que serve para refratar a expressão das intenções do autor” (BAKHTIN, 1990, p. 127), possui como pressuposto o discurso bivocal, duas vozes, dois modos de falar, dois posicionamentos axiológicos, dois estilos, duas intenções, o que é próprio dos discursos híbridos e constitutivo da linguagem, porque ela é dialógica por natureza e viva, ou seja, existe alguém que fala para alguém em determinado contexto sociocultural e político. Assim, com o discurso parodístico, não poderia ser diferente:

Apesar das diferenças substanciais, todos esses fenômenos têm um traço comum: aqui a palavra tem duplo sentido, voltado para o objeto do discurso como palavra comum e para um outro discurso, para o discurso de um outro. Se conhecermos a existência desse segundo contexto do discurso do outro e começarmos a interpretar a estilização ou a paródia como interpretarmos o discurso comum voltado exclusivamente para o seu objeto, não entenderemos verdadeiramente esses fenômenos: a estilização será interpretada como estilo, a paródia, simplesmente como obra má (BAKHTIN, 2011, p. 212).

Quanto ao discurso bivocal,

[...] sempre é internamente dialogizado. Assim é o discurso humorístico, irônico, paródico, assim é o discurso refratante nas falas dos personagens finalmente, assim é o discurso do gênero intercalado: todos são bivocais e internamente dialogizados. Neles se encontra um diálogo potencial, não desenvolvido, um diálogo concentrado de duas vozes, duas visões de mundo, duas linguagens (BAKHTIN, 1990, p. 127).

Na concepção bakhtiniana da linguagem, os discursos de paródia, humor, ironia – assim como os enunciados dos cartazes das jornadas de junho – introduzem e organizam o plurilinguismo.

Ademais, Bakhtin (1990) faz muitas referências ao universo da literatura. Discute o gênero romance, principalmente, porque nele a possibilidade de multiplicidade de vozes é potencializada. Apesar disso, nada impede de os pesquisadores atualizem suas concepções teóricas pensando nos enunciados que respondem ao tempo presente por meio de outros gêneros discursivos.

Além disso, Bakhtin tinha interesse no discurso de réplica, no enunciado trivial, no grotesco, no cotidiano e nas suas imperfeições, elementos que aparecem no gênero romance – considerado um gênero rebelde para a época – e na linguagem prosaica das cidades. Isso porque é no espaço urbano, mais que na literatura, que o conjunto de vozes acontece, transcorrendo possibilidades de múltiplas manifestações enunciativas (MACHADO, 2012).

Para os estudiosos clássicos, importavam o descritivismo, a eloquência retórica, o soneto. Já para Bakhtin, perpassa na sua obra como um todo que ele se preocupava com as ações do dia a dia, a enunciação do homem comum, a interação que acontece na cultura prosaica. Essa inversão teórica possibilitou a descoberta dos estudos de enunciados marcados pela pluralidade cultural, pela cosmovisão carnavalesca e, conseqüentemente, pela paródia.

Rabelais, cuja influência sobre toda a prosa romanesca em particular sobre o romance humorístico foi muito grande, tem relação paródica com quase todas as formas do discurso ideológico (filosófico, ético, científico, retórico, poético) e sobretudo com as formas patéticas desse discurso (para ele entre o patético e a mentira há quase sempre um sinal de identidade); ele chega até a paródia do pensamento linguístico geral. Esta zombaria que faz Rabelais da palavra humana mentirosa é expressa, entre outras, pela destruição paródica de certas estruturas sintáticas, por meio de redução ao absurdo de alguns dos seus momentos lógicos e expressivamente acentuados (por exemplo, as pregações, as explicações, etc.). (BAKHTIN, 1990, p. 114).

A paródia é um recurso discursivo metalinguístico (além do puramente linguístico), bivocal (mais de uma voz), bilíngue (se dá no entrelaçamento de mais de uma linguagem) em que a palavra possui duplo sentido. Um sentido voltado para o objeto do discurso (palavra comum) e outro voltado para o discurso do outro. As duas linguagens (a que é parodiada e a que parodia) estão em constante combate. A intenção do enunciado paródico é desmascarar o parodiado (BAKHTIN, 1987, 2011).

No discurso paródico, há citação do discurso parodiado, nesse caso, necessariamente revestido de uma orientação semântica oposta, com isso, estabelecendo entre eles uma relação de provocação. A paródia incorpora o riso, possui diversos níveis e graus, presume o rebaixamento da palavra do outro, muitas vezes, ridicularizando-a por meio de novos acentos. Não se trata de uma pura hibridização (mistura de duas linguagens em um único enunciado), mas sim de atualização (novo acento dado) do enunciado parodiado a partir dos sentidos valorados expressos no enunciado paródico, que atua como fundo dialógico (BAKHTIN, 1987, 2011).

Enquanto na paródia há a citação do discurso do outro travestido de uma direção semântica contrária, na estilização, isso não acontece.

Não há relação de embate, de provocação. Na estilização, não há mudança de orientação semântica.

Nesta pesquisa, verificou-se que, em alguns enunciados de protestos, é possível ver a paródia materializada, como é o caso do primeiro enunciado desta seção “Quero bolsa Louis Vuitton # vemprarua”. Nesse enunciado, um sentido está voltado para a bolsa Louis Vuitton e outro para o (discurso do outro) programa social de governo intitulado “Bolsa Família”. As duas linguagens estão em uma arena de luta, visto que a intenção do cartaz é desvalorizar, ridicularizar o programa “Bolsa Família” do PT, colocando-o no mesmo patamar de uma bolsa comum, de carregar objetos.

O acento valorativo dado pela manifestante marca o posicionamento elitista, debochado e contrário ao programa social do governo de 2013. Há a citação do discurso parodiado “Bolsa Família”, por meio de uma relação dialógica interna da palavra, denotando outra voz social. Trata-se de um clássico exemplo de paródia. É possível perceber que as vozes sociais são de orientações semânticas opostas, estabelecendo entre elas uma relação hostil e ao mesmo tempo risível. A bolsa Louis Vuitton tem menos importância, serve mais como provocação e fundo dialógico para o que realmente interessa, que é valorar negativamente o programa Bolsa Família.

Outra categoria fundamental no discurso paródico e que dialoga diretamente com os enunciados de protesto das jornadas de junho é o fato de ele supor o destronamento, nesse caso, do programa social e, conseqüentemente, do PT. Assim, sinaliza o rebaixamento do outro, o riso corretivo e a crítica. Nesse sentido, muitos cartazes destroam políticos, “corrigem” projetos de lei e rebaixam meios de comunicação por meio de um enunciado marcado pelo riso e pelo deboche. A contestação e o riso corretivo são marcas típicas das comunicações de protesto do novo ativismo, resultado do contexto de produção em que se vive. Nesse caso, as vozes dos enunciados refletem e refratam pautas que compõem o pano de fundo político e social.

No enunciado “Enfia os enfia os R\$ 0,20 no SUS” - fonte: Portal G1-Globo, Belo Horizonte. Publicado em 20/06/2013, disponível

em: <http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/>, acesso em: 21 jan. 2017 – há marcas carnavalescas catárticas.

Nesse caso, há uma relação dialógica entre a palavra “SUS” e a palavra “cu”. Isso porque, na nossa sociedade, há uma expressão pejorativa “enfiar no cu”, que seria “colocar no ânus”. No uso prático da língua, significa que o sujeito desiste de algo ou de algum debate, menosprezando o objeto de desejo ou o assunto que estava sendo abordado. Sinônimos para a expressão seriam “foda-se” e “deixe para lá”.

Considerando a imagem, a expressão da manifestante não caracteriza alguém que está menosprezando o debate da saúde ou os R\$ 0,20, mas sim, alguém que está suplicando, isso é justificado pela posição das mãos. Além disso, o nariz vermelho de plástico caracteriza alguém que está se sentindo uma pessoa trouxa, boba, que não merece consideração – uma palhaça.

Percebe-se, ainda, que a manifestante dá um acento especial à sigla “SUS”, visto que escreve em vermelho, com letra maior. Tudo isso para chamar a atenção para tal relação dialógica e avisar ao leitor que o investimento deve ir para a saúde pública. SUS é o Sistema Único de Saúde, sistema público do Ministério da Saúde, também conhecido como “lei orgânica da saúde”. Com isso, percebe-se que a pauta da manifestante é a da saúde pública, que dialoga com a pauta do transporte público. Afinal, as jornadas de junho tiveram início no dia 2, quando houve aumento de 20 centavos na passagem de ônibus e metrô em São Paulo e Rio de Janeiro, havendo, por essa razão, manifestações, inicialmente instigadas pelo Movimento Passe Livre.

Revoltada com o aumento da passagem em R\$ 0,20, a manifestante manda, explicitamente, os parlamentares enfiarem o dinheiro do aumento na saúde pública e, implicitamente, no cu, materializando a relação com o baixo corporal, que é um dos elementos que se relaciona com a atmosfera festiva da cosmovisão carnavalesca, dialogando com o contrário, com o mundo às avessas, com a quebra de hierarquia. O carnaval é um momento em que há

libertação de variadas repressões: dos desejos, da sexualidade, dos excrementos, dos aspectos do baixo corporal, entre outros.

Nessa perspectiva, é possível realizar uma análise semelhante com o enunciado “Quero bolsa Louis Vuitton” no que diz respeito à paródia. Assim, também há um discurso com mais de uma voz, mais de uma linguagem, discurso em que a palavra ora se volta para o objeto do discurso, ora para o discurso do outro.

No enunciado do SUS, as vozes sociais que se destacam são duas: a que parodia “enfia os R\$ 0,20 no SUS” e a que é parodiada “enfia os R\$ 0,20 no cu”. O propósito do enunciado que parodia é desmoralizar o outro, destronar. Os sentidos ora estão voltados para o “SUS”, ora para “cu”, em constante embate, confronto de sentidos.

O autor do discurso paródico fala a linguagem do outro, ou seja, “cu” é citado no enunciado “enfia os R\$ 0,20 no SUS” de maneira implícita. Nesse caso, “cu” está implicitamente na palavra “SUS” graças a um novo acento, outra entonação dada à palavra, aliás, palavra essa que serve apenas como fundo dialógico, o objetivo comunicativo principal não é falar do “SUS”, mas sim, mandar enfiar os R\$ 0,20 no “cu”. Tudo isso incorporado pelo riso carnavalesco.

Ademais, nesse enunciado, “SUS” é valorado positivamente, pois é um importante sistema de saúde pública, e “cu” é valorado negativamente, voltado para uma entonação de alguém que está menosprezando ou desistindo, conforme explicado anteriormente. Portanto, os substantivos “cu” e “SUS” possuem índices de valor opostos, assim, a orientação de significado é contrária, constituindo, entre a voz que parodia e a voz parodiada, um diálogo de afronta, de oposição.

No cartaz, há o uso subentendido da linguagem de praça pública, marcada pelo implícito “cu”, além do deboche e do riso corretivo que, nesse caso, instalou-se entre a ironia e a violência verbal. Tudo isso situado em um grande carnaval. Nesse cenário, no período de carnaval, quebra de tabus, obscenidades e vocabulário chulo são permitidos:

[...] criava na praça pública um tipo particular de comunicação, inconcebível em situações normais.

Elaboravam-se formas especiais do vocabulário e gestos da praça pública, francas e sem restrições, que aboliam toda a distância entre os indivíduos em comunicação, liberados das normas correntes da etiqueta e da decência. Isso produziu o aparecimento de uma linguagem carnavalesca típica, da qual encontraremos numerosas amostras em Rabelais (BAKHTIN, 1987, p. 9).

No contexto das jornadas de junho, as cidades do Brasil se configuraram como uma grande praça pública. As manifestações, por sua vez, marcaram a suspensão momentânea da vida.

Já dissemos que durante no carnaval nas praças públicas a abolição provisória das diferenças e barreira hierárquicas entre as pessoas e a eliminação de certas regras e tabus vigentes na vida cotidiana criavam um tipo especial de comunicação ao mesmo tempo ideal e real entre as pessoas, impossível de estabelecer na vida ordinária. Era um contato familiar e sem restrições, entre indivíduos que nenhuma distância separa mais (BAKHTIN, 1987, p. 14).

Nesta seção, durante as análises dos cartazes anteriores, falou-se muito em atualização dos enunciados, que é dada a partir de um novo acento, ou seja, outro enquadramento, outro fundo dialógico, outro sentido. Muitas vezes, a atualização é dada a partir do jogo semântico com o gênero discursivo, o que é chamado de reatualização do gênero, que “tem relação com a plasticidade dos gêneros, ela ocorre quando o enunciado de um gênero ‘A’ se faz passar por um enunciado do gênero ‘B’” (SILVEIRA; ROHLING; RODRIGUES, 2012, p. 58).

É importante não confundir reatualização com intercalação de gêneros, que também não deixa de ser um novo acento dado ao enunciado.

[...] intercalação de gênero ocorre quando um enunciado de um gênero “A” insere/intercala um enunciado (ou um trecho de enunciado que representa o enunciado inserido

como um todo) de um gênero “B”. Resumindo, podemos dizer que ocorre intercalação de gêneros quando um gênero aporta dentro de outro, sendo trazido para cumprir os propósitos discursivos do autor (SILVEIRA; ROHLING; RODRIGUES, 2012, p. 56).

A reatualização de gênero foi materializada no cartaz apresentado no enunciado “Desculpem o transtorno estamos mudando o país”, fonte: Site G1. São Paulo. Publicado em 20/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

O enunciado fez parte da manifestação de 20 de junho de 2013, na capital paulista. Nesse caso, há uma reatualização de gêneros, ou seja, é um cartaz de protesto, porém, perpassado pelo gênero placa, como em “Desculpem o transtorno estamos em obra”, dando a ele um novo acento, por meio do risível, da sátira, do tom não oficial.

O gênero placa, na esfera de sinalização de segurança, é normalmente usado em estabelecimentos comerciais e empresas para avisar aos sujeitos que trafegam naquele trecho que está acontecendo uma obra, uma reforma, um pequeno reparo. Normalmente, é explicitado que aquilo está sendo feito para melhor atender o cliente. Em alguns casos, a placa é usada para aviso de manutenções que estão sendo realizadas em elevadores e em páginas da web, por exemplo, com a intenção de comunicar que o serviço estará temporariamente interdito.

Esse texto, normalmente presente nas placas, foi adaptado pelos manifestantes, os quais informam aos leitores que estão causando um transtorno, porém não em função de uma reforma. De fato, eles estão parando as ruas porque acreditam que estão mudando o país. Nesse sentido, são explicitadas as marcas axiológicas do enunciado, uma vez que protestar, ir para as ruas, parar o trânsito e causar transtorno são valorados positivamente pelos manifestantes. Isso se dá por meio de uma clara relação dialógica com um enunciado, com um “já dito”, que é trazido e atualizado.

A atualização, o novo acento significativo, enfim, a reatualização de gêneros acontece a partir da nova situação comunicativa que é tomada pelo contexto de produção e que aproxima os dois gêneros. Segundo Rodrigues (2004, p. 436), “Como os gêneros são plásticos, mais ágeis às mudanças do que as formas da língua, e apenas relativamente estáveis, eles facilmente se submetem a uma reatualização”.

Outro exemplo de reatualização está no enunciado “Eu quero: () tchu, () tcha, (x) 10% do PIB para a educação”, fonte: Site G1. São Paulo. Publicado em 20/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

A reatualização aconteceu, afinal, há um gênero conhecido “questão objetiva de prova”, que se trata de uma avaliação em que os sujeitos marcam um “X” na resposta certa ou na errada, a depender do questionamento feito. Tal enunciado está fundido de forma reelaborada no gênero cartaz de protesto. Nesse caso, a resposta certa marcada é “10% do PIB para a educação”, enfatizando uma importante pauta de luta das jornadas de junho de 2013: a educação. Tudo isso é apresentado de modo debochado e carnavalesco.

Há claramente uma relação dialógica com a letra de uma música sertaneja, que marca o risível, e o extravasamento transgressor. A música em questão fala de festa e de bebida, sendo cantada pela dupla João Lucas e Marcelo. O trecho original diz: “O Neymar me chamou, disse: faz o tchu tcha tcha. Perguntei “o que é isso” ele disse “Vou te ensinar!” É uma dança sensual, em Goiânia já pegou. Em Minas explodiu, Tocantins já bombou. Eu quero tchu, eu quero tchã, eu quero tchu tcha tcha tchu tchu tcha”.

O jogador de futebol Neymar passou a dançar essa música, fazendo uma coreografia criada por ele, para comemorar os seus gols. Ela atingiu o topo de importantes paradas musicais, inclusive sendo trilha sonora de uma novela da *Rede Globo*. Ademais, o refrão foi cantado pelo personagem Homer do *The Simpsons* no episódio *O Espião que me ensinava*, usada na campanha eleitoral de José Serra para prefeito de São Paulo. O videoclipe da dupla sertaneja contou

com a participação Neymar. A pauta tem relação direta com a posição axiológica da manifestante, ou seja, aquilo que ela realmente valora positivamente é a educação e não ocorrências supérfluas e banais, como a dança do jogador e sua relação com a canção que virou um *hit*.

Há, no cartaz, marcas do universo da cosmovisão carnavalesca: a quebra de hierarquia social, a transgressão, a sátira. A concepção de cosmovisão carnavalesca do mundo compreende quatro pilares que estão ligados entre si e que estruturam tal visão de mundo: o livre contato familiar, a excentricidade, as *mésalliances* e a profanação.

O primeiro pilar, o livre contato familiar ou a familiarização, diz respeito à anulação de todas as formas de distinção entre os sujeitos, sejam elas do campo econômico, social, sexual, hierárquico, etário etc. Já a excentricidade é marcada pela sucessão da familiarização, ou seja, aquilo que não era permitido devido às barreiras sociais passa a ser consentido, aflorando nos sujeitos aspectos ocultos da natureza humana. O terceiro pilar é as *mésalliances*. Sob esse viés, o que era separado pela visão hierárquica se aproxima por meio das relações antagônicas como: sagrado e profano, oficial e o revés, hierárquico e o libertário. O quarto pilar é o da profanação, vinculado às indecências, à negação do sagrado, à imoralidade corporal, às paródias carnavalescas.

Os elementos da cosmovisão carnavalesca (pancadaria, linguagem de praça pública, o vínculo com o tempo, o destronamento, a paródia, o riso posicionado etc.) são materializados nos enunciados de protesto por meio de relações dialógicas. O dialogismo pressupõe não só a relação entre o sujeito escrevente e o sujeito leitor mas também entre o discurso oficial e não oficial, o sério e o cômico, anormalidade e a carnavalização etc. A cosmovisão carnavalesca dialoga com elementos imprescindíveis para a análise de enunciados de protesto como: a zombaria, o deboche, a paródia, a liberação do riso, o duplo sentido, o trocadilho irônico e a relação paradoxal.

No que se refere à ironia e ao paradoxo, Propp (1992, p. 125) afirma que:

Próxima do paradoxo está a ironia. Sua definição não apresenta muitas dificuldades. Se no paradoxo conceitos que se excluem mutuamente são reunidos apesar de sua incompatibilidade, na ironia expressa-se com as palavras um conceito, mas se subentende (sem expressá-lo por palavras) um outro, contrário. Em palavras diz-se algo positivo, pretendendo, ao contrário, expressar algo negativo, oposto ao que foi dito. A ironia revela assim alegoricamente os defeitos daquele (ou daquilo) de que se fala. Ela constitui um dos aspectos da zombaria e nisto está sua comicidade.

Outro elemento a ser destacado é o trocadilho, que consiste em um brinquete linguístico no qual as palavras se parecem na forma, no entanto, possuem sentidos completamente diferentes, como no cartaz de protesto “Na Arábia Saudita ladrão é amputado, no Brasil é deputado”, fonte: Flickr do William Miranda Andrade. São Paulo SP. Publicado em 22/06/2013. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/wmandrade/9263901385>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

Esse cartaz circulou nas manifestações da capital do estado de São Paulo. Segundo o usuário do Flickr William Miranda Andrade, tratou-se da manifestação do dia 22 de junho de 2013 contra a PEC37 (proposta de emenda constitucional, nº 37), também conhecida como a PEC da impunidade. Ela foi um projeto legislativo que teve como objetivo proibir o Ministério Público de realizar investigações. O autor da PEC é Lorival Mendes, do PT do B do Maranhão. Taxada de antidemocrática, a proposta foi rejeitada e, na terceira fase de junho de 2013, considerada uma das conquistas das manifestações.

O caráter risível do enunciado se dá pelo trocadilho, ou seja, na relação entre as palavras “amputado” e “deputado”. Em um tom não oficial, extremamente debochado, o manifestante comunica que, enquanto na Arábia Saudita há uma postura excessivamente dura com os sujeitos que infringem a lei, no Brasil, esses mesmos sujeitos são os próprios parlamentares no país, que, com a PEC

37, não poderiam ao menos ser investigados, marcando, assim, o posicionamento axiológico do sujeito.

Nesse caso, o sujeito-alvo do destronamento – os deputados em geral – são pessoas com muita influência e poder. Percebe-se, assim, um insulto purificador, marcado pela transgressão carnavalesca. Com isso, materializa-se a catarse relacionada à liberação da agressividade, à necessidade da afirmação de si, ao extravasamento que gera purificação e ao alívio.

Uma marca do risível é o discurso da afirmação de si. Os sujeitos têm necessidade de provar sua existência e afirmar superioridade. Em alguns casos, escolhe-se algo ou alguém para ser desvalorizado em nível profissional, sexual, regional, nacional, religioso, étnico, moral, entre outras formas (MERCIER, 2001).

O sentido dado ao trocadilho provoca humor e indignação. Há uma ruptura na expectativa do leitor em saber como são tratados os ladrões no Brasil, provocando o riso crítico. Diante disso, fica claro que o enunciado não tem a intenção apenas de criar uma rima por meio do trocadilho ou apenas provocar riso mas também de reivindicar, o que é próprio dos enunciados de protesto.

O cartaz “Mais felicidade. Menos Feliciano” - fonte: Site G1. Belo Horizonte MG. Fotógrafa Raquel Freitas. Publicado em 20/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/>>. Acesso em: 12 jan. 2017 - circulou nas manifestações em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 20 de junho. De maneira transgressora e carnavalesca, os manifestantes – cada um com o seu cartaz – compõem, juntos, o enunciado “Mais felicidade. Menos Feliciano”.

A relação paradoxal é típica das comunicações de humor, portanto, está presente nos discursos carnavalescos. Ela se dá pela aproximação de ideias contrárias, ou seja, em elementos que aparentemente fogem à lógica, resultante da união de ideias adversas, o que, no enunciado em tela, acontece por meio das palavras “felicidade” e “Feliciano”. Esta última em referência ao pastor e deputado, já citado neste livro, que se envolveu em várias polêmicas relacionadas à discriminação de negros, mulheres, população LGBT,

além de polêmicas sobre aborto, castração química de estupradores e adoção de crianças por casais do mesmo sexo.

Nesse contexto de produção, o termo “Feliciano” é paradoxal, ou melhor, é inserido em sentido oposto, adverso à “felicidade”, marcando a violência simbólica⁸, o destronamento do pastor, o insulto purificador. Os sentidos atrelados ao termo “Feliciano” são de tristeza, desânimo, descontentamento, insatisfação, enfim, sentidos negativos que se opõem ao termo “felicidade”. Além disso, há sonoridade entre as duas palavras “felicidade” e “Feliciano”, que marcam um paralelismo. Nesse caso, é nítida a confrontação de visões semântico-axiológicas, ou seja, a luta de sentidos opostos valorados.

Ademais, o enunciado retoma implicitamente outros discursos polêmicos anteriores que envolvem o pastor, refletindo e refratando uma inversão carnavalesca e uma contestação da ordem social. Assim, depreende-se que “mais felicidade e menos Feliciano” significa menos discriminação, menos violência etc.

A atmosfera ritualística da cosmovisão carnavalesca permite que os sujeitos exponham ideias, explicitem angústias, enfim, extravasem enunciações que em outros contextos não seria possível. Desse modo, os enunciados são marcados pela liberdade, pela transgressão e por uma agressividade consentida, pelo menos enquanto durar o carnaval.

5.6 ELEMENTOS DA ANÁLISE QUE SÃO COMUNS ENTRE OS ENUNCIADOS DE PROTESTO

Várias das pautas dos manifestantes ficaram conhecidas graças aos enunciados dos cartazes e das faixas de protesto. Ambos –

8 Nesta pesquisa, violência simbólica tem relação com a que é posta por Pierre Bourdieu (2006), isto é, trata-se do processo de socialização dos sujeitos que acontece por meio de fabricações de crenças que os levam a refletir de acordo com padrões dos discursos dominantes e, em muitos casos, sem se dar conta de tais formas de coerção. Tais violências simbólicas, nos cartazes de protesto, são marcadas pela transgressão e pela ridicularização, pelo pouco caso em relação ao outro.

faixas e cartazes – têm, nesta pesquisa, a mesma situacionalidade, as mesmas relações extraverbais, os mesmos sujeitos escreventes e sujeitos leitores, a mesma materialidade social-ideológico-histórica. Eles são gêneros que se aproximam muito, nesse evento discursivo, diferenciando-se apenas pelo detalhe do suporte, pela natureza do material: plástico, cartolina, papel kraft, pano etc.

Foram os enunciados dos cartazes que, muitas vezes, esclareceram as revoltas, os motivos, os temas que levaram a população para as ruas. Consideramos, assim, o cartaz como prática discursiva importante histórica e politicamente, uma vez que ela nasce da necessidade de um momento histórico-político e reflete sentidos valorados.

No que se refere ao conteúdo temático e às observações, Ricci (2004) afirma que:

[...] os cartazes que foram se revelando a cada manifestação indicavam que cada um ou pequeno grupo constituía uma manifestação em si. Gays e ecologistas, defensores da demarcação das terras indígenas e da causa Guarani Kaiowá, pela tarifa zero, pelo padrão FIFA de saúde pública, contra o mau uso do dinheiro público, contra os governantes de todas as cores e agremiações, tudo cabia, tudo tinha cabimento. Na própria manifestação, alguns se achavam e escreviam seus cartazes de momento, sua demanda recém-descoberta. A rua se configurou na escola política em movimento, dinâmica, sem dono (RICCI, 2014, p. 22).

A partir da afirmação do autor, percebe-se a importância dos enunciados presentes nos cartazes/faixas, uma vez que deram o tom das reivindicações, esclareceram as pautas, foram um elemento de identificação entre os manifestantes e serviram para extravasar uma comunicação, uma revolta, uma pauta, algumas vezes, recém-descoberta.

Sabe-se que o conteúdo temático, na visão bakhtiniana, vai muito além do assunto principal do enunciado. Apesar disso, vale lembrar que as jornadas de junho de 2013 foram marcadas por reivindicações em torno de educação, saúde, violência, ambiente político, mobilidade urbana, corrupção, educação, segurança, Copa do mundo, Copa das confederações, administração pública, PEC 37, entre outras (PEREIRA, 2016).

Vive-se um momento em que as pesquisas em torno da mídia terciária e dos gêneros discursivos multissemióticos têm crescido. É grande o interesse acadêmico na internet 2.0. No entanto, optamos por trabalhar com um gênero prosaico presente na vida ordinária.

Vale ressaltar que os protestos, as passeatas e as manifestações de rua de 2013 são mídias primárias, visto que fazem uso dos corpos e têm eventualmente gargalhadas, choros, expressões faciais e corporais, entre outras, como linguagens. Já os cartazes e as faixas de protesto de 2013 – objetos de estudo desta pesquisa – podem ser considerados mídias secundárias, uma vez que os cartazes são extensões dos sujeitos e ampliam a comunicação que está sendo dada por meio dos corpos, das passeatas, do ato de ir para as ruas. Os meios de comunicação virtuais, as diversas redes sociais, enfim, a internet, são mídias terciárias porque respondem pela linguagem dos cartazes, além de propagarem as comunicações para todos de modo nulodimensional.

As funções sociais dos enunciados de protesto são: informar, convencer, sensibilizar, conscientizar, protestar, criticar. Repletos de réplica e de criatividade semântica, os cartazes possuem enunciados curtos, diretos e de leitura rápida. Diferentemente dos cartazes publicitários, os de protesto não têm título nem logotipo do órgão responsável. Outra diferença é a normatização da língua. Os cartazes publicitários são escritos na língua padrão; os de protesto, como são produzidos por sujeitos de escolaridade variada, muitas vezes, fazem uso da linguagem coloquial acidentalmente. Em outros momentos, os enunciados não fazem uso da língua padrão propositadamente, com um objetivo específico, como criticar a educação no país, por

exemplo, como podemos em “Queria fazer um cartaz, mas a Diuna não me deu educação”, fonte: Site G1. São Paulo. Publicado em 20/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Na concepção de linguagem do Bakhtin/Volochinov (2014), há um elo forte entre enunciado concreto e esferas da atividade humana (domínios ideológicos: religioso, político, científico etc.). Tais campos sociais organizam as atividades e as ações dos sujeitos por meio de práticas discursivas.

As relações de produção e a estrutura sociopolítica que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre os indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica. Por sua vez, das condições, formas e tipos da comunicação verbal derivam tanto as formas como os temas dos atos de fala. [...]. Estas formas de interação verbal acham-se muito estreitamente vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014, p. 43).

No caso dos enunciados dos cartazes de protesto, a esfera social/ de atividade humana – que é princípio organizador do gênero – é híbrida. Ela está na relação entre as esferas cidadã, política e pública. Até porque, em uma prática discursiva, uma esfera se relaciona com outras. Elas estão em constante diálogo entre elas e com outros enunciados. As fronteiras das esferas não são rígidas e, dependendo do enunciado, o cartaz pode estar na fronteira entre uma e outra. Ademais, o uso do gênero cartaz de protesto está historicamente associado a essas três esferas: cidadã, porque é um direito do sujeito protestar; política, porque há um interesse político de denúncia e contestação; e pública, porque as manifestações de rua são espaços de alteridade, de convivência democrática.

O cartaz de protesto se diferencia também do cartaz comunitário. Este tem como foco alertar a sociedade a respeito de doenças, drogas, violência, crianças desaparecidas, procurados pela polícia, entre outros assuntos. Eles são comumente colocados em lojas, postos de saúde e restaurantes. Já os cartazes/faixas de protesto de junho de 2013 são carregados pelos manifestantes.

No que se refere à estrutura composicional, percebe-se que são marcas composicionais do enunciado de protesto a linguagem enfática, forte, curta, objetiva, uso dos pontos de interrogação e exclamação, da comunicação provocativa, de letras grandes e em caixa alta. Para Rojo (2005), a construção composicional está relacionada à estrutura comunicativa comum aos textos pertencentes ao gênero, ou seja, seus padrões textuais, sua típica organização.

Segundo Pereira (2016), há predomínio de uma única frase no cartaz. Em sua maioria, são sentenças simples, com um único verbo, que têm como objetivo comunicativo impactar o sujeito-leitor. No que se refere aos atos perlocucionário⁹, na maioria dos enunciados, o sujeito-escrevente declarou algo para que o sujeito-leitor refletisse, como em: “País desenvolvido não é onde pobre tem carro, é onde rico usa transporte público”, fonte: site Globo.com. São Paulo. Publicado em 20/06/2013. Disponível em: <<http://ego.globo.com/famosos/fotos/2013/06/veja-os-famosos-que-foram-ruas-do-pais-para-se-manifestar.html>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

Assim como outras concepções do Círculo, os conceitos não aparecem em uma única obra de forma direta ou didatizada; com o estilo, não seria diferente. Em Bakhtin/Volochinov (2014), o estilo está relacionado ao discurso alheio e às vozes apresentadas por meio de discurso (direto, indireto, e indireto livre) para que se construam novos discursos.

Bakhtin (2015, p. 268) define os gêneros como sendo “correias de transmissão entre a história e a sociedade e a história da

9 Atos perlocucionário: atos que o escrevente espera que seu leitor realize.

linguagem”. Nessa direção, o estilo é apresentado como polivalente e marcado pela concretude enunciativa.

No fundo, os estilos de linguagem ou funcionais não são outra coisa senão estilos de gêneros de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. Em cada campo existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo; é a esses gêneros que correspondem determinados estilos. Uma determinada função (científica, técnica, publicitária, oficial, cotidiana) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, geram determinados gêneros, isto é, determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis (BAKHTIN, 2015, p. 266).

Na concepção bakhtiniana da linguagem, o estilo depende da relação entre o sujeito escrevente e o sujeito leitor. O sujeito escrevente organiza o enunciado do cartaz, a entoação, a materialidade sígnica, as escolhas lexicais, de acordo com a relação escrevente e leitor, com base em sua visão semântico-axiológica, pautando-se na atitude responsiva ativa do possível leitor. Segundo Volochinov/Bakhtin (2016, p. 16), “o estilo é o homem, dizem, mas poderíamos dizer: o estilo é pelo menos duas pessoas ou, mais precisamente, uma pessoa mais seu grupo social na forma de seu representante autorizado, o ouvinte – o participante constante na fala interior e exterior de uma pessoa”.

O estilo, que pode ser do gênero ou individual, está imbricado no enunciado. Bakhtin (2003) assim define estilo individual:

Todo estilo está indissolúvelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso. Todo enunciado — oral e escrito, primário e secundário e também em qualquer campo da comunicação discursiva (*rietchevóie obschénie*) — é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem

escreve), isto é, pode ter estilo individual. Entretanto, nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo da individualidade do falante na linguagem do enunciado, ou seja, ao estilo individual (BAKHTIN, 2003, p. 265).

Os estilos são possibilidades, mecanismos, recursos que o sujeito escrevente/falante usa para atingir seu objetivo comunicativo: contestar, reivindicar, denunciar etc. Entretanto, sendo o sujeito bakhtiniano constituído histórica e socialmente, tal estilo é também marca de um grupo social. Sendo marca de um grupo que atua em determinada esfera da atividade humana, há outra maneira de compreender o estilo, que é o estilo do gênero e não do sujeito.

O enunciado está no gênero cartaz de protesto e este possui um estilo que lhe é peculiar: uso das cores fortes para destacar uma parte ou o enunciado todo; uso de pronomes de tratamento e/ou vocativos para reforçar o diálogo direto com o sujeito leitor; além do tom persuasivo e da defesa de um ponto de vista. Como exemplo, o cartaz “Você aí fardado também é explorado” apresenta um enunciado em que há claramente a defesa de um ponto de vista, materializando como o manifestante valora o contexto de violência policial nas manifestações e na vida ordinária do brasileiro. Fonte do enunciado: Uol. Niterói RJ. Publicado em 23/06/2013. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/17053-cartazes-dos-protestos>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

Há também, especificamente nos cartazes das jornadas de junho de 2013, um estilo sinalizado pela pontuação expressiva, pela ironia, pela manifestação da entoação bem marcada, pela seleção vocabular debochada e com sentidos construídos na valoração dos sujeitos. Além das marcas de palavras de ordem – “o povo não deve temer o governo, o governo deve temer o povo”, frases de efeito – “Ou para a roubalheira ou paramos o Brasil”, avisos, recomendações – “saia do Xvídeos e vem pra rua”, convite para que os outros se juntem às manifestações – “#vempraruá”, uso dos verbos no imperativo, tais como: “enfia os 20 centavos no SUS”, “quando seu filho ficar doente,

leve ele ao estádio”, “abaixa a tarifa e manda a conta para FIFA”, entre outros exemplos. Entre os cartazes de palavras de ordem.

Os enunciados de cartaz citados podem ser encontrados no Site Minilua. Publicado em 27/06/2013. Disponível em: <<https://minilua.com/melhores-cartazes-dos-protestos-brasil-afora/>>. Acesso em: 18 jan. 2017 e no site G1. Belo Horizonte. Publicado em 20/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes/platb/2013/06/20/ou-para-a-roubalheira-ou-paramos-o-brasil/>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

O enunciado “#vemprarua” esteve presente em vários momentos das manifestações de junho de 2013, inclusive compondo uma parte do primeiro cartaz da subseção que antecede esta, intitulada *As manifestações de junho de 2013 carnalizadas*, ou seja, a hashtag é uma parte do enunciado “Quero bolsa Louis Vuitton #vemprarua”.

Sendo comum aos cartazes, vale ressaltar que “#vemprarua” teve sua origem na Copa das Confederações de 2013, da Fifa, quando a Fiat (fabricante de automóvel) patrocinou tal evento esportivo. O enunciado partiu de um anúncio publicitário, feito com uma música, em que o refrão era “Vem pra rua, porque a rua é a maior arquibancada do Brasil”, cantada por Marcelo Falcão. A publicidade relaciona a Fiat com imagens do Ronaldo Fenômeno, torcedores apreensivos, comemorações (nas ruas), entre outros elementos e finaliza com o enunciado “vem com quem mais entende de rua, vem com a Fiat”.

O enunciado “vemprarua” foi atualizado, ganhou outro acento a partir do momento em que deixou de ser uma hashtag da Fiat, um convite da empresa para que os sujeitos fossem para as ruas comemorar a Copa das Confederações e passou a ser uma hashtag dos manifestantes, uma espécie de convocação destes para que outros sujeitos se juntassem a eles nos protestos de junho de 2013. Houve alteração no índice social de valor da hashtag, “vemprarua”, dos sujeitos escreventes, dos sujeitos leitores, do objetivo comunicativo.

Outro elemento comum entre os enunciados de protesto é o uso de advérbio de negação “não”, como em “Se a tarifa não baixar,

São Paulo vai parar”, “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo”. Além do advérbio “não”, é comum aos cartazes o uso de palavras fortes, defesa de uma tese e posição axiológica fortemente marcada, como no cartaz “Guerra ao capital”, fonte: Facebook Black Bloc. São José dos Campos SP. Publicado em 08/06/2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/blackblocsjc?fref=nf>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

O cartaz “Guerra ao capital” é do Black Block que, conforme dito na seção anterior, é um movimento antiglobalização, de dimensão ideológica anticapitalista. Por essa razão, o posicionamento axiológico é claro e direto.

Outra peculiaridade presente em alguns casos é apresentar, junto com o enunciado, algum elemento visual que compõe a comunicação do enunciado, como a imagem do ônibus em alguns cartazes do Movimento Passe Livre, logomarca da Rede Globo em outros elementos.

5.7 PRIMEIRO CATALISADOR: o aumento da tarifa do transporte público

Vamos discutir a respeito do enunciado “Haddad, 3,20 nem tua mãe cobra!”, fonte: Veja.com. Coluna do Augusto Nunes. Imagem publicada 12/06/2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/historia-em-imagens/os-cartazes-mais-criativos-das-manifestacoes/comment-page-2/>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

A imagem da foi encontrada na coluna do Augusto Nunes, cujo título é “Os cartazes mais criativos”. A imagem foi publicada em 12 de junho de 2013, período que Gohn (2014) chamou de primeira fase das jornadas de junho. O enunciado esteve presente na manifestação de São Paulo. No que se refere ao horizonte temporal, esse momento ficou conhecido como fase MPL, período em que a pauta ainda estava concentrada na questão da tarifa de transporte público, além de ser marcado pela desqualificação da mídia e pelo descaso das autoridades.

O suporte, elemento importante na análise dialógica do enunciado, é um espantalho, que veste uma camisa branca de manga comprida com a camiseta da seleção brasileira por cima, usa chapéu de palha, luvas amarelas e segura uma flor branca. A face do espantalho é a imagem da morte, muito conhecida no Brasil, mais ainda depois do filme de comédia *Todo Mundo em Pânico*. O espantalho é segurado por meio de uma haste de bambu. O cartaz apresenta o enunciado, escrito em letra de forma “Haddad R\$ 3,20 nem tua mãe cobra”. Há destaque em vermelho e duas linhas sublinhando “3,20” e “mãe”, reforçando a entonação nessas duas partes do enunciado.

Tradicionalmente, o espantalho é criado sem identidade, a partir de palhas e restos de coisas que não lhe pertencem, como um Frankenstein. Veste trapos remendados e usa chapéu velho de palha. Remete à vida e ao trabalho árduo no campo e é um signo visual da lavoura. Na imagem referida, a roupa não é de trapo, mas sim a camisa oficial da seleção brasileira, que também compõe o suporte do texto. Assim, o espantalho comunica o desânimo da vida do homem simples, do trabalhador, de um sujeito paralisado, uma alegoria ao homem desiludido com a vida ceifada pelo trânsito, pela exploração das relações de trabalho, pela tarifa do transporte público, uma vida danificada. Como diria Adorno (1992, p. 47): “Normal é a morte. “A saúde para a morte” (ADORNO, 1992, p. 49). “Na base da saúde reinante está a morte” (ADORNO, 1992, p. 51).

A máscara da morte é um símbolo importante na cultura. Trata-se da morte simbólica e não física. É a morte daquilo que mantém os sujeitos vivos, sujeitos que renunciaram a sua condição de ser sujeito.

É ainda muito otimista pensar que o indivíduo esteja sendo liquidado com osso e tudo. [...]. A situação atual está muito distante disso. A desgraça não ocorre como uma eliminação radical do que existiu, mas na medida em que o que está historicamente condenado é arrastado como algo de morto, neutralizado, impotente, e se vê afundando de maneira ignominiosa. Em meio às unidades humanas

padronizadas e administradas, o indivíduo vai perdurando. Ele até mesmo ficou sob proteção e adquiriu um valor de monopólio. Mas, na verdade, ele é ainda apenas a função de sua própria unicidade, uma peça de exposição como os fetos abortados que outrora provocavam o espanto e o riso nas crianças (ADORNO, 1992, p. 118).

Diante disso, o espantalho é uma alegoria à impotência e ele é ainda mais insignificante que o fantoche. Este ainda possui movimento, mesmo sendo considerado como metáfora da manipulação. O espantalho nem isso, ele não tem ação, nem mesmo aquela causada pela vontade do outro, não cria narrativa, remete ao espanto e à solidão. Além disso, ele carrega uma rosa branca na mão, que segundo Chevalier e Gheerbrant (1998), pode ser relacionada à pureza, à humildade e à luta.

Ademais, a camiseta oficial da seleção brasileira, ao ser usada nas manifestações de 2013, tem um significado diferente de quando usada nas manifestações de 2015. Em 2015, momento dual em que as pessoas se manifestavam contra ou a favor da Dilma e do Partido dos Trabalhadores, a camiseta comunicou, necessariamente, um posicionamento contra o governo da Dilma. Entretanto, há uma posição axiológica expressa por meio da camiseta em junho de 2013, uma valoração negativa dada ao sujeito torcedor, à Copa e às questões em torno do evento esportivo: desvio de dinheiro, altos gastos, mau uso do dinheiro público etc. Segundo dados da Pesquisa Ibope Nacional (2013 apud RICCI, 2014), no que se refere às razões para se manifestar, 30,9% dos entrevistados disseram que foi devido aos gastos com a Copa do mundo e com a Copa das confederações.

Há elementos históricos e políticos que se relacionam de modo extraverbal com o enunciado, ou seja, traços sociais e materiais fundantes para a análise do enunciado desse cartaz. Em junho de 2013, várias cidades do país se mobilizaram, mas São Paulo protagonizou as manifestações, especialmente na primeira fase marcada pela pauta em torno da tarifa, marcando assim o horizonte espacial enunciativo do cartaz de protesto em questão.

Em reportagem da *Revista Carta Capital*, publicada em 8 de junho de 2013, o prefeito de São Paulo à época – Fernando Haddad – disse que estudava, com outras prefeituras, propostas relacionadas ao transporte urbano para serem apresentadas para a presidenta Dilma Rousseff, mas que a tarifa zero custaria R\$ 6 bilhões, o que, para ele, era inviável. Diante disso, é possível afirmar que a situação comunicativa em que se encontrava o enunciado é de desgaste e atrito entre o prefeito e o movimento. Haddad chegou a afirmar que

[...] nenhum candidato se comprometeu em congelar a tarifa, pela inviabilidade disso nos moldes em que o sistema é oferecido hoje. O compromisso que assumimos foi o de que nós não reajustaríamos a tarifa acima da inflação acumulada desde o reajuste dado pela administração anterior, que foi o que ocorreu. O reajuste foi de menos da metade da inflação do período” (CARTA CAPITAL, 2013).

O objetivo comunicativo do enunciado é reivindicar a diminuição da tarifa, que está atrelada diretamente ao horizonte temático e axiológico do manifestante. Tal reivindicação é feita por meio da entonação do acento carnavalesco e ofensivo. Além disso, o enunciado apresenta ecos de outros enunciados de negociação da tarifa que desgastaram o MPL, e também o manifestante comum, reforçando a posição axiológica contra o aumento e o caráter dialógico e de réplica, que são próprios dos enunciados.

Sobre os acentos que formam uma arena de confronto valorativo, Bakhtin (1990, p. 300) afirma:

Pois todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações.

Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o aspecto estilístico.

No cartaz, há um movimento dialógico importante, que se dá por meio do princípio interno da palavra “cobra” no enunciado “Haddad, R\$ 3,20 nem tua mãe cobra!”. O diálogo acontece com base em voz humorística e violenta, que afirma que a mãe do prefeito é mulher da vida, uma prostituta, alguém que “cobra” para ter relações sexuais com outra pessoa. Na prática discursiva cotidiana, é o mesmo que chamar a mãe do Haddad de “puta” e o próprio Haddad de “filho da puta”.

Diante do exposto, percebe-se como a mãe, ou melhor, a mulher em geral, é mal valorada pelo manifestante e como as relações de gênero são mal resolvidas no contexto sócio-histórico em que o enunciado está inserido. Afinal, o sujeito é social, portanto, sua posição valorativa é construída socialmente ao mesmo tempo que seu enunciado representa um grupo social. A violência simbólica em torno da mulher é marcada pela analogia entre o preço da passagem de ônibus e de metrô e o preço do programa (serviço sexual pago). Assim, o sujeito desqualifica a mãe do prefeito e, automaticamente, o Haddad por ser filho dela.

Depreendem-se, ainda, marcas de um discurso parodístico no enunciado, conseqüentemente, de humor, de deboche, de bivocalidade e de bilinguismo. As vozes que se entrelaçam são “Haddad R\$ 3,20 nem tua mãe cobra” e “Haddad você é um filho da puta”, assim, “nem tua mãe cobra” possui um duplo sentido, um voltado para o objeto do discurso e outro voltado para o discurso do outro. As duas vozes – a voz parodiada e a voz que parodia – estão em luta dialógica, em combate, em clima de desmascaramento. Além

disso, possuem orientações semânticas antagônicas, estabelecendo uma relação de insulto marcada pelo acento depreciativo e violento simbolicamente.

Ademais, o enunciado “Haddad R\$ 3,20 nem tua mãe cobra” incorpora o riso, presume o rebaixamento e atua apenas como fundo dialógico para aquilo que realmente interessa comunicar: “Haddad, você é um filho da puta”. O uso implícito da expressão “filho da puta” opõe-se ao oficial, ao sério, liga-se ao marginal, ao chulo e à quebra de barreiras hierárquicas. Trata-se, então, do vocabulário de praça pública, pois tem relação com o insulto, com as obscenidades, com o riso corretivo. Tal riso possibilita a transformação de valores inacessíveis na forma do sério.

[...] esse antiquíssimo sentido ritual da ridicularização do supremo (da divindade do poder) determinou os privilégios do riso na Antiguidade e na Idade Média. Na forma do riso resolvia-se muito daquilo que era inacessível na forma do sério. Na Idade Média, sob a cobertura da liberdade legalizada do riso, era possível a “paródia sacra”, ou seja, a paródia dos textos e rituais sagrados. O riso carnavalesco também está dirigido contra o supremo; para mudança dos poderes e verdades, para a mudança da ordem mundial. O riso abrange os dois pólos da mudança, pertence ao processo propriamente dito de mudança, à própria “crise”. No ato do riso carnavalesco combinam-se a morte e o renascimento, a negação (a ridicularização) e a afirmação (o riso de júbilo). É um riso profundamente universal e assentado numa concepção do mundo. É essa a especificidade do riso carnavalesco ambivalente (BAKHTIN, 2011, p. 127).

No que se refere ao sujeito escrevente, assim como no enunciado anterior, não há um sujeito manifestante específico, mas aquele generalizado: sujeitos trabalhadores, jovens, em sua maioria, escolarizados, conectados, de renda razoável, otimistas e sem vínculo com partidos políticos.

Já o leitor-alvo está explícito no enunciado é o Fernando Haddad, prefeito de São Paulo (de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2016), filiado ao PT (Partido dos Trabalhadores), professor de Ciência Política na Universidade de São Paulo, ex-ministro da educação na era Lula e Dilma Rousseff (entre julho de 2005 e janeiro de 2012). Envolvido com o movimento estudantil desde que ingressou no curso de Direito, foi presidente do centro acadêmico e doutorou-se com a tese *De Marx a Habermas – O Materialismo Histórico e seu paradigma adequado*. Nesse contexto, há outros sujeitos leitores, visto que o auditório é amplo quando se trata de grandes manifestações como a que está sendo debatida, especialmente quando o cartaz é viralizado na internet, como nesse caso.

No enunciado, o “nem” é um importante aspecto enunciativo-discursivo voltado para a materialidade do signo. Trata-se de um advérbio de negação que modaliza, ou seja, expressa a refutação, o não engajamento do sujeito escrevente em relação ao sujeito leitor. Ademais, há uma voz, como dito anteriormente, que acusa a mãe de Haddad de prostituta. Essa voz é materializada também pelo “nem”, marcando que ambos – sujeito escrevente e sujeito leitor-alvo – não são parceiros valorativamente. Isso justifica o caráter de antecipação e contrapalavra presente no enunciado.

Isso posto, percebe-se que a carnavalização se dá pela simbologia da morte (espantalho), pela busca por renovação, pela incorporação do riso em oposição às convenções sociais, pelo rebaixamento de Haddad, pelo uso implícito da linguagem de praça pública “filho da puta” e, principalmente, pela violência simbólica em torno da mulher (mãe do Haddad), materializada no movimento dialógico em torno da palavra “cobra” e do acento valorativo dado a essa palavra. O ato de contestação é marcado pela posição axiológica negativa em relação à Copa do mundo/das confederações, indicada pelo uso da camiseta oficial; também pelo diálogo de réplica em relação à fala do Haddad; pela comunicação principal do enunciado “Haddad você é um filho da puta”; e por fim, pela marca do não engajamento entre os sujeitos que foi materializada pela paródia e pelo modalizador “nem”.

5.8 SEGUNDO CATALISADOR: o comportamento leviano e socialmente inesperado de Aécio Neves

O enunciado “Só não transformamos BH em pó senão Aécio cheira!” pode ser encontrado no site Carta Campinas. Disponível em: <<http://cartacampinas.com.br/2014/06/historia-da-cocaina-esta-deixando-o-senador-aecio-neves-louco-de-raiva/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

O cartaz esteve presente na manifestação de junho de 2013, de Belo Horizonte, e fez parte das manifestações de junho de 2013, mas somente foi publicado no site *Carta Campinas* em matéria de 11 de junho de 2014.

Ele foi escrito em cor preta e ganhou destaque nas palavras “pó” e “cheira”, grafadas com caixa alta. A palavra “pó” está, inclusive, sublinhada marcando ainda mais sua entonação. A palavra “BH” também está escrita em caixa alta, mas porque se refere à sigla do nome próprio da cidade de Belo Horizonte. O suporte usado é uma cartolina branca. Nesse contexto, as palavras “pó” e “cheira” dialogam com outros enunciados, outras vozes que insinuem que Aécio é usuário de cocaína, além de uma que diz claramente que Aécio é usuário dessa droga.

O movimento discursivo dialógico relaciona o enunciado com a sátira, com o risível, com o tom não oficial, marcando assim o caráter carnavalesco. Percebem-se também características associadas ao humor e à dessacralização da ordem hierárquica, afinal, Aécio simboliza poder.

A esse respeito, Brait (2008, p. 17), ao discutir o discurso voltado para o humor, afirma que ele “possibilita o desnudamento de determinados aspectos culturais, sociais ou mesmo estéticos”, criando e/ou reforçando tabus, o que acaba por consolidar “verdades”. Diante disso, pode-se afirmar que o enunciado contribui para a cristalização da atmosfera de desconfiança em torno do Aécio, da crença de que ele é usuário de uma droga ilícita.

Ao afirmar que “Só não transformamos BH em pó senão Aécio cheira!”, o sujeito manifestante, por meio da transgressão,

desestabiliza, ridiculariza, desqualifica Aécio. O objetivo comunicativo está diretamente relacionado à posição axiológica do sujeito manifestante e ao horizonte temático, que é fazer uma crítica ao comportamento de Aécio, valorá-lo negativamente. Isso tudo é marcado pelo julgamento moral em relação ao uso de cocaína. Trata-se de índices valorativos que não pertencem somente a esse sujeito escrevente, mas a outros que são seus parceiros axiológicos, que possuem o mesmo engajamento. Fazer críticas e realizar denúncias são funções próprias do enunciado de protesto. Com isso, percebeu-se que ele cumpriu a sua finalidade comunicativa.

O horizonte espacial do enunciado é o centro de Belo Horizonte, Minas Gerais, berço eleitoral de Aécio Neves, conforme dito anteriormente. O político brasileiro e economista, formado pela PUC de Minas Gerais, foi presidente nacional do PSDB, de maio de 2013 até dezembro de 2017; foi deputado federal por Minas Gerais, de fevereiro de 1987 até dezembro de 2002; foi ainda presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, de 2001 até 2002; foi governador de Minas Gerais, de 2003 até 2010; e desde 2011 é senador da república por Minas Gerais, sempre pelo PSDB. No que se refere ao horizonte temporal, vale lembrar que Aécio estava em evidência nesse período, pois havia sido eleito, em 18 de maio de 2013, presidente do PSDB e sido lançado como potencial candidato do partido à presidência da república em 2014.

A materialidade, ou seja, as questões históricas e políticas que envolvem a interação discursiva, as vozes sociais e as relações dialógicas fortalecem tal atmosfera de desconfiança que gira em torno do senador. Uma das relações dialógicas do enunciado em questão é o entrelaçamento dele com outro enunciado, a saber: em 2009, o editorialista Mouro Chaves escreveu um artigo que foi publicado em fevereiro de 2009, página 3, do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado “Pó pará, governador?”. O trocadilho “pó pará” seria uma abreviação de “pode parar”, ao mesmo tempo, fazendo uma clara alusão ao Aécio, na época governador, e ao uso de pó, no caso, cocaína.

O editorial não denuncia escândalos relacionando Aécio. De fato, o texto faz uma crítica à estratégia de Aécio para se tornar candidato à presidência da república pelo PSDB, ou seja, o título remete à “pode parar, governador, pare de fazer uso de tal estratégia”. Aécio estaria planejando dar um ultimato para que os dirigentes do partido tomassem uma posição prévia, até uma data limite, “nem um dia a mais”, sem ao menos amplo debate interno, caso contrário, ele não disse explicitamente, porém, deu a entender que iria para o PMDB, partido no qual já havia garantido uma vaga de presidenciável. Como nenhum discurso é neutro e todos são intencionais, vale ressaltar que o editorialista Mouro Chaves tem ligação com o José Serra, que competia politicamente com Aécio na época.

Mesmo que, ao longo do artigo, Chaves tenha discutido outro assunto, o título do texto associa diretamente a imagem do Aécio ao uso de cocaína, ou seja, a voz que parodia cita, remete à voz parodiada. Percebe-se que o enunciado é bilíngue, bivocal, está em confronto, ou seja, pode ser considerado um discurso paródico.

Ambas as vozes possuem orientações semânticas opostas. Assim, estabelecem entre si uma relação de provocação. Os sentidos do enunciado-título “Pó pará, governador?” são dois: um voltado para o objeto do discurso (“pode parar governador”); e outro, para o discurso do outro “pó (que significa cocaína) para o governador”.

A intenção da voz que parodia é revelar, desmascarar o discurso parodiado, por meio do risível e do rebaixamento do outro, acentuando e valorando negativamente a postura do futuro candidato. A voz que parodia cumpre muito mais o papel de fundo dialógico; e a voz parodiada, o papel de comunicar o principal, que é a mensagem “cocaína para o governador”, marcando os sentidos valorados dados pelo articulista Mauro Chaves (2013).

Ao fazer uma busca pela internet, é possível ver memes e chacotas que associam o atual senador com a cocaína. Também se pode, com facilidade, ler blogs de notícias e sites políticos de Minas Gerais, que noticiam a ida rotineira – em segredo – de Aécio Neves ao hospital Mater Dei, envolvendo o uso abusivo de cocaína. As notícias

giram em torno de fatos como o de que Aécio, de vez em quando, precisa tomar umas injeções pela manhã para se recuperar da “noitada” e conseguir trabalhar normalmente.

O senador tem fama de festeiro e de gostar da vida noturna, em especial, da carioca. Segundo matéria do *Estadão*, de 24 de março de 2013, Fabrini (2013) afirma que: “As passagens de Aécio pelo Rio costumam aparecer em colunas e redes sociais que, não raro, registram sua presença em baladas e eventos cariocas nos fins de semana”. A crítica feita não está relacionada apenas ao modo carnavalesco do senador levar a vida, mas às idas e vindas com dinheiro público para o Rio de Janeiro.

A matéria também apresenta a informação de que “a imprensa do Rio registrou, em tom bem-humorado, a participação do senador numa celebração do PC (Partido do Chope), num bar em Copacabana” e que “em novembro de 2011, o tucano foi fotografado em casa noturna de São Paulo deixando o aniversário do piloto Dudu Massa, na companhia de uma *socialite*” (FABRINI, 2013). Além disso, no dia 17 de abril de 2011, o site do G1 noticiou que Aécio Neves teve sua habilitação apreendida em blitz da Lei Seca no Rio e que se recusou a fazer teste do bafômetro (TABAK, 2011).

Todas essas informações, mesmo sendo de foro íntimo, relacionam-se com o papel social de Aécio (de parlamentar, de representante da sociedade) e com os valores axiológicos do sujeito escrevente do enunciado. Isso acaba reforçando a atmosfera de que o senador é um sujeito farrista e abusado, ou seja, aquele que vai além do razoável e permitido, características que podem ser associadas ao uso de drogas estimulantes como a cocaína. A atitude responsiva ativa de Aécio reforça tudo isso: ele entrou com uma ação na justiça processando o Google, o Yahoo e o Bing, da Microsoft, solicitando a retirada de links e perfis em sites de busca que relacionem seu nome com a expressão “uso de entorpecentes” (LIMA, 2014).

No que se refere ao sujeito que escreve o enunciado, ele é generalizado como o das análises anteriores: sujeitos trabalhadores, jovens em sua maioria, escolarizados, conectados, de renda

razoável, otimistas e sem vínculo com partidos políticos. Ainda semelhantemente às análises anteriores, há sujeitos leitores possíveis como: o Aécio, os internautas e toda a amplitude de auditório própria das grandes manifestações.

No que se refere às escolhas lexicais do enunciado “Só não transformamos BH em pó senão Aécio cheira!”, percebe-se que o verbo “transformar” possui um efeito semântico mais impactante que mudar, alterar, modificar, apresentando uma entonação expressiva em relação à capacidade dos manifestantes de atuarem de modo devastador na cidade. Eles só não colocam a cidade, o trânsito, o debate político em uma situação catastrófica porque “senão” – uma conjunção adversativa que tem o mesmo sentido que “caso contrário” – o Aécio cheira, em um tom metafóricamente debochado e carnavalesco. Desse modo, o verbo “cheirar” – nesse caso, transitivo porque tem o sentido de aspirar pelo nariz – refere-se à cocaína, devido à situação extraverbal exposta anteriormente. O caráter enfático é reforçado pelo uso do ponto de exclamação.

Os sentidos valorados negativamente que relacionam o senador com o uso de cocaína antecedem e sucedem as manifestações de 2013. Há vários desdobramentos após 2013, aliás, até os tempos atuais, como a marchinha “O baile do pó Royal”, vencedora do carnaval de Belo Horizonte de 2014, que envolve o episódio de novembro de 2013. Nessa data, houve a apreensão de 450 quilos da droga no helicóptero da Limeira Agropecuária, empresa do amigo pessoal e colega de bancada de Aécio (José Perrella de Oliveira), que firmou vários contratos na sua gestão (BALZA, 2013). Isso tudo reforça o aspecto de inacabamento da linguagem e o diálogo de renovação. Um dos enunciados que compõe a marchinha, o refrão mais especificamente, é “Esse pó é de quem tô pesando? Ah é sim, ah é sim. Ah é sim, ah é sim” (JACKSON; CACHAÇA; DIBETO, 2014), sendo essa última parte cantada de modo que se houve “Aecim”, ou seja, Aécio no diminutivo, em um acento mineiro.

Outro movimento dialógico do enunciado do cartaz, que se deu após 2013, é a relação deste com os diálogos da reunião do dia 23 de

novembro de 2016, da Comissão Direitos Humanos e Minorias, na Câmara dos Deputados, que teve como tema a violações de direitos humanos do jornalista. Nesse dia, o jornalista Marco Aurélio Carone relatou à comissão que foi perseguido por policiais, procuradores, juizes e desembargadores que estariam a serviço de Aécio Neves (PSDB-MG) em 2014. Ele ficou preso 9 meses e 20 dias devido às apurações do Ministério Público e do judiciário de Minas Gerais e foi e solto 5 dias depois das eleições. Uma das justificativas formais (inclusive) da prisão foi justamente afastá-lo para que ele não atrapalhasse as eleições presidenciais em que concorriam Aécio Neves e Dilma Rousseff. No vídeo, Marco Aurélio afirma que fez várias denúncias contra Aécio no *Novo Jornal*. Entre elas, inclui as três overdoses que Neves teria sofrido dentro do Palácio da Liberdade. Segundo o jornalista, o fato foi atestado pela Polícia Militar e por médicos do hospital Mater Dei (CARONE, 2017).

Diante disso, é possível afirmar que os sentidos valorados do enunciado do cartaz partem da posição axiológica do manifestante, que valora negativamente o comportamento de Aécio no que se refere ao uso de cocaína. Isso se dá pelas relações dialógicas estabelecidas com a matéria de Mauro Chaves (da palavra “pó”, do enunciado “Pó pará, governador?”), além das várias notícias associando o senador a um homem festeiro, pelas vozes sociais que perpassam e pela situacionalidade histórico-social descrita, cristalizando a atmosfera de desconfiança em torno do Aécio, da crença de que ele é usuário de cocaína. O caráter risível e carnavalesco é materializado no humor e na dessacralização da ordem hierárquica.

5.9 TERCEIRO CATALISADOR: o projeto de lei conhecido como “a cura gay”

Vamos discutir a respeito do enunciado “Tô gay! Quantos dias tenho de atestado?”, fonte: Tumblr- Replicando páginas do Instagram. Publicado em 20/06/2013. Disponível em: <<https://www.tumblr.com/search/curagay?>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

O cartaz foi publicado na página do *Tumblr* do usuário *wontgiveup*, que em Língua Portuguesa significa “não desistirei”, no dia 20 de junho de 2013, momento que Gohn (2014) chamaria de terceira fase das jornadas de junho, marcada pela imensidão de pautas difusas. No que se refere ao horizonte espacial, o enunciado fez parte das manifestações de Sete Lagoas, em Minas Gerais, a 72 km de Belo Horizonte.

O enunciado está todo escrito em caixa alta e letra de forma para chamar atenção “Tô gay! Quantos dias tenho de atestado?”. O ponto de interrogação, com letra maior, e a primeira parte “Tô gay” escrita com a letra um pouco mais grossa enfatizam a linguagem de praça pública. Tais acentos apreciativos marcam o caráter carnavalesco, a transgressão, o tom não oficial, a sátira, o risível.

O suporte é uma cartolina branca e o enunciado foi escrito em preto. O uso da expressão “gay” e não de qualquer outro sinônimo é proposital, visto que a expressão de praça pública dialoga com o projeto de lei – conhecido como “projeto cura gay” –, conecta-se com a quebra de barreiras hierárquicas, opondo-se ao sério e se ligando ao extravasamento.

O enunciado é marcado por vozes que antecedem as jornadas de junho e que dialogam diretamente com ele. Trata-se das ressonâncias do projeto de lei “cura gay” (Projeto de Decreto Legislativo 234/11), entre outras polêmicas que envolveram o deputado Feliciano e seu preconceito em relação à comunidade LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Tal projeto tem como objetivo suspender a resolução do Conselho Federal de Psicologia, que impede os profissionais da Psicologia de considerarem a homossexualidade uma patologia.

O pastor e deputado, representante da bancada evangélica, e seus correligionários são os leitores diretos do enunciado e a “cura gay” o horizonte temático do enunciado. Feliciano – principal representante do grupo – foi citado em seções anteriores desta obra quando outros cartazes e enunciados foram apresentados para exemplificar a discussão teórica. Como dito anteriormente neste

trabalho, Feliciano, pastor da igreja Assembleia de Deus, dirigiu a comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil, em 2013, e garantiu a aprovação do projeto – criado pelo deputado evangélico João Campos (PSDB-GO) – e o envio ao plenário.

No que se refere às questões históricas e sociais que envolvem a interação, vale lembrar que a terapia de reorientação sexual (cura gay) já foi motivo de críticas e polêmicas em vários países, inclusive nos Estados Unidos. Tanto no Brasil quanto em outros lugares, o método parte do pressuposto de que a homossexualidade é uma doença, um transtorno mental e que o paciente, para se recuperar, precisa passar a ser heterossexual. O tratamento envolve métodos, técnicas psicanalíticas, podendo ser incluídos também procedimentos médicos a fim de atingir o objetivo terapêutico.

A polêmica não é atual, já houve vários tratamentos testados ao longo da história do mundo, como: tratamento hormonal, choque, hipnose, uso de estimulantes e antidepressivos, lobotomia, clitoridectomia, cirurgia do nervo pudico, hysterectomia. No período da Alemanha nazista, tentou-se, inclusive, o tratamento por meio de relações sexuais forçadas com prostitutas e até a castração de homossexuais.

Em 1980, a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença pela Associação Psiquiátrica Americana. Já em 1985, o Conselho Federal Brasileiro de Medicina alterou o código internacional de doenças (CID) da homossexualidade que era 302.0 “desvio de transtorno sexual” para o código 206.9 “outras circunstâncias psicossociais”. Em maio de 1990, em ato determinado pela própria Assembleia-geral da Organização Mundial de Saúde do Brasil, ela também deixou de fazer parte do rol de doenças mentais. Os profissionais afirmam que não há confirmação científica de que os sujeitos possam mudar de orientação sexual por meio de tratamento.

Outra voz que dialoga com o enunciado de protesto é o famoso caso da psicóloga Rozangela Justino, que atuou em tratamentos que prometiam a alteração da orientação sexual dos pacientes. Como sua terapia ia contra a determinação da Organização Mundial de

Psicologia e de Saúde, a terapeuta sofreu processo de censura pública pelo Conselho Federal de Psicologia do Brasil (PASSARINHO, 2009).

Por meio da Resolução CFP n.º 001/99, os profissionais de psicologia definiram como antiético considerar ou tratar a homossexualidade como uma doença ou um desvio comportamental. Eles se posicionaram claramente quando afirmaram “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, n.º 001/99). Atualmente, as organizações mundiais também consideram a homossexualidade e a bissexualidade um ajustamento social e mental comum/normal.

A resposta ativa da psicóloga em relação à censura pública realizada pelo Conselho Federal de Psicologia do Brasil, em 2009, e que atua como uma relação dialógica, foi que “o movimento pró-homossexualismo tem feito alianças com conselhos de psicologia e quer implantar a ditadura gay no país” e quando questionada sobre se há relação entre o seu tratamento e sua prática religiosa, Rozangela Justino afirma que “Tenho minha experiência religiosa que eu não nego. Tudo que faço fora do consultório é permeado pelo religioso. Sinto-me direcionada por Deus para ajudar as pessoas que estão homossexuais” (GALVÃO, 2009).

É por meio da profanação e da revolta que se dá o momento catártico da manifestação. O enunciado “Tô gay! Quantos dias tenho de atestado?” reflete e refrata o horizonte axiológico e o posicionamento valorativo do sujeito manifestante que discorda da bancada religiosa, do projeto de lei conhecido como “cura gay”, além de outros enunciados que circulam em torno dele e possuem o mesmo engajamento.

O objetivo comunicativo do enunciado é criticar, denunciar, destronar o projeto “cura gay” e isso ocorre, também, por meio de discursos outros que dialogam com o horizonte temporal e contextual, uma vez que desde junho de 2013, o Brasil vive uma onda de conservadorismo social, político e religioso. É inegável que o Brasil esteja passando por uma histeria conservadora que se

estende também ao reacionarismo religioso da bancada evangélica do Congresso Nacional, que insiste em defender um modelo único de família: patriarcal, de casais monogâmicos e heterossexuais. Seria leviano realizar uma análise do enunciado e não apresentar esse contexto social. No Brasil, há uma parcela considerável da população que é declaradamente conservadora, segundo o Mauro Paulino – diretor do Datafolha – em pesquisa feita em 2010, “Entre os brasileiros, 14% se posicionam na extrema direita”.

É em momentos de crise – como as manifestações de junho – que vem à tona o fascismo, o racismo e os golpes sejam eles: de estado, militares, midiáticos e/ou parlamentares. Tal onda conservadora está intimamente vinculada ao tema anticorrupção, presente na extrema-direita brasileira, que tem a habilidade de manipular a pauta para conquistar o poder político. Segundo Michael Löwy (2015, p. 662), essa prática tem sido repetida desde 1940, “levanta-se a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares”.

O autor também afirma que o reacionarismo da extrema direita está relacionado às ideias: de repressão, de apoio à violência policial e de defesa da pena de morte. Há diversos enunciados das jornadas de junho de 2013 que trazem à tona esses temas. Além disso, o conservadorismo está também vinculado “à intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais” (LÖWY, 2015, p. 663). Tal intolerância do setor político é perpassada pelo enunciado de protesto em questão.

Michael Löwy (2015, p. 663) também chama a atenção para outro aspecto do conservadorismo que é “o apelo aos militares. O chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura militar, é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil, ativamente promovido pelo PIG, o Partido da Imprensa Golpista”.

A Frente Parlamentar Evangélica é fundamentalista por excelência, trabalha em prol dos seus interesses particulares e corporativos e está cada vez mais ocupando espaços importantes

como presidência da Comissão de Direitos Humanos. Além disso, desde junho de 2013, a bancada vem ganhando visibilidade social e midiática – inclusive na mídia não religiosa – e Feliciano e Malafaia se colocam como representantes das pautas dos evangélicos, que correspondem a 22% da população brasileira, segundo o Censo 2010 (o mais próximo das jornadas de junho de 2013). Vale ressaltar que eles se colocam como representantes dos evangélicos no Estado, em uma esfera dita laica, que é a esfera política.

Dizer que “está gay” e perguntar “quantos dias tem de atestado” é dialogar, citar o Projeto de Decreto Legislativo 234/11 e combatê-lo em uma arena de luta, por meio de posições valorativas que interagem e se enfrentam. A materialidade histórica contextual descrita anteriormente contribui para a construção dos sentidos valorados do enunciado. O sujeito manifestante se posiciona frente ao referido Projeto e o valora negativamente.

Há marcas do entrelaçamento de linguagens e bivocalidade no enunciado, que possui dois sentidos: o primeiro aponta para o objeto do discurso (palavra comum); e o segundo, para o discurso do outro. Portanto, foi estabelecida uma relação paródica em que a voz parodiada está inserida no Projeto de Decreto Legislativo 234/11, que afirma que a homossexualidade é uma doença (por isso ele pede atestado) e os psicólogos devem tratar como tal.

Nesse caso, ambas – a voz que parodia (o enunciado de protesto) e a parodiada – estão em constante combate e relação de desmascaramento. A orientação semântica do enunciado de protesto é oposta à do projeto conhecido como “cura gay”. A entonação é de insulto, profanação, “um dos meios de expressão da relação emocionalmente valorativa do falante com o objeto da sua fala é a entonação expressiva que soa nitidamente na execução oral. A entonação expressiva é um traço constitutivo do enunciado” (BAKHTIN, 2015, p. 290).

É possível perceber que o enunciado incorpora o riso e dá um novo acento ao projeto legislativo. A atualização dos sentidos se dá pela crítica ao fato de considerarem a homossexualidade uma doença.

O enunciado paródico atua mais como pano de fundo dialógico. Nesse sentido, o que realmente interessa é citar o projeto “cura gay” e valorá-lo negativamente.

O papel social do sujeito que escreve é o de manifestante, de cidadão indignado que denuncia. Já o papel social dos leitores-alvo, representantes da bancada evangélica, é de sujeitos conservadores e importantes politicamente, uma vez que, nas eleições, eles cresceram quase 50%, segundo o *Estadão*, em matéria publicada em 8 de outubro de 2010. A matéria informa que, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, em 2013, foram eleitos 34 novos parlamentares da igreja evangélica e reeleitos 32 dos 45 que havia. A Assembleia de Deus é o grupo que tem o maior número de parlamentares.

Segundo o *Estadão* (2010), isso é consequência de campanhas políticas baseadas na descriminalização do aborto e no casamento gay, as duas principais bandeiras do bloco. Com isso, eles passaram a ter o mesmo número de representantes no congresso que o PSDB, ficando atrás apenas das duas maiores bancadas: do PT e do PMDB. O deputado reeleito João Campos, do PSDB, disse que o sucesso se deu pelo combate a propostas de lei “consideradas nocivas à sociedade” (ESTADÃO, 2010).

Assim, no cartaz em questão, ao mesmo tempo que o sujeito manifestante ironiza e recupera os discursos que defendem o homossexualismo como doença – ele faz isso quando pede um atestado –, o manifestante também nega tais discursos, denunciando esses valores axiológicos em forma de insulto, transgressão e extravasamento. Mesmo que, a princípio, em uma leitura primeira, o enunciado se configure como um discurso de humor, ele se valida pela denúncia de uma visão ideológica presente na política e na sociedade brasileira. Nesse caso, o risível se dá pela capacidade de o sujeito leitor estabelecer as relações dialógicas com outros dizeres, ao passo que é induzido a se engajar na crítica que é feita por meio de reflexões que perpassam o enunciado.

Por meio do enunciado, o escrevente escolheu uma característica negativa da bancada conservadora e desenvolveu novas significações de acordo com seu horizonte valorativo. Ele também faz uso de um nariz de palhaço, objeto que é classicamente usado para demonstrar insatisfação política. O nariz está constantemente presente em circunstâncias de protesto, mobilizações, votações, passeatas, assembleias, entre outras situações. Usá-lo seria é o mesmo que dizer “estão me fazendo de palhaço, de tolo”.

Tal objeto é muito usado pelos mímicos e palhaços que, por trabalharem com o humor e a ironia, costumam usar objetos com tamanhos anormais como gravata, sapato e narizes enormes e outros extremamente pequenos como bicicletas e carros. A cor vermelha do nariz remete ao fato de serem trapalhões, bêbados, irresponsáveis. Palhaços vivem tropeçando e caindo, muitas vezes, machucam o nariz por levarem um tapa ou uma torta na cara, às vezes, eles caem por terem levado um pé na bunda, tudo isso literalmente. Analogamente, o sentimento do manifestante em relação ao preconceito com os homossexuais está relacionado à sensação de ter levado um pé na bunda, porém, metafórico, representando um sentimento de impotência.

Segundo o dicionário de símbolos, o palhaço apresenta a ideia de inversão. Ele age com uma postura oposta à da realeza. Ele representa a ausência de autoridade, o ridículo, a derrota, o humor, o desrespeito, marcas típicas da cosmovisão carnavalesca das jornadas de junho de 2013, e o sentimento de desilusão do manifestante em relação às atitudes políticas.

Assim como no enunciado “Haddad, 3,20 nem tua mãe cobra”, no enunciado “Tô gay! Quantos dias tenho de atestado?”, as cores verde e amarela – que pintam o rosto do manifestante – têm um significado diferente de quando essas cores foram usadas em manifestações posteriores a 2013. No enunciado, não há uma posição contra Dilma ou o Partido dos Trabalhadores, foi apenas um modo de remeter à identidade e ao espírito de nação.

Ademais, o manifestante faz uso de linguagem informal e descontraída “tô” ao invés de “estou”, o que aproxima os leitores do texto, economiza espaço físico no cartaz e é uma linguagem típica de uma geração que nasceu com a internet. O uso do “tô” e não do “sou” indica algo provisório, mais uma marca de ironia, ou seja, a homossexualidade assim como outras doenças pode ser um estado provisório e não um estado permanente.

Ele usa também o ponto de exclamação que indica sentimentos fortes e volume alto, além de linguagem de praça pública “gay”, que materializa a carnavalescação do momento histórico. A interrogação atrevida se constituiu em uma marca carnavalesca que se dá na relação entre a ironia, o sarcasmo e a entonação humorística, afinal, “a afirmação do outro em forma de pergunta já leva a um atrito entre duas interpretações numa só palavra” (BAKHTIN, 2011, p. 223).

Por fim, é possível afirmar que o enunciado é marcado pela visão semântico-axiológica em relação ao projeto “cura gay”, é valorado negativamente pelo manifestante e retomado no enunciado por meio do deboche. Tais valorações se constituem pelas relações dialógicas (com o projeto 234/11, com os enunciados da Rozangela Justino e de seus parceiros valorativos, entre outros). O risível, o carnavalesco e o discurso paródico são exteriorizados em forma de insulto, transgressão e denúncia posicionada axiologicamente. Tudo isso acontece ao mesmo tempo que o enunciado reforça uma histeria conservadora e um reacionarismo religioso que permeiam o país hoje e que tiveram início nas jornadas de junho.

5.10 QUARTO CATALISADOR: a conduta tendenciosa e vexatória da Globo

O enunciado “Eu sei oq vcs disseram na semana passada”, fonte: UOL Notícias. Publicado em 20/06/2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/album/2013/06/18/manifestantes-contam-em-cartazes-quais-sao-suas-reivindicacoes.htm#fotoNav=100>>. Acesso em: 12 jan. 2017 – faz uso de letra em caixa alta e da cor vermelha

– para dar destaque – em fundo branco, no suporte cartolina. Diferentemente dos enunciados anteriores, não há destaque físico em nenhuma palavra: como uma letra diferenciada ou em negrito.

O discurso fez parte das manifestações de terça-feira, dia 18 de junho de 2013, que segundo Gohn (2014), corresponde à segunda fase das jornadas de junho, marcada pela truculência policial, pelo enorme número de pessoas que resolveram ir para as ruas e pela revolta popular, marcando assim o horizonte temporal. No que se refere ao horizonte espacial, provavelmente o protesto aconteceu em São Paulo. Não há nota do local da manifestação no UOL, mas há um indício de que a tarifa aumentaria para 3,20, em um adesivo que compõe o cartaz.

O cartaz foi publicado na página de notícias UOL, com o título “Manifestantes contam em cartazes quais são suas reivindicações”. Nesse caso, a Rede Globo de Comunicação é o sujeito-alvo do insulto purificador, do destronamento transgressivo. Junto com a imagem, no site do UOL, vem uma legenda explicando que ela foi registrada pelo internauta Renato Hiroshi Unno e que se trata de um enunciado em repúdio de como as notícias foram exibidas na grande mídia.

Percebem-se marcas da atmosfera da cosmovisão carnavalesca no acento apreciativo dado ao enunciado que mistura denúncia com humor. Isso se dá por meio de uma relação dialógica com uma voz conhecida “Eu sei o que vocês fizeram no verão passado”, título traduzido de um filme de suspense norte-americano, de 1997, em que a história tem como base o livro de Lois Duncan, publicado em 1973. A direção é de Jim Gillespie e o título em inglês é “I Know What You Did Last Summer”.

Trata-se da história de quatro jovens que matam um sujeito por atropelamento. Os adolescentes decidem jogar o corpo no mar e seguir com suas vidas, até que um ano depois se reencontram no local do crime e recebem um bilhete em que estava escrito: “Eu sei o que vocês fizeram no verão passado”. A partir de então, eles começam a morrer um a um e um gancho de pescador é o elemento coesivo que liga essas mortes.

Após o lançamento, outros filmes foram feitos para dar continuidade: *Eu ainda sei o que vocês fizeram no verão passado* e *Eu sempre vou saber o que vocês fizeram no verão passado*. O primeiro foi tão assistido nos anos 1990 que, junto com o filme *Pânico*, foram os longas de terror mais assistidos na década.

Outra voz fundamental para a compreensão do enunciado é a de Arnaldo Jabor. Ela é trazida para o cartaz por meio da foto preto e branco do jornalista. O conjunto – imagem e enunciado – estabelece uma relação dialógica com o episódio já explicitado anteriormente, mais especificamente na segunda seção, *Evento carnavalesco: as jornadas de junho de 2013*, na primeira subseção intitulada *Primeira fase de junho de 2013*. O enunciado do Jabor foi apresentado na pesquisa para materializar a desqualificação da mídia em relação às manifestações.

Assim, há um diálogo do enunciado com o Jornal televisivo da Rede Globo do dia 12 de junho de 2013, em que Jabor diz que “Não pode ser por causa de 20 centavos! A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível! [...]. No fundo, tudo é uma imensa ignorância política. É burrice misturada a um rancor sem rumo”. Durante a fala, que já foi explicitada de modo integral anteriormente, o jornalista associa os manifestantes com a facção criminosa de São Paulo PCC – Primeiro Comando da Capital – e desqualifica os sujeitos militantes diante de uma luta nacional histórica: a redução da tarifa.

Quando o manifestante enuncia que sabe o que foi feito na semana passada, é a voz de Jabor que ele cita. Isso é reforçado pela imagem da logomarca da Rede Globo no cartaz. O manifestante não é ingênuo e sabe que essa emissora, representada por Jabor, está desqualificando a mobilização e atacando os sujeitos que participaram dela. São essas as questões sociais e políticas que estão em jogo.

Jabor declara: “Não pode ser por causa de 20 centavos!”. Em seguida, veio a resposta-ativa a esse enunciado “não é por 20 centavos, é por ‘isso’ e ‘aquilo!’ etc.”. O enunciado foi assim revozeado

em várias cidades do país, reafirmando o que diz Bakhtin (2015), que o próprio enunciado contém e pressupõe enunciados que vieram antes e que virão depois.

Relacionar dialogicamente o enunciado com o filme de terror *Eu sei o que vocês fizeram no verão passado* é uma forma de trazer à tona índices axiológicos, materializar valores do manifestante em relação à atitude da Globo, representada pela fala do Jabor, entre outras atitudes da emissora que historicamente desmerecem as manifestações de rua que não lhe são interessantes e interessadas.

Assim, há uma relação dialógica entre a postura da emissora de um modo geral (historicamente), a cobertura que ela fez das manifestações de junho até então, o enunciado do Jabor, e um filme de terror. Os ecos do filme tendenciam a interpretação de que a Globo cometeu um crime, assim como os adolescentes da trama. Tais movimentos dialógicos marcam esse destronamento transgressor, essa liberdade carnavalesca.

Percebe-se que o enunciado de protesto cita o filme, porém, revestido de uma mesma orientação semântica, ou seja, não se caracteriza como um discurso parodístico, mas como uma estilização. Isso porque a paródia é, necessariamente, de orientação oposta e a estilização é de mesma orientação semântica. A estilização é um processo de dialogização interna em que há apropriação de outras vozes, outros estilos. Ainda assim, é possível afirmar que se mantém a relação de provocação, de duplo sentido (um voltado para o objeto, outro para o discurso do outro), incorpora o riso e ocorre no entrelaçamento de duas vozes. Tais relações se dão a partir de um acento que marca a ridicularização, a crítica e o desmascaramento de uma das vozes.

O sujeito que enuncia, assim como nas análises anteriores, faz parte de um grupo de sujeitos ativos no mundo do trabalho, predominantemente jovens, escolarizados, conectados em redes sociais, de renda razoável, otimistas e, em sua maioria, sem vínculo com partidos políticos. O papel social do manifestante também se repete: manifestante, brasileiro insatisfeito. O sujeito leitor é

abrangente, levando em conta tamanha projeção e visibilidade que uma manifestação de rua pode ganhar, mas o leitor-alvo é a Rede Globo de Comunicação, representada pelo jornalista e cineasta Arnaldo Jabor. O papel social da emissora está relacionado com a representação de poder. Ela é a segunda maior rede comercial do mundo, assistida por mais de 200 milhões de pessoas, com cobertura de 99,55% da população.

Há, nesse caso, movimentos dialógicos com outros discursos que vão além do horizonte temático, ou seja, além da crítica em relação à conduta tendenciosa e vexatória da Globo ao noticiar as manifestações de junho de 2013. Tais discursos são aqueles que circularam e ainda circulam nas redes sociais, nas falas dos sujeitos, nos meios de comunicação alternativos e que se relacionam à ausência de diversidade, ao pluralismo da emissora, à revolta que as pessoas têm em relação à dívida milionária da Globo com a Receita Federal, à necessidade de se ter regras claras que assegurem a democratização da mídia.

Discursos presentes nas manifestações de junho de 2013 que dialogam com o enunciado escolhido nesta subseção e com as explicações anteriores são: “O povo não é bobo, abaixo a rede Globo”, “Sorria, vamos derrubar a Globo” seguido da imagem da logo da emissora marcada com um X vermelho, “Contra o monopólio da Globo, pela democratização da mídia”, “Globo não”, “Vandalismo mental” seguido da imagem da logo da Globo com chifres”, “Por uma mídia imparcial quero ver esse protesto no Jornal Nacional”, “A verdade é dura a rede Globo apoia a ditadura”, “Fora Rede Globo”, “Início do Fim da Era Plimlim”, “Central Globo de Mentiras”, entre outros.

Tais enuncidados podem serem vistos no site Limpinho e Cheiroso. Publicado em 04/07/2013. Disponível em: <<https://limpinhoecheiroso.com/2014/04/11/imperdivel-video-sobre-o-jornalismo-da-globo-e-o-golpe-militar/>>. Acesso em: 13 jan. 2017. Além do site NPC Notícias. Publicado em 04/07/2013. Disponível em: <<http://nucleopiratininga.org.br/protesto-por-uma-midia->

democratica-na-porta-da-rede-globo/protesto-porta-tv-globo-jardim-botanico-2013/>. Acesso em: 13 jan. 2017.

Segundo pesquisa de opinião pública sobre a democratização da mídia, realizada pela Fundação Perseu Abramo, no período de 20 de abril até 06 de maio de 2013, ou seja, um pouco antes das jornadas de junho, 71% dos sujeitos que foram entrevistados acreditam que se faz necessária uma reorganização da regulamentação dos meios de comunicação, mais esclarecimento de quais são os limites e mais participação popular.

A pesquisa revela também que 60,7% disseram que o rádio e a TV concedem vantagens para empresários; 54% acham que violência e humilhação em relação aos grupos socialmente vulneráveis não deveriam ter espaço nas emissoras e metade dos entrevistados não suporta programas de humor que menosprezam e expõem minorias. Além disso, 75% não gostam da maneira como estão sendo representados na TV brasileira, e desses: 25% acreditam que estão sendo representados de maneira negativa e 43% declararam que não se reconhecem nos programas.

Assim, a situação comunicativa carrega marcas do horizonte espacial e temporal, em que a mídia brasileira, em especial, a principal empresa de comunicação do país, é alvo de críticas, acusada de ser tendenciosa e preconceituosa, de não mostrar o contraditório, de ter apoiado a ditadura, de não dar voz a todos os sujeitos, entre outros aspectos. Toda essa atmosfera negativa dialoga com o enunciado analisado e materializa índices de valor.

Ao se fazer um rápido resgate histórico, é possível perceber que há um descaso permanente da emissora em relação aos movimentos sociais e total falta de interesse em fortalecê-los. E os manifestantes sabem disso. Segundo artigo do site da Unisinos, em 1984, no movimento do Diretas Já, a Globo noticiou que a multidão presente nas ruas era em função do aniversário de São Paulo, só deu visibilidade às manifestações quando era impossível não as noticiar. Em 1992, no impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, também houve omissão por parte da Globo, então aliada do

presidente. Somente depois de muita pressão é que os manifestantes foram chamados de caras pintadas e esperança do futuro do Brasil.

Não só a *Rede Globo* mas também a *Folha de S. Paulo* trabalharam contra os movimentos sociais. Desde 1984, esta veio se posicionando contra a abertura de um governo de esquerda. Em 1992, deixou de noticiar a corrupção do presidente, optando por dar mais espaço para o trabalho de ajuste ao capitalismo globalizado proposto por Collor. A mídia cria narrativas ao longo da história formando um imaginário negativo em torno dos movimentos sociais. Isso é feito aos poucos e de modo sutil, inclusive, por meio dos formadores de opinião, dos colunistas, dos comentaristas, verdadeiros porta-vozes dos interesses empresariais, como o Jabor.

Em relação ao enunciado, o objetivo comunicativo cumprido pelo discurso verbal e não verbal (o não verbal participa ativamente na construção dos sentidos valorados) é fazer uma crítica à postura da emissora, é reivindicar, é denunciar, ou seja, o manifestante discorda dos “crimes” que a emissora cometeu e exige mudanças de postura. Usamos crimes entre aspas, porque se faz uma analogia, um diálogo com os crimes cometidos pelos personagens do filme *Eu sei o que vocês fizeram no verão passado*, incorporando um novo acento ao enunciado. Assim, o enunciado de protesto é um novo fundo dialógico para o que realmente o manifestante quer expressar, sua mensagem valorada: “estou insatisfeito com o comentário do Jabor em relação às manifestações”.

Junto com as duas imagens comentadas anteriormente, há um adesivo na cartolina que diz “Mãos ao alto 3,20 é um assalto”, apresentando a pauta do MPL da tarifa do transporte público. Ele se apresenta timidamente no cartaz e não se relaciona de modo direto com os outros elementos: enunciado maior, logo da Globo e imagem do Jabor, porém, materializa uma relação dialógica com o que foi a faísca inicial das jornadas de junho (a pauta do aumento de transporte).

No que se refere aos aspectos enunciativo-discursivos, percebe-se o uso de uma linguagem coloquial, característica de vários

enunciados das jornadas de junho, usada em mensagens de celular e postagens informais em redes sociais, tais como: “oq” e “vcs”. O uso da primeira pessoa do singular “eu” e do pronome de tratamento “vc” remete diretamente aos sujeitos escreventes e aos leitores, enfatizando a interação.

Sobre a relação entre os enunciados “Eu sei oq vcs disseram na semana passada” (cartaz) e o *Eu sei o que vocês fizeram no verão passado* (nome do filme), para dar o sentido valorado pretendido, foi necessário substituir o verbo “fizeram” pelo “disseram” (eu sei o que o Jabor disse) e “verão passado” por “semana passada” (primeira fase de junho, quando o comentário foi ao ar na Globo). Para estabelecer a relação com facilidade, o leitor precisa ter um mínimo de conhecimento prévio, mesmo que não tenha assistido ao filme, porque o título é muito famoso e, por si só, ele sugere que algo de errado foi feito.

Por fim, é possível afirmar que os sentidos valorados são marcados pela relação dialógica que há entre o enunciado em questão e o filme *Eu sei o que vocês fizeram no verão passado*. Na atualização para “Eu sei o q vc falou semana passada”, novos acentos foram dados, valorando assim negativamente a atitude da emissora, representada pela figura do Jabor e marcada materialmente no cartaz por meio da foto preto e branco do jornalista, formando um enunciado de imagem e palavras. O diálogo vai além do comentário do Jabor no jornal televisivo do dia 12 de junho, pois há relações dialógicas com o histórico descaso da Globo em relação aos movimentos sociais e seu insistente interesse em enfraquecê-los. A atmosfera carnavalesca e o risível são caracterizadas pelo acento de sátira e humor, pelo destronamento transgressor materializado na analogia da Globo criminosa com os adolescentes criminosos do filme.

6. EFEITO DE FECHO

Sendo assim, é possível fechar esta pesquisa com alguns aspectos que se revelaram ao final das análises.

Tais análises foram divididas em duas partes, uma que se ateu a apresentar a relação que há entre as manifestações de junho de 2013 e a cosmovisão carnavalesca e outra com as análises dos cinco enunciados que compõem o corpus da pesquisa. Observamos, na primeira parte da análise, que há vários elementos próprios do universo da cosmovisão carnavalesca que dialogam diretamente com as manifestações do Brasil.

Um dos elementos é a pancadaria, própria do contexto da obra “Rabelais”, visto ser comum na atmosfera grotesca e vulgar. Ela simbolizava, por um lado, a falta de respeito à hierarquia, a ideia de quebra de diferença de classes e reforçava o ridículo. Por outro lado, apresentava também a ideia de esperança, de novas perspectivas, de destruição de um mundo antigo e espaço para um mundo novo. É a partir desses aspectos de fantasia momentânea, quebra de hierarquia e de esperança do que está por vir que as jornadas de junho de 2013 se relacionam com a ideia de pancadaria proposta.

O vínculo com o tempo é outra categoria importante, uma vez que assim como as festividades carnavalescas, as manifestações também são marcadas por períodos de crise, transtorno, alternância, morte e ressurreição e, no caso das manifestações, de crise política e vontade de renovação da ordem pública. As cenas de coroações e destronamentos públicos de autoridades, soldados, imperadores e noivos também podem ser atualizadas no ritual festivo das jornadas de junho. Esse período foi marcado pelo destronamento de ideologias, de partidos, de projetos de lei etc. O destronamento se tornou usual na interface entre o social e o político, em que governantes, atletas, celebridades e autoridades foram objetos de ridicularização. A relação coroação e destronamento ainda é marcada pela vontade de renovação e tentativa de mudança.

O riso transgressor e posicionado também é uma categoria da cosmovisão carnavalesca que dialoga com as manifestações. Assim como ele, há nos enunciados de protesto a materialidade da ambivalência (enunciado ao mesmo tempo alegre e sarcástico), o posicionamento axiológico do sujeito e o caráter regenerador e de contraposição à ordem prática. Nesse caso, “o riso popular ambivalente expressa uma opinião sobre um mundo em plena evolução na qual estão incluídos os que riem” (BAKHTIN, 1987, p. 11).

Do ponto de vista mais linguístico, chama-se a atenção para a linguagem de praça pública e a paródia. Não que os outros elementos (riso transgressor, destronamento, pancadaria) não estejam materializados no enunciado, eles foram analisados do ponto de vista linguístico também, mas a linguagem está ainda mais voltada para a questão da materialidade do signo. A linguagem de praça pública (que está voltada para o léxico) relaciona-se com as manifestações de junho na medida em que se trata de um momento em que é permitida a comunicação cínica, quando se aboliu toda a distância entre os indivíduos, liberando as normas de etiqueta e de decência.

O discurso parodístico, típico da carnavalização, também se relaciona com as jornadas de junho de 2013, porque alguns enunciados dos cartazes foram marcados: pelo bilinguismo, pela bivocalidade, pelo duplo sentido. Ademais, incorporaram o riso e presumiram o rebaixamento do outro. As linguagens entrelaçadas estavam em constante combate e desmascaramento. Houve, conforme visto nas análises, a citação do discurso parodiado revestido de uma orientação semântica oposta, estabelecendo entre eles uma relação de provocação. Tudo isso marcado pelos sentidos valorados que foram dados a partir de um novo acento e de um novo fundo dialógico.

Percebe-se ainda que os elementos da cosmovisão carnavalesca foram materializados a partir das relações dialógicas feitas. Como resultado, conclui-se que o posicionamento axiológico do sujeito é um elemento constitutivo do enunciado de protesto, contribuindo

para o objetivo comunicativo, para o riso transgressor, para a crítica debochada.

Muitas vezes, é justamente a valoração dada que abre espaço para o risível, visto que o riso não é uma característica própria do gênero cartaz de protesto, não é uma marca típica desses enunciados, porém, esteve presente no *corpus* selecionado e nos cartazes apresentados que serviram de exemplos ao longo da pesquisa. Para que o enunciado seja de fato risível, é preciso haver uma cumplicidade axiológica com sujeitos que sejam parceiros valorativos e que tenham o mesmo engajamento, do contrário, não há humor, a crítica não faz sentido. Dessa forma, podemos afirmar que uma das funções sociais da carnavalização é a crítica reflexiva.

Em um segundo momento, a análise ficou voltada para os cinco enunciados (o *corpus* propriamente dito).

No primeiro enunciado, “Haddad R\$ 3,20 nem tua mãe cobra”, a violência é marcada pela simbologia da morte (espantalho) e pela busca por renovação; pela incorporação do riso em oposição às convenções sociais; pelo destronamento de Haddad; pelo uso implícito da linguagem de praça pública “filho da puta”; e, principalmente, pela violência simbólica em torno da mulher (mãe do Haddad), materializada no movimento dialógico em torno da palavra “cobra” e do acento valorativo dado a essa palavra.

No segundo enunciado, “Só não transformamos BH em pó senão Aécio cheira!”, a carnavalização e o risível foram marcados pelo destronamento de Aécio Neves, pelo humor violento que se deu por meio da dessacralização da ordem hierárquica, do extravasamento e da liberdade. As ruas carnavalescas de Belo Horizonte possibilitaram uma liberdade que nem a internet pode promover. Isso porque Aécio entrou com uma ação na justiça processando o Google, o Yahoo e o Bing, da Microsoft, solicitando a retirada de links e de perfis em sites de busca que relacionem seu nome, “Aécio Neves”, com a expressão “uso de entorpecentes”. Aécio impediu as grandes empresas de chamá-lo de “cheirador” de cocaína, mas não pôde impedir que os manifestantes fizessem isso nas ruas.

No terceiro enunciado, “Tô gay! Quantos dias tenho de atestado?”, o destronamento foi do projeto 234/11 (projeto cura gay) e de seus apoiadores (bancada conservadora). A marca violenta da carnavalização foi materializada pelo insulto transgressor incorporado pelo discurso paródico e pela denúncia posicionada axiologicamente.

No quarto e último enunciado, “Eu sei oq vcs disseram na semana passada”, a atmosfera carnavalesca e o risível são caracterizados pela violência do acento satírico, pelo destronamento transgressor materializado na analogia entre a Globo criminosa e os adolescentes criminosos do filme *Eu sei o que vocês fizeram no verão passado*.

A partir das análises, percebe-se que os sentidos valorados também são resultado das relações dialógicas que se dão nas relações sócio-históricas do contexto de produção do enunciado. Assim, os sujeitos manifestantes se constituem na sociedade por meio da relação de alteridade com seus pares (outros manifestantes que ali estão) e com seus sujeitos leitores (diretos e indiretos).

Partimos, assim, da compreensão de que as jornadas de junho de 2013 se configuraram como uma onda de manifestações que permitiu o extravasamento, o insulto purificador, o riso posicionado, uma vez que os enunciados de protesto são elos em uma cadeia de comunicação discursiva que materializara isso. Um aspecto que se revelou nas análises é que as relações axiológicas não são atos individuais, de sujeitos únicos, mas sim, coletivos, ancorados na dimensão ideológica de determinados grupos discursivos que se engajam valorativamente.

No primeiro enunciado, o manifestante demonstrou uma posição axiológica de várias maneiras: a) valorou negativamente o incentivo do governo para a Copa do mundo/das confederações, indicado pelo uso da camiseta oficial; b) marcou sua posição por meio de seu enunciado “Haddad R\$ 3,20 nem tua mãe cobra”; c) inseriu uma posição valorativa implícita por meio do seu projeto enunciativo “Haddad você é um filho da puta”; d) fez uso de marca do não engajamento entre os sujeitos, que foi materializada pela

paródia e pelo modalizador “nem”; e) usou acentuação valorativa na palavra “cobra”, que marca a violência em relação às mulheres (mãe do Haddad principalmente).

Nesse caso, as relações axiológicas também não são atos individuais, de sujeitos únicos. Certamente o manifestante que enuncia “Haddad R\$ 3,20 nem tua mãe cobra” possui parceiros valorativos e não é o único a assediar mulheres e as violentar simbolicamente.

No segundo enunciado, o manifestante valorou negativamente o comportamento de Aécio no que se refere ao uso de cocaína. Nesse sentido, sabemos que o manifestante não está sozinho, pelo menos 70 mil pessoas são seus parceiros valorativos. Prova disso é um vídeo do jogo Brasil contra Argentina, em 2008, no estádio do Mineirão, em Belo Horizonte, em que a torcida gritou: “Ô Maradona, vá se foder, o Aécio cheira mais que você” e “ôooo Aécio cheirador, Aécio cheirador”. Ademais, foi possível perceber a materialização do posicionamento valorativo do manifestante a partir das relações dialógicas (da palavra “pó”, do enunciado “Pó pará, governador?”, além das notícias associando o senador a um homem festeiro), das vozes sociais que perpassaram e da situacionalidade histórico social, que cristaliza a atmosfera de desconfiança em torno do Aécio, da crença de que ele é usuário de cocaína.

No terceiro enunciado, o manifestante assinalou sua posição axiológica negativa em relação ao projeto conhecido como “cura gay”, marcada pelo deboche e pelas relações dialógicas com enunciados como o da Rozangela Justino, o do Feliciano, e outros com os mesmos índices de valor, como a resolução do Conselho Federal de Psicologia etc.

Os manifestantes, ao serem questionados por pesquisadores do Ibope Nacional, em 20 de junho de 2013, responderam espontaneamente (sem alternativas de resposta) à pergunta: “Quais são as reivindicações que levaram você a participar das manifestações?”. Eles citaram principalmente três catalisadores/motivos para ir às ruas. Quando os dados foram tabulados,

considerando apenas a primeira resposta e levando em conta os três dados: 29,9% dos manifestantes disseram que foram às ruas devido ao ambiente político, desses 0,4% admitiu que foi o ambiente político, especialmente contra o deputado Marco Feliciano e contra o projeto “cura gay”. Quando os dados foram tabulados, considerando a soma dos três catalisadores: 60,0% dos manifestantes disseram que foram às ruas devido ao ambiente político; desses 1,8% assinalou que foi o ambiente político, especialmente contra o deputado Marco Feliciano e contra o projeto “cura gay”.

A pesquisa foi feita nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília-DF. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Foram entrevistados 2002 sujeitos com 14 anos ou mais. Diante do exposto, definitivamente, o autor do enunciado “Tô gay! Quantos dias tenho de atestado?” não está só valorativamente. Os sujeitos responderam espontaneamente que são contra o projeto “cura gay” e contra o Marco Feliciano, revelando que há um grupo que se posiciona axiologicamente contra a volta da onda conservadora e do reacionarismo religioso que se iniciou nas jornadas de junho e que é muito forte na atualidade.

No quarto enunciado, os sentidos valorados são marcados pela relação dialógica com o filme *Eu sei o que vocês fizeram no verão passado*. Ao atualizar o enunciado para “Eu sei oq vcs disseram na semana passada”, novos acentos foram dados, valorando negativamente a atitude da emissora, representada pela figura do Arnaldo Jabor e marcada materialmente no cartaz por meio da foto do jornalista, formando um enunciado de imagem e palavras.

Nesse enunciado, o manifestante também possui parceiros axiológicos, não se tratando de um ato individual. Prova disso são as várias notícias de repórteres sendo hostilizados durante as jornadas, como foi o caso de Vandrey Pereira, no dia 13 de junho, no Rio de Janeiro. O jornalista se viu cercado pelos manifestantes, que arremessaram pedras e saco de lixo nele. “Por razões de segurança, vou ter que sair”, e saiu escoltado por seguranças da emissora (NADDEO, 2013). Além disso, os quatro carros da emissora foram

destruídos em Goiânia, no dia 24 de junho. Houve ainda várias vaias em São Paulo, no dia 20, entre outros casos (G1, 2013).

Dos sujeitos entrevistados na pesquisa de opinião pública sobre a democratização da mídia, realizada pela Fundação Perseu Abramo, no período de 20 de abril até 06 de maio de 2013, entre os entrevistados, 71% acreditam que se faz necessária uma reorganização da regulamentação dos meios de comunicação, além de mais esclarecimentos sobre quais são os limites e mais participação popular.

No que diz respeito ao comentário do Jabor, no jornal televisivo do dia 12 de junho, as relações dialógicas que perpassam o enunciado vão além. Nesse sentido, há um diálogo com o histórico descaso da Globo com os movimentos sociais e sua falta de interesse em consolidá-los, isso tanto com os movimentos tradicionais/históricos quanto com os novos manifestantes.

Outro aspecto que se revelou nas análises foi a questão dos sujeitos manifestantes. Os enunciados não refletiram as marcas de um manifestante tradicional: um sindicalista, uma feminista clássica, um habitual sujeito do movimento negro, indígena, LGBT, nem mesmo os novos coletivos juvenis, tão comuns nas nossas universidades brasileiras. Nosso manifestante é o chamado novo manifestante, sem tradição de manifestação, debochado, espetacularizado, sem vínculo com partido político, otimista, usuário de redes sociais, um sujeito que cria sua pauta de luta no próprio carnaval e não se preocupa com as negociações e os interlocutores da pauta. Podemos dizer que são homens e mulheres ativos no mundo do trabalho, predominantemente jovens, escolarizados, de renda razoável, um grupo significativo é de estudantes.

Sabemos que há muitas aproximações, mas também diferenças entre movimentos sociais organizados e manifestações de rua. Para compreender esses dois aspectos, é importante entender a diferença entre “política de identidade” e “identidade em política”. A primeira “opera na suposição de que identidades essenciais entre as comunidades marginalizadas (por razões raciais, de gênero e sexuais

etc.) são as que merecem reconhecimento” (MIGNOLO, 2008, p. 312), ou seja, na política de identidade, estão inclusos os movimentos de mulheres, feminista, sindical, étnico etc. Já a segunda tem relação com a emancipação em relação aos partidos políticos e à dominação do estado. Constitui-se por meio de “atos de desobediência epistêmica que afetam o estado e a economia” (MIGNOLO, 2008, p. 324), o que se assemelha um pouco com as jornadas de junho.

Assim, diferentemente das manifestações de rua, o movimento social organizado possui certa permanência temporal. Esses movimentos possuem interlocutor e uma pauta de luta pré-definida. Eles operam organizadamente, em rede de militância, via estratégias para a mobilização e construção de uma interferência (social, política, cultural etc.) comum. Os movimentos sociais participam das manifestações, porém, não se reduzem a eles.

Sem um eixo central, sem mediadores, sem estrutura rígida típica de partidos políticos e de movimentos sociais consolidados, as manifestações de junho, especialmente na segunda e terceira fase, colocaram-se como um movimento sem liderança. Ao mesmo tempo, todos eram líderes e todos eram os grandes articuladores dos protestos.

Outro aspecto que se percebe nas análises e que se colocava como uma hipótese é o fato de as novas tecnologias influenciarem na criatividade linguística dos enunciados. Isso porque é comum as pessoas serem fotografadas e se fotografarem com seus cartazes e publicarem em redes sociais, potencializando a espetacularização e o aspecto carnavalesco. Certamente as novas tecnologias, especialmente o acesso à internet e a celulares de qualidade, contribuíram tanto para a espetacularização quanto para o que tradicionalmente – nas estruturas estatais e estruturas sociais mais tradicionais (partidos, sindicato, etc.) – chamamos de “trabalho de mobilização”.

No que se refere aos aspectos enunciativo-discursivos, o que transpareceu nas análises foi o uso recorrente da linguagem coloquial, típica do novo manifestante. Estamos chamando de

coloquiais o uso de expressões como “nem tua mãe cobra” em “Haddad R\$ 3,20 nem tua mãe cobra”; além de abreviaturas como “tô”, “oq” e “vs” em “Tô gay! Quantos dias tenho de atestado?” e “Eu sei oq vcs disseram na semana passada”. De um modo geral, as novas abreviaturas – recorrentes da internet – ocorrem com o apagamento de vogais, sem prejuízo da compreensão, com o intuito de economizar espaço no cartaz e mostrar informalidade, ou seja, aproximar a oralidade da forma escrita.

Mais um aspecto que se revelou nas análises foi o uso recorrente da pontuação expressiva, especialmente o emprego do ponto de exclamação e interrogação, além da utilização da cor vermelha para dar realce ao enunciado todo ou a parte dele. Sabemos que os sinais de pontuação estão muito mais voltados para o campo da estilística do que da gramática. Assim, especialmente em um sistema linguístico em que se predomina a oralidade, como é o nosso caso, eles materializam graficamente a entonação oralizada. Ademais, a cor vermelha, que serviu para dar um tom enfático, não tem relação com o Partido dos Trabalhadores nesses casos. O vermelho, segundo Chevalier e Gheerbrant (1998), representa – entre outros aspectos – intensidade, energia, determinação. A cor é usada nos cartazes, em geral, claramente para chamar a atenção do leitor.

Uma das formas de representar discursivamente e contar a história do país é por meio do discurso de réplica, de atitude responsiva. Os enunciados de protesto, pelo que se pode perceber nas análises, são respostas ativas de acontecimentos políticos. Por meio de enunciados carnavalescos, os manifestantes puderam construir uma história, contar ao mundo suas pautas, com uma “licença” discursiva que só o carnaval permite. Ou seja, artigos científicos, textos da esfera jornalística, entre outros discursos oficiais, não propiciam a liberdade carnavalesca que possuem os cartazes de protesto escritos muitas vezes no calor das manifestações.

Em relação a este trabalho, compreendemos os seus limites e, também, que as pesquisas qualitativas não podem ser generalizadas, especialmente em se tratando de uma pesquisa das Ciências

Humanas de cunho bakhtiniano, em que não há verdades absolutas. Portanto, sugerimos que esses e outros enunciados sejam analisados com outros olhares, uma vez que as análises não se esgotam nesta pesquisa.

Por fim, os enunciados (*corpus* de pesquisa) constituíram-se, de fato, como enunciados concretos, visto que alcançaram seus objetivos comunicativos, seus projetos enunciativos. Ao estarem situados cronotopicamente, relacionarem-se a um catalisador e se materializarem no gênero discursivo cartaz. Destacamos, ainda, que eles atingiram certa conclusividade e puderam ser lidos durante as manifestações. Tudo isso foi somado ao índice axiológico do sujeito, marcado pelo seu tom valorativo, na sua relação de alteridade. Nesse processo, os enunciados risíveis contam a história da política do país de uma maneira não oficial, construindo uma forma carnavalesca de representar o fenômeno que foi chamado, durante este trabalho, de jornadas de junho.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. **O freudismo: um esboço crítico**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Os estudos literários hoje (Resposta a uma pergunta da revista *Novi Mir*). In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 359-366.

_____. **Para uma filosofia do ato**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. Organizado por Augusto Ponzio e Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGE-UFSCar. 2. ed. São Carlos: Pedro e João, 2012.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **Questões de literatura e de estética: A teoria do romance**. Tradução de Aurora F. Bernadini e outros. São Paulo: Hucitec, 1990.

BAKHTIN, M./VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

GOHN, M. G. 500 Anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p.11-40, jan.-jun. 2000.

GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, M. G. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

VOLOCHÍNOV, V. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.

VOLOCHINOV, V. N. Les frontières entre poétique et linguistique. Tradução de Georges Philippenko. In: TODOROV, T. **Mikhaïl Bakhtine: le principe dialogique – suivi de Écrits du cercle de Bakhtine**. Paris: Éditions du Seuil, 1981. p. 243-285.

VOLOCHINOV, V. N./BAKHTIN, M. M. **Discurso na vida e discurso na arte: problemas da poética sociológica**. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza, para fins didáticos. Disponível em: <<http://www.uesb.br/ppgcel/Discurso-Na-Vida-Discurso-Na-Arte.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

Este livro é um trabalho original, no qual a autora mergulha nos estudos da linguagem, pelo viés dos estudos dialógicos, na perspectiva que se convencionou denominar de “Círculo de Bakhtin”, cuja premissa básica está centrada na compreensão da construção discursiva, refrata e valorada da realidade, entre sujeitos socialmente situados.

Mais especificamente, a autora analisa os enunciados de protesto, das Jornadas de Junho, no Brasil, materializados em cartazes, buscando compreender como as marcas da carnavalização e do risível permitem apreender o processo de materialização discursiva dos fenômenos políticos, sociais e históricos.

Em síntese, trata-se de um trabalho de fôlego, de leitura agradável e fascinante, cuja publicação torna-se extremamente relevante, ainda mais no momento particular que atravessa nosso país, no qual é visível a destruição dos bens materiais e simbólicos em perspectiva explícita de retrocesso.